



TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Companhia Aberta - CVM nº 2025-7
Praça XV de Novembro, nº 20, sala 1003 (parte), RJ – CEP 20010-010
CNPJ/MF nº 07.859.971/0001-30 - NIRE 33300278435

R\$600.000.000,00

Código ISIN: BRTRNADBS004 (1ª Série) e BRTRNADBS012 (2ª Série)

Classificação de Risco: "Aa1.br" - pela Moody's America Latina

Registros na CVM nº CVM/SRE/DEB/2010/022 (1ª Série) e nº CVM/SRE/DEB/2010/023 (2ª Série), concedidos em 20 de julho de 2010

Primeira emissão pela TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. ("Emissora", "Companhia" ou "TAESA"), para distribuição pública, em até duas séries, de 60.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, em 15 de julho de 2010 ("Data de Emissão"), perfazendo o total de R\$600.000.000,00, com vencimento em 15 de julho de 2015 ("Emissão", "Oferta" e "Debêntures", respectivamente). As Debêntures são nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, sem emissão de cautelares ou certificados.

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, realizada com a intermediação do BB - BANCO DE INVESTIMENTO S.A. ("Coordenador Líder" ou "BB-BI"), do BANCO BTG PACTUAL S.A. ("BTG Pactual"), do BANCO CITIBANK S.A. ("CITIBANK") e do HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. ("HSBC") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BTG Pactual e o CITIBANK, os "Coordenadores", em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), na Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471"), e no Convênio CVM/ANBIMA de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas - Regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("Anbima"), em 20 de agosto de 2008, conforme aditado em 25 de janeiro de 2010 ("Convênio CVM/ANBIMA").

As Debêntures serão registradas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada na CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio (a) do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) do Sistema BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

A Emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 1º de junho de 2010, cuja ata foi registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") em 2 de junho de 2010, sob o nº 2034862, e publicada no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" ("DOERJ") e no "Jornal do Commercio" em 9 de junho de 2010.

A Emissão é regida pelo "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.", celebrado entre a Emissora e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), em 10 de junho de 2010 ("Escritura de Emissão"), devidamente registrada na JUCERJA em 11 de junho de 2010, sob o nº ED33000188-6/000, conforme aditada por meio do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.", celebrado em 9 de julho de 2010, devidamente registrado na JUCERJA em 12 de julho de 2010, sob o nº ED33.000.188-6/001 ("Primeiro Aditamento").

Data de Início da Oferta: 22 de julho de 2010.

Este Prospecto Definitivo deve ser lido em conjunto com as informações apresentadas no Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480"). O Formulário de Referência encontra-se disponível para consulta nos sites www.taesa.com.br e www.cvm.gov.br. Para informações detalhadas de acesso a cada um desses websites, ver página 7 deste Prospecto Definitivo.

ESTE PROSPECTO DEFINITIVO NÃO DEVE, EM QUALQUER CIRCUNSTÂNCIA, SER CONSIDERADO RECOMENDAÇÃO DE COMPRA DAS DEBÊNTURES. AO DECIDIR POR ADQUIRIR AS DEBÊNTURES, POTENCIAIS INVESTIDORES DEVERÃO REALIZAR SUA PRÓPRIA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA CONDIÇÃO FINANCEIRA DA EMISSORA, DE SEUS ATIVOS E DOS RISCOS DECORRENTES DO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES.

"A Companhia é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures".

"O Coordenador Líder desta Oferta tomou todas as cautelares e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações prestadas pelo ofertante são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta".

Antes de tomar a decisão de investimento nas Debêntures que venham a ser distribuídas no âmbito da Oferta, a Emissora e o Coordenador Líder recomendam aos potenciais investidores a leitura cuidadosa deste Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência. EM ESPECIAL, OS POTENCIAIS INVESTIDORES DEVERÃO LER A SEÇÃO "FATORES DE RISCO RELATIVOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES", NAS PÁGINAS 67 A 70 DESTES PROSPECTO DEFINITIVO, EM CONJUNTO COM A SEÇÃO 4 "FATORES DE RISCO" E SEÇÃO 5 "RISCOS DE MERCADO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, PARA A AVALIAÇÃO DOS RISCOS ASSOCIADOS À EMISSORA E À OFERTA. Mais informações sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas junto ao Coordenador Líder e à CVM nos endereços indicados nas páginas 16 a 17 deste Prospecto Definitivo.

O REGISTRO DA OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS NO ÂMBITO DA OFERTA.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e melhores práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

COORDENADORES



O BB - Banco de Investimento S.A. é o Coordenador Líder da Oferta

A data deste Prospecto Definitivo é de 21 de julho de 2010.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

I – Introdução.....	5
Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência	7
Definições.....	8
Considerações sobre Estimativas e Projeções.....	13
Informações Cadastrais da Emissora	14
Identificação dos Administradores, Coordenadores, Consultores Legais e Auditores Independentes.....	16
Declarações da Emissora e do Coordenador Líder	18
Informações sobre os Coordenadores	19
Sumário da Oferta.....	23
Sumário da Companhia.....	28
Visão Geral e Breve Descrição do Grupo TAESA.....	28
Bloco de Controle e Estrutura Societária Atual.....	33
Vantagens Competitivas	34
Principais Estratégias.....	35
Principais Fatores de Risco Relativos à Emissora	36
II - Informações Relativas à Oferta.....	39
Composição do Capital Social.....	41
Características das Debêntures e da Oferta.....	45
Aprovação da Oferta.....	45
Colocação	45
Período para Subscrição das Debêntures	45
Forma de Subscrição	45
Forma de Integralização	45
Negociação	45
Número da Emissão.....	45
Valor Total da Emissão	45
Quantidade.....	45
Valor Nominal	45
Séries	46
Tipo e Forma	46
Certificados de Debêntures.....	46
Conversibilidade.....	46
Espécie e Limites de Emissão.....	46
Data de Emissão	46
Prazo e Data de Vencimento.....	46
Amortização do Valor Nominal.....	47
Remuneração	47
Indisponibilidade da Taxa DI	50
Indisponibilidade do IPCA	51
Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série	51
Repactuação.....	52
Resgate Antecipado Facultativo	52
Aquisição Facultativa	52
Encargos Moratórios.....	52
Decadência dos Direitos aos Acréscimos	52
Local de Pagamento.....	52
Imunidade Tributária	52
Prorrogação dos Prazos	52
Vencimento Antecipado	53
Assembleias Gerais de Debenturistas	54

Convocação	54
Quorum de Instalação	55
Mesa Diretora	55
Quorum de Deliberação	55
Alterações aos <i>Quora</i> de Instalação e/ou Deliberação	56
Matérias de Interesse Específico	56
Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas	56
Divulgação de Anúncios Relacionados à Oferta	56
Público Alvo	56
Inadequação da Oferta a Certos Investidores	56
Registro para Distribuição das Debêntures	57
Manifestação de Revogação da Aceitação da Oferta	57
Suspensão ou Cancelamento da Oferta	57
Modificação da Oferta	57
Estabilização de Preços e Garantia de Liquidez	58
Contrato de Distribuição	58
Garantia Firme	58
Plano da Oferta	59
Custos da Oferta	60
Cronograma da Oferta	61
Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores	62
Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder	62
Relacionamento entre a Emissora e os Demais Coordenadores	62
Operações Vinculadas à Oferta	64
Destinação dos Recursos	65
Capitalização	66
III - Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures	67
Riscos Relativos à Oferta e às Debêntures	69
A espécie das Debêntures é quirografária	69
A taxa de juros estipulada nas Debêntures da Primeira Série pode ser questionada em decorrência da Súmula nº 176 do STJ	69
A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de debêntures pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures por seus titulares	69
Eventual rebaixamento na classificação de risco da Oferta poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário	69
As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado	70
As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese da Indisponibilidade da Taxa DI ou do IPCA	70
As informações acerca do futuro da Emissora contidas neste Prospecto podem não ser precisas	70
IV – Anexos	71
Anexo A Escritura de Emissão das Debêntures e Aditamentos	73
Anexo B Atos Societários da Emissora relativos à Emissão	155
Anexo C Súmula de Classificação de Risco	189
Anexo D Declarações da Emissora e do Coordenador Líder	195

I – INTRODUÇÃO

- Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência
- Definições
- Considerações sobre Estimativas e Projeções
- Informações Cadastrais da Emissora
- Identificação dos Administradores, Coordenadores, Consultores Legais e Auditores Independentes
- Declarações da Emissora e do Coordenador Líder
- Informações sobre os Coordenadores
- Sumário da Oferta
- Sumário da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA

As informações exigidas pela Instrução CVM 400, em seu Anexo III, itens 4 a 7, bem como as informações referentes ao mercado de atuação da Companhia, sua situação financeira e outras informações relativas à Companhia, tais como atividades desenvolvidas, estrutura organizacional, valores mobiliários emitidos, controladores, administração, remuneração dos administradores, transações com partes relacionadas e contingências judiciais e administrativas podem ser encontradas no Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, e arquivado na CVM em 12 de julho de 2010, o qual se encontra disponível para consulta nos seguintes endereços eletrônicos: www.taesa.com.br (neste *website* acessar “Relações com Investidores”; neste item acessar “Informações aos Investidores”; neste item acessar “Documentos Entregues à CVM” e neste item acessar “Formulário de Referência”) e www.cvm.gov.br (neste *website* acessar “Companhias Abertas” no item “Participantes do Mercado”; neste item acessar “ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações”; neste item digitar “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.” no quadro em branco e acessar “Continuar”; neste item acessar “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.”; neste item acessar “Formulário de Referência”, neste item acessar “Consulta” ou “Download” ao lado do item “Formulário de Referência” com a data mais recente).

Exceto: (i) pelo Formulário de Referência; (ii) pelas Demonstrações Financeiras da Companhia preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009 e do período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, e respectivos pareceres e relatório de revisão dos Auditores Independentes; e (iii) pelo Estatuto Social da Companhia, nenhum outro documento disponível no site da CVM ou da Companhia é incorporado por referência a este Prospecto.

As Demonstrações Financeiras da Companhia estão disponíveis para consulta nos seguintes endereços eletrônicos: www.taesa.com.br (neste *website* acessar “Relações com Investidores”; neste item acessar “Informações aos Investidores”; neste item acessar “Documentos Entregues à CVM”; neste item acessar “Demonstrações Financeiras”) e www.cvm.gov.br (neste *website* acessar “Companhias Abertas” no item “Participantes do Mercado”; neste item acessar “ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações”; neste item digitar “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.” no quadro em branco e acessar “Continuar”; neste item acessar “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.”; neste item acessar “Dados Econômico – Financeiros”, neste item acessar “Consulta” ou “Download” ao lado do item “Demonstrações Financeiras Anuais completas” com a data mais recente).

O ITR da Companhia está disponível para consulta nos seguintes endereços eletrônicos: www.taesa.com.br (neste *website* acessar “Relações com Investidores”; neste item acessar “Informações aos Investidores”; neste item acessar “Documentos Entregues à CVM”; neste item acessar “Informações Trimestrais”) e www.cvm.gov.br (neste *website* acessar “Companhias Abertas” no item “Participantes do Mercado”; neste item acessar “ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações”; neste item digitar “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.” no quadro em branco e acessar “Continuar”; neste item acessar “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.”; neste item acessar “ITR”, neste item acessar “Consulta” ou “Download” ao lado do item “Legislação Societária” com a data mais recente).

O Estatuto Social da Companhia está disponível para consulta nos seguintes endereços eletrônicos: www.taesa.com.br (neste *website* acessar “Relações com Investidores”; neste item acessar “Documentos Entregues à CVM”; neste item acessar “Estatuto Social”) e www.cvm.gov.br (neste *website* acessar “Companhias Abertas” no item “Participantes do Mercado”; neste item acessar “ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações”; neste item digitar “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.” no quadro em branco e acessar “Continuar”; neste item acessar “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.”; neste item acessar “Estatuto Social”, e neste item acessar “Consulta” ou “Download” ao lado do item “Estatuto Social”).

DEFINIÇÕES

Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Alterosa	Transmissora Alterosa de Energia Elétrica S.A.
Alvorada	Transmissora Alvorada de Energia Elétrica S.A.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento, antiga denominação da ANBIMA.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
ANEEL ou Órgão Regulador ou Poder Concedente	Agência Nacional de Energia Elétrica.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta.
Assembleias Gerais	Assembleias gerais de Debenturistas
Atualização da Segunda Série	A atualização monetária aplicável às Debêntures da Segunda Série, nos termos da Escritura de Emissão.
Aviso ao Mercado	Aviso ao mercado relativo à Oferta.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Banco do Brasil	Banco do Brasil S.A.
Banco Mandatário	Banco Citibank S.A.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BNDESPAR	BNDES Participações S.A. - BNDESPAR
BOVESPAFIX	Sistema BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
Brasnorte	Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE.
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.
CEMIG GT	CEMIG Geração e Transmissão S.A.
CETIP	CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Concessionárias	Novatrans, TSN, ETEO, ETAU e Brasnorte.
Companhia, Emissora ou TAESA	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
Contrato de Distribuição	Contrato de Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, da Primeira Emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., celebrado entre a Companhia e os Coordenadores em 10 de junho de 2010.
Coordenador Líder ou BB-BI	BB - Banco de Investimento S.A.
Coordenadores	Em conjunto, o Coordenador Líder, o Banco BTG Pactual S.A., o Banco Citibank S.A. e o HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Convênio CVM/ANBIMA	Convênio CVM/ANBIMA de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas - Regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a ANBIMA.
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	15 de julho de 2010.
Data de Integralização	A data em que ocorrer a integralização das Debêntures, no ato de sua efetiva subscrição.
Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série	15 de julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2011 e o último pagamento em 15 de julho de 2015.
Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série	15 de julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2011 e o último pagamento em 15 de julho de 2015.
Data de Vencimento da Primeira Série	15 de julho de 2015.
Data de Vencimento da Segunda Série	15 de julho de 2015.
Debêntures	60.000 debêntures nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, perfazendo o total de R\$600.000.000,00, objeto da presente Oferta.
Debêntures da Primeira Série	Debêntures da primeira série.
Debêntures da Segunda Série	Debêntures da segunda série.
Debêntures da Primeira Série em Circulação	Todas as Debêntures da Primeira Série subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (b) de titularidade de (i) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (ii) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora, e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
Debêntures da Segunda Série em Circulação	Todas as Debêntures da Segunda Série subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (b) de titularidade de (i) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (ii) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora, e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
Debêntures em Circulação	As Debêntures da Primeira Série em Circulação e as Debêntures da Segunda Série em Circulação.
Debenturistas	Titulares das Debêntures.
Dia Útil	Qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais.
DOERJ	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.
Escritura de Emissão	Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário em 10 de junho de 2010, devidamente registrada na JUCERJA em 11 de junho de 2010, sob o nº ED33000188-6/000, conforme aditada por meio do Primeiro Aditamento, constantes do Anexo A, na página 73 deste Prospecto.

ETAU	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
ETEO	Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
FIP Coliseu	Fundo de Investimento em Participações Coliseu.
Forluz	Forluz - Fundação Forluminas de Seguridade Social.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480.
Fundação CEEE	Fundação CEEE de Seguridade Social.
Governo Federal ou Governo	Governo da República Federativa do Brasil.
Grupo TAESA	A Companhia, e suas controladas, TSN, Novatrans, ETEO, ETAU, Brasnorte e TAESA Serviços, considerados conjuntamente.
GTESA	Goiânia Transmissora de Energia S.A.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i> , que são práticas contábeis internacionais, utilizando-se de um conjunto de pronunciamentos contábeis internacionais publicados e revisados pelo IASB (<i>International Accounting Standards Board</i>).
IGP-M	Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela FGV.
Instituição Depositária	Banco Citibank S.A.
Instrução CVM 358	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 471	Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008.
Instrução CVM 480	Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.
JUCERJA	Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.
Juros Remuneratórios da Primeira Série	Os juros remuneratórios aplicáveis às Debêntures da Primeira Série, nos termos da Escritura de Emissão.
Juros Remuneratórios da Segunda Série	Os juros remuneratórios aplicáveis às Debêntures da Segunda Série, nos termos da Escritura de Emissão.
Kilovolt (kV)	Unidade equivalente a 1.000 volts.
Megawatt (MW)	Unidade equivalente a um milhão de watts.
Munirah	Munirah Transmissora de Energia S.A.
Novatrans	Novatrans Energia S.A.
NTN -B	Notas do Tesouro Nacional – série B.
Oferta	Distribuição pública das Debêntures da primeira emissão da Companhia.
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico.
OPA	Oferta pública de aquisição das ações.
PATESA	Paraíso – Açú Transmissora de Energia S.A.

Período de Capitalização	Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil emanadas da legislação societária brasileira e pela legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, editada pela ANEEL, normas emitidas pela CVM e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo CPC.
Prazo de Colocação	O prazo de até 10 Dias Úteis, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início.
Preço de Integralização	Valor Nominal das Debêntures, acrescido da remuneração aplicável, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.
Primeiro Aditamento	Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., celebrado em 9 de julho de 2010.
Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento ou Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures, conduzido pelos Coordenadores, nos termos da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, que definiu, com a Emissora, a remuneração aplicável à emissão, bem como a quantidade de Debêntures da Primeira Série e/ou de Debêntures da Segunda Série, cujo resultado foi ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão e será divulgado por meio do Anúncio de Início. No Procedimento de <i>Bookbuilding</i> não foram aceitos lances dos Coordenadores ou de pessoa(s) jurídica(s) a eles vinculada(s) ou quaisquer outras pessoas vinculadas à Oferta, entendendo-se por pessoas vinculadas aquelas referidas no artigo 55 da Instrução CVM nº 400.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	O presente Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Debêntures Simples da Primeira Emissão da Companhia, o qual é divulgado após (i) finalização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> ; e (ii) registro da Oferta junto à CVM.
Prospecto Preliminar	O Prospecto Preliminar de Distribuição Pública de Debêntures Simples da Primeira Emissão da Companhia, documento que estava sujeito a complementação e correção, observados os procedimentos previstos na Instrução CVM 400.
RAP	Receita Anual Permitida.
Rede Básica	Rede Básica é o conjunto das conexões e instalações de transmissão de energia elétrica integrantes do SIN, relacionados no Anexo I da Resolução ANEEL nº166, de 31 de maio de 2000, e as que vierem a ser declaradas a qualquer tempo ou incluídas como tal pela ANEEL.
Remuneração da Primeira Série	A remuneração aplicável às Debêntures da Primeira Série, nos termos da Escritura de Emissão.

Remuneração da Segunda Série	A remuneração aplicável às Debêntures da Segunda Série, nos termos da Escritura de Emissão.
Saldo do Valor Nominal Unitário	Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, remanescente após cada Data de Amortização da Primeira Série ou cada Data de Amortização da Segunda Série, conforme o caso.
SDT	Módulo de Distribuição de Títulos – SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
SIN	Sistema Interligado Nacional.
SND	Módulo Nacional de Debêntures – SND, administrado e operacionalizado pela CETIP.
STJ	Superior Tribunal de Justiça.
TAESA Serviços ou TSE	TAESA Serviços Ltda.
Taxa DI	Variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP.
Taxa Selic	Taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apuradas no SELIC.
Terna S.p.A.	Terna – Rete Elettrica Nazionale S.p.A.
Transmissora do Atlântico	Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A.
TSN	TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A.
Valor Nominal	O valor nominal unitário das Debêntures, de R\$10.000,00, na Data da Emissão.
Volt	Unidade básica de tensão de energia elétrica.
Watt	Unidade básica de potência de energia elétrica.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PROJEÇÕES

Este Prospecto contém declarações prospectivas. As declarações que apresentem natureza hipotética, que dependam de acontecimentos ou condições futuras ou que a eles se refiram ou que incluam palavras como “espera”, “prevê”, “pretende”, “planeja”, “acredita”, “estima”, “projeta” e expressões similares são declarações prospectivas. Embora a Emissora acredite que essas declarações prospectivas sejam baseadas em pressupostos razoáveis, essas declarações estão sujeitas a vários riscos e incertezas e são feitas levando em conta as informações às quais atualmente a Emissora tem acesso.

Ademais, determinadas informações referentes ao Brasil e ao setor de energia elétrica incluídas neste Prospecto foram compiladas de dados disponíveis ao público em geral.

As declarações prospectivas poderão ser influenciadas por certos fatores, incluindo os seguintes:

- conjuntura geral econômica, política, financeira e comercial nos mercados de atuação da Emissora e das demais empresas de seu grupo, tanto no Brasil como no exterior, inclusive níveis de demanda e de preços;
- flutuações da taxa de juros, inflação e variações na taxa de câmbio do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos da América;
- nível de endividamento e correspondentes exigências de serviço da dívida da Emissora e das demais empresas de seu grupo;
- capacidade da Emissora e das demais empresas de seu grupo de obter financiamentos em termos satisfatórios;
- concorrência;
- medidas adotadas pelos principais acionistas da Emissora e das demais empresas de seu grupo;
- desfecho de processos de grande monta relativos à tributação, questões trabalhistas e outras questões legais;
- leis e regulamentos editados que afetem ou possam afetar a Emissora, as demais empresas de seu grupo econômico e suas atividades; e
- outros fatores identificados ou discutidos na Seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures”, nas páginas 67 e 70 deste Prospecto, na Seção 4 “Fatores de Risco” e na Seção 5 “Riscos de Mercado” do Formulário de Referência.

As declarações prospectivas da Emissora não constituem garantia de desempenho futuro, podendo os resultados ou acontecimentos efetivos diferir de forma relevante das expectativas expressas nas declarações prospectivas em razão da incerteza inerente às estimativas, previsões e projeções. Em vista dessas incertezas, as declarações prospectivas não devem ser utilizadas como um parâmetro objetivo.

Potenciais investidores deverão conduzir suas próprias investigações sobre tendências ou previsões discutidas ou inseridas neste Prospecto, bem como sobre as metodologias e assunções em que se baseiam as discussões sobre tendências e previsões.

Nada previsto neste Prospecto constitui, ou deve ser entendido como sendo, promessa ou garantia sobre resultados ou eventos futuros.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

Identificação	A Companhia é uma sociedade por ações com registro de companhia aberta junto à CVM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.859.971/0001-30, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob o NIRE 33300278435.
Sede	Praça XV de Novembro, nº 20, sala 1003 (parte) – Centro 20010-010 - Rio de Janeiro, RJ
Data e número de registro da Companhia na CVM	6 de setembro de 2006 Registro nº 2025-7
Diretor de Finanças e Relações com Investidores	Sr. Domingos Sávio Castro Horta Praça XV de Novembro, nº 20, 10º andar, sala 1003 (parte) 20010-010 - Rio de Janeiro, RJ Tel.: (21) 2212-6000 Fax: (21) 2212-6040
Atendimento aos Acionistas	<p>Diretoria de Relações com Investidores da Companhia, que está localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20, 10º andar, sala 1003 (parte), Centro, ou nas agências especializadas em valores mobiliários do Banco Itaú S.A., cujos endereços se encontram no <i>site</i> da Companhia, ou em qualquer agência da rede. O telefone e o e-mail de contato do departamento de acionistas do Banco Itaú são (11) 5029-7780 e investfone@itau.com.br, respectivamente.</p> <p>Endereços e contatos das agências especializadas:</p> <p><u>Brasília</u> Contato: Constancia Maria S. de Oliveira SCS Quadra 3, nº 30 – Edif. D'Angela, Bloco A, Sobreloja, Centro – Brasília, DF Tel.: (61) 3316 4850</p> <p><u>Belo Horizonte</u> Contato: Jussara Maria Miranda de Souza Av. João Pinheiro nº 195, Subsolo, Centro – Belo Horizonte, MG Tel.: (31) 3249 3524</p> <p><u>Curitiba</u> Contato: Marcia Regina de N Machado Rua João Negrão nº 65, Sobreloja, Centro – Curitiba, PR Tel.: (41) 3320 4128</p> <p><u>Porto Alegre</u> Contato: Sandra Ferreira da Silva R. Sete de Setembro, nº 746, Térreo, Centro – Porto Alegre, RS Tel.: (51) 3210 9150</p> <p><u>Rio de Janeiro</u> Contato: Mônica Lopes Carvalho Rodrigues R. Sete de Setembro, nº 99, Subsolo, Centro – Rio de Janeiro, RJ Tel.: (21) 2508 8086</p>

	<p><u>São Paulo</u> Contato: Claudia A. Germano Vasconcellos R. Boa Vista, nº 176, 1º Subsolo, Centro – São Paulo, SP Tel.: (11) 3247 3139</p> <p><u>Salvador</u> Contato: Watson Carlos Passos Barreto Av. Estados Unidos, nº 50 – Ed. Sesquicentenário, 2º andar, Comércio – Salvador, BA Tel.: (71) 3319 8010</p>
Instituição Financeira Depositária das Ações de emissão da Companhia	Itaú Corretora de Valores S.A.
Auditores Independentes	KPMG Auditores Independentes.
Bloco de Controle	Fundo de Investimento em Participações Coliseu, administrado pelo Banco Modal S.A., CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Transmissora Alterosa de Energia Elétrica S.A.
Títulos e valores mobiliários emitidos até 31 de março de 2010	Ações e notas promissórias, cujas principais características encontram-se descritas no Formulário de Referência, na Seção 18 “Valores Mobiliários”.
Jornais nos quais a Companhia divulga suas informações periódicas	As informações referentes à Companhia são divulgadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no “Jornal do Commercio”.
E-mail e <i>website</i> para informações aos investidores e ao mercado	investor.relations@taesa.com.br http://www.taesa.com.br/
Declarações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400	As declarações da Emissora e do Coordenador Líder encontram-se anexas a este Prospecto, nas páginas 197 e 198, respectivamente.

IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES, CONSULTORES LEGAIS E AUDITORES INDEPENDENTES

Emissora

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Diretoria de Relações com Investidores
Praça XV de Novembro, nº 20, sala 1003 (parte) – Centro
20010-010 - Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Domingos Sávio Castro Horta
Tel.: (21) 2212-6000
Fax: (21) 2212-6040
E-mail: investor.relations@taesa.com.br
www.taesa.com.br

Coordenador Líder

BB - Banco de Investimento S.A.

Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar – Centro
20031-923 - Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Paulo Francisco Laranjeira Júnior
Tel.: (21) 3808-3625 / (11) 3149-8570
Fax: (11) 3149-8529
E-mail: rendafixa@bb.com.br / paulolaranjeira@bb.com.br
www.bb.com.br/ofertapublica

Coordenadores

Banco BTG Pactual S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar
04538-133 - São Paulo, SP
At.: Sr. Daniel Vaz
Tel.: (11) 3383-2576
Fax: (11) 3383-2474
E-mail: daniel.vaz@btgpactual.com
www.btgpactual.com

Banco Citibank S.A.

Avenida Paulista, nº 1.111, 10º andar
01311-920 - São Paulo, SP
At.: Sra. Patricia Asdourian
Tel.: (11) 4009-2623
Fax: (11) 4009-7558
E-mail: patricia.asdourian@citi.com
www.citibank.com.br

HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 4º andar
01451-000 - São Paulo, SP
At.: Sr. Antonio Marques de Oliveira Neto
Tel.: (11) 3847-5078
Fax: (11) 3847-9818
E-mail: antonio.m.oliveira@hsbc.com.br
www.hsbc.com.br

Consultores Legais

Souza, Cescon, Barriau e Flesch Advogados

Praia de Botafogo, nº 228, conj. 1101

22250-040 - Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Henrique Filizzola

Tel.: (21) 2196-9200

Fax: (21) 2551-5898

E-mail: hfilizola@scbf.com.br

www.scbf.com.br

Agente Fiduciário

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514

22640-102 - Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Marcelo da Costa Ribeiro

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: marcelo@pentagonotruster.com.br / truster@pentagonotruster.com.br

www.pentagonotruster.com.br

Banco Mandatário e Instituição Depositária

Banco Citibank S.A.

Avenida Paulista, nº 1.111, 10º andar

011311-920 - São Paulo, SP

At.: Sr. Andre Pina

Tel.: (11) 4009-3920

Fax: (11) 2122-2057

E-mail: andre.pina@citi.com

Auditores Independentes

Auditores Independentes das demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, de 2008 e de 2007 e das informações financeiras trimestrais referentes aos trimestres encerrados em 31 de março de 2010 e 2009.

KPMG Auditores Independentes

Rua Paraíba, 1122, 13º andar

30130-918 – Belo Horizonte, MG

At.: Sr. Marco Túlio Fernandes Ferreira

Tel.: (31) 2128-5712

Fax: (31) 2128-5702

E-mail: mtferreira@kpmg.com.br

www.kpmg.com.br

Informações Adicionais

Maiores informações sobre a distribuição pública das Debêntures poderão ser obtidas com o Coordenador Líder ou na CVM, em sua página na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br) e nos endereços abaixo:

Comissão de Valores Mobiliários
Rua Sete de Setembro, nº 111 – 5º andar
Rio de Janeiro, RJ

Comissão de Valores Mobiliários
Rua Cincinato Braga, nº 340 – 2º, 3º e 4º andares
São Paulo, SP

Esclarecimentos junto ao Coordenador Líder deverão ser obtidos por meio da pessoa indicada nesta Seção, no item “Coordenador Líder” na página 16 deste Prospecto.

DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER

As declarações da Emissora e do Coordenador Líder relativas ao artigo 56 da Instrução CVM 400 encontram-se no Anexo D, na página 195 deste Prospecto.

INFORMAÇÕES SOBRE OS COORDENADORES

Coordenador Líder

Em novembro de 1988, o Banco do Brasil criou o BB-BI, subsidiária integral que detém participações permanentes em empresas que representam uma extensão da atividade econômica do conglomerado e possui, também, participações societárias de caráter temporário no capital de empresas que adotam boas práticas de governança corporativa. O resultado do BB-BI origina-se de suas atividades de intermediação financeira, prestação de serviços e participações societárias.

Em 2008, o BB-BI liderou a primeira emissão de notas promissórias da Ambev, no valor de R\$ 1,5 bilhão, a primeira emissão de notas promissórias da Companhia Piratininga de Força e Luz, no valor de R\$ 100 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Brenco – Companhia Brasileira de Energia Renovável, no valor de R\$ 200 milhões, a terceira emissão de notas promissórias da Tractebel Energia S.A., no valor de R\$ 400 milhões, a quinta emissão de debêntures da Gafisa S.A., no valor de R\$ 250 milhões, a segunda emissão de debêntures da Companhia Piratininga de Força e Luz, no valor de R\$ 100 milhões, a quinta emissão de notas promissórias da Vivo Participações S.A., no valor de R\$ 550 milhões, e a segunda emissão de notas promissórias da Brenco – Companhia Brasileira de Energia Renovável, no valor de R\$ 350 milhões. Participou da quarta emissão de debêntures da USIMINAS, no valor de R\$ 500 milhões, da primeira emissão de notas promissórias da TCO IP S.A., no valor de R\$ 530 milhões, da nona emissão de debêntures da SABESP, no valor de R\$ 220 milhões e da segunda emissão de notas promissórias da Invitel S.A., no valor de R\$ 950 milhões.

Em 2009, o BB-BI liderou a primeira emissão de notas promissórias da Megapar Participações S.A., no valor de R\$ 400 milhões, a terceira emissão de debêntures da VRG Linhas Aéreas S.A., no valor de R\$ 400 milhões, a terceira emissão de notas promissórias da SABESP, no valor de R\$ 600 milhões, a primeira emissão de debêntures da TAM Linhas Aéreas S.A., no valor de R\$ 600 milhões, a primeira emissão de debêntures da InBev Participações Societárias S.A., no valor de R\$ 2 bilhões, a segunda emissão de notas promissórias da Megapar Participações S.A., no valor de R\$ 430 milhões, a terceira emissão de notas promissórias da CEMIG GT, no valor de R\$ 2,7 bilhões, a quarta emissão de notas promissórias da SABESP, no valor de R\$ 900 milhões, a primeira emissão de debêntures da Centrais Elétricas da Paraíba S.A., no valor de R\$ 450 milhões, a quarta emissão de debêntures da Tractebel Energia S.A., no valor de R\$ 400 milhões, a primeira emissão de debêntures da JHSF Participações S.A., no valor de R\$ 100 milhões e a quarta emissão de debêntures da BNDESPAR, no valor de R\$ 1,25 bilhão. Participou da segunda emissão de notas promissórias da Autopistas do Grupo OHL Brasil S.A., no valor de R\$ 200 milhões, da terceira emissão de debêntures da Tractebel Energia S.A., no valor de R\$ 600 milhões, da primeira emissão de debêntures da Camargo Corrêa S.A., no valor de R\$ 1,6 bilhão, participou da terceira emissão de notas promissórias das Autopistas do Grupo OHL Brasil S.A., no valor de R\$ 120 milhões, quinta emissão de debêntures da Companhia de Concessões Rodoviárias, no valor de R\$ 598 milhões, da segunda emissão de notas promissórias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., no valor de R\$ 400 milhões, da primeira emissão de notas promissórias da Iochpe Maxion S.A., no valor de R\$ 330 milhões, e da segunda emissão de debêntures da Camargo Correa S.A., no valor de R\$ 950 milhões.

Em 2010, o BB-BI liderou a segunda emissão de debêntures da CEMIG GT, no valor de R\$ 2,7 bilhões, da primeira emissão de debêntures da Sociedade Comercial e Importadora Hermes S.A., no valor de R\$ 135 milhões, da primeira emissão de debêntures da Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. – INVEPAR, no valor de R\$ 450 milhões, da primeira emissão de debêntures da Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros, no valor de R\$ 122 milhões, da segunda emissão de debêntures da Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A., no valor de R\$ 130 milhões, e da décima primeira emissão de debêntures da SABESP, no valor de R\$ 1,215 bilhão. Participou da primeira emissão de debêntures da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$ 550 milhões, da terceira emissão de debêntures da MRV Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$ 516 milhões, da segunda emissão de notas promissórias da Iochpe Maxion S.A., no valor de R\$ 140 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., no valor de R\$ 400 milhões, da primeira emissão de notas promissórias da Camargo Corrêa S.A., no valor de R\$ 3 bilhões, e da primeira emissão de debêntures da Odebrecht Serviços e Participações S.A., no valor de R\$ 1,03 bilhão.

Demais Coordenadores

BTG PACTUAL

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões & aquisições, *wealth management* (gestão de fortunas), *asset management* (gestão de recursos) e *sales & trading* (vendas e negociação). No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque e Hong Kong.

Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento de *corporate finance* até *art banking* (consultoria em investimento em obras de arte).

Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo empresas, governos, *hedge funds*, patrocinadores financeiros, empresas de *private equity*, bancos, corretoras e gestores de ativos. Oferece consultoria especializada, excelente execução, produtos inovadores e acesso abrangente aos mercados de capitais mundiais. Seu vasto conhecimento adquirido ao longo dos anos posicionaram o BTG Pactual na liderança entre as instituições de atuação nacional e global, mantendo posição de liderança no Brasil para renda variável, segundo ranking da ANBIMA de outubro de 2009.

O BTG Pactual participa ativamente das atividades de coordenação e distribuição de emissões de dívidas e ações para empresas brasileiras nos mercados de capitais. A força da área de distribuição provém do amplo acesso e da prestação de serviços aos vários grupos de investidores locais e externos, de renda fixa ou dedicados a renda variável. A área de mercado de capitais do BTG Pactual assessora diversos clientes na captação de recursos no mercado local, por meio de operações de debêntures e notas promissórias. Entre as principais, destacam-se: emissão de debêntures da Telemar Norte Leste S.A. em que atuou como um dos coordenadores em 2006, no valor de aproximadamente R\$2,2 bilhões; emissão de debêntures do BNDESPAR em que atuou como coordenador líder em 2007, no valor de R\$6,1 bilhões; emissão de notas promissórias da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., em que atuou como coordenador líder em 2008, no valor de R\$650 milhões; e emissão de debêntures da Companhia de Concessões Rodoviárias, em que atuou como coordenador líder em 2009, no valor de aproximadamente R\$597 milhões.

Além disso, o BTG Pactual coordenou as emissões de debêntures da Vale, no valor de R\$5,5 bilhões e da Braskem S.A., no valor de R\$300 milhões e atuou como coordenador líder das emissões: da Companhia Siderúrgica Nacional, no valor total de R\$600 milhões; das Lojas Americanas S.A., no valor de R\$200 milhões; da Lupatech S.A., no valor de R\$ 227 milhões; da Camargo Corrêa Cimentos S.A., no valor de R\$360 milhões; e da Vicunha Siderurgia S.A., no valor de R\$1,2 bilhão. Já em 2010, o BTG Pactual coordenou as emissões de debêntures das concessionárias estaduais da OHL Brasil S.A., no valor total de R\$ 1,4 bilhões; da Telemar Norte Leste S.A., no valor de R\$ 2 bilhões e atuou como coordenador líder da emissão da Eletropaulo, no valor de R\$ 400 milhões.

O BTG Pactual foi líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2007 pelo número de operações, e quarto lugar em 2008, participando de um total de 86 operações no período, 13 a mais do que o segundo colocado, de acordo com a ANBIMA. O BTG Pactual foi também assessor financeiro exclusivo da Perdigão na sua fusão com a Sadia, criando uma das maiores empresas globais da indústria alimentícia¹.

O BTG Pactual foi eleito por três vezes *World's Best Equity House* (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de *Equity House of the Year* (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam o título de *Best Equity House Latin America* pelo sexto ano consecutivo (Euromoney de 2002 a 2005 e 2007 a 2008).

Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de #1 *Equity Research Team Latin America* de 2003 a 2007 (Institutional Investor). No entanto, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual é o primeiro colocado no ranking da Institutional Investor há sete anos consecutivos (de 2003 a 2009).

¹ Fonte: *Bloomberg*, em 22 de setembro de 2009.

Sua forte presença no mercado de capitais é comprovada pela extensa atuação em 2009, participando das ofertas subsequentes de Brasil Foods, Natura, BrMalls, MRV Engenharia, Multiplan e PDG, bem como da abertura de capital da Visanet e da oferta secundária do Banco Santander. Esta presença foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as ofertas de ações subsequentes das empresas nas quais participou em sua abertura de capital.

O BTG Pactual também oferece serviços de *sales & trading* (vendas e negociação) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Os especialistas em produtos, setores e países oferecem consultoria e execução de fusões e aquisições de primeira linha, e o departamento de pesquisa (*research*) na América Latina obteve o primeiro lugar nos últimos sete anos (Institutional Investor 2002 – 2008).

Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição.

CITIBANK

O Citi, do qual o Banco Citibank é parte, é um dos maiores conglomerados financeiros do mundo, está presente em mais de 100 países, reúne atualmente 200 milhões de contas de clientes, conta com cerca de 300 mil funcionários e possui ativos totais de US\$ 2,17 trilhões, distribuídos entre pessoas físicas e jurídicas, entidades governamentais e outras instituições, combinando recursos globais com forte presença local.

Presente há 95 anos no Brasil, o Banco Citibank tem atuado continuamente e com forte presença no segmento *Citi Markets & Banking*, com destaque para áreas de renda fixa e variável, fusões e aquisições, *project finance* e empréstimos sindicalizados.

Em 2006, o Banco Citibank participou de diversas emissões de debêntures, totalizando R\$ 11,4 bilhões distribuídos a investidores. O Banco Citibank foi o único a participar como coordenador das três maiores transações de renda fixa já realizadas no mercado de capitais brasileiro, a saber, Companhia de Bebidas das Américas - AmBev, Telemar Norte Leste S.A. - Telemar e Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, sendo uma delas a primeira oferta de uma empresa *investment grade* em escala global.

Em 2007, o Banco Citibank participou de diversas emissões de debêntures, totalizando R\$ 4 bilhões distribuídos a investidores. O Banco Citibank participou como coordenador da única transação AAA realizada em 2007.

Em 2008, o Banco Citibank participou de emissões no mercado de capitais brasileiro de renda fixa, totalizando R\$ 705 milhões distribuídos a investidores. O Citibank foi a única instituição financeira a participar nas duas últimas emissões públicas de debêntures em setembro e outubro de 2008, quais sejam a oferta pública de debêntures da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A., no valor de R\$340 milhões, e a oferta pública de debêntures da SABESP, no valor de R\$ 200 milhões. Em 2008, o Citi esteve em quarto lugar no ranking da ANBIMA no que diz respeito a Mercado de Capitais Local de longo prazo.

Em 2009, o Banco Citibank participou como coordenador líder da oferta pública de debêntures da Light S.A., no valor de R\$300.000.000,00, da emissão de notas promissórias da Terna Participações S.A., no valor de R\$500.000.000,00 e das debêntures do BNDES no valor de R\$ 1.000.000.000,00.

HSBC

A HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é controlada indireta do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, parte do grupo HSBC, corporação internacional sediada em Londres, na Inglaterra, presente em 86 países e territórios. Constituído no Brasil em 1997, o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo apresentava ativos consolidados de R\$100,1 bilhões e lucro líquido consolidado de R\$ 673,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

No Brasil, o HSBC conta com uma carteira composta por aproximadamente 5,4 milhões clientes pessoas físicas e 358 mil clientes pessoas jurídicas, e possui mais de 2,3 mil agências e postos de atendimento bancários e eletrônicos em 564 municípios. O HSBC possui uma infra estrutura de 5,2 mil caixas automáticos e 2,4 mil ambientes de auto atendimento, além de canais de conveniência, tais como o Internet Banking e o Phone Centre do HSBC – Serviços Bancários.

O grupo HSBC, por meio de suas diversas empresas e escritórios, tem atuação global no mercado de estruturação e distribuição de títulos de dívidas corporativas.

No mercado de dívidas local, em 2008, o HSBC participou de 12 operações de emissões de notas promissórias comerciais, debêntures e cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, no valor total de R\$3,325 bilhões, atuando como coordenador líder nas emissões de R\$530,0 milhões em notas promissórias pela TCO-IP S.A., R\$105,0 milhões em debêntures simples pela BIC Arrendamento Mercantil S.A., e R\$220 milhões em debêntures simples pela SABESP.

Em 2009, o HSBC participou de 28 operações de emissões de notas promissórias comerciais, debêntures simples e cotas de fundo de investimento em direitos creditórios no valor total de R\$9,391 bilhões, atuando como coordenador líder nas emissões de R\$230 milhões de notas promissórias da Bandeirante Energia S.A., de R\$495 milhões de notas promissórias simultaneamente por seis empresas controladas pela CPFL Energia S.A., de R\$1 bilhão de debêntures simultaneamente por sete empresas controladas pela CPFL Energia S.A., e de R\$208 milhões em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios que tem como cedente o Banco GMAC S.A.

Em 2010, até a presente data, o HSBC participou de sete operações de emissão de notas promissórias e debêntures no valor de, aproximadamente, R\$ 8,7 bilhões, atuando como coordenador líder na emissão de R\$ 3 bilhões de notas promissórias da Camargo Corrêa S.A.

SUMÁRIO DA OFERTA

Esta Seção contém um sumário de determinadas informações da Oferta contidas em outras partes deste Prospecto. Esta Seção não contém todas as informações sobre a Oferta e as Debêntures que devem ser analisadas pelos investidores antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures. A leitura desta Seção não substitui a leitura deste Prospecto e/ou do Formulário de Referência da Companhia. Este Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na Seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures”, na página 67 deste Prospecto, nas demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas, cujo acesso está indicado na página 7 deste Prospecto, e na Seção 4 “Fatores de Risco” e Seção 5 “Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, cujo acesso está indicado na página 7 deste Prospecto.

Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.

Emissora	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
Coordenadores	BB - Banco de Investimento S.A. (Coordenador Líder), Banco BTG Pactual S.A., Banco Citibank S.A. e HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Instituição Depositária	Banco Citibank S.A.
Classificação de Risco	A Emissora contratou a agência de <i>rating</i> Moody's America Latina para avaliar as Debêntures, tendo recebido a classificação de risco “Aa1.br”.
Autorizações Societárias	A emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 1º de junho de 2010, cuja ata foi registrada JUCERJA em 2 de junho de 2010, sob o nº 2034862, e publicada no DOERJ e no “Jornal do Commercio” em 9 de junho de 2010.
Destinação dos Recursos	O montante líquido obtido pela Emissora com a Oferta será utilizado para o pagamento integral de 550 notas promissórias comerciais da terceira emissão da Emissora, que foram objeto de distribuição pública, com valor nominal unitário de R\$1 milhão, emitidas em 27 de outubro de 2009, no valor total de R\$550 milhões, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 113% da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros e com vencimento em 22 de outubro de 2010, além dos custos decorrentes da primeira emissão. O saldo remanescente, se houver, será utilizado pela Emissora para capital de giro. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor relativo às notas promissórias da terceira emissão da Emissora era de R\$572.042 mil. Para maiores informações, vide Seção “Informações Relativas à Oferta – Destinação dos Recursos”, na página 65 deste Prospecto.
Colocação	As Debêntures serão objeto de distribuição pública sob o regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Para informações sobre o plano da Oferta, vide Seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures e da Oferta – Plano da Oferta”, na página 59 deste Prospecto.
Valor Total da Emissão	O valor total da emissão é de R\$600.000.000,00, na Data de Emissão.
Quantidade	Serão emitidas 60.000 Debêntures, sendo 34.500 Debêntures da Primeira Série e 25.500 Debêntures da Segunda Série.
Valor Nominal	As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00, na Data de Emissão.
Séries	A Emissão será realizada em duas séries.
Conversibilidade	As Debêntures não serão conversíveis em ações.

Espécie	As Debêntures serão da espécie quirografária, ou seja, as Debêntures não conferirão qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.
Período para Subscrição das Debêntures	Respeitadas: (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a disponibilização deste Prospecto Definitivo aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 10 Dias Úteis contados da data da publicação do Anúncio de Início, observado o disposto no item “Garantia Firme”, da Seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures e da Oferta”, na página 58 deste Prospecto.
Forma de Subscrição	As Debêntures serão subscritas por meio do SDT.
Forma e Preço de Subscrição	As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição e em moeda corrente nacional, sendo que: (i) as Debêntures da Primeira Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, calculados <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização; e (ii) atingido o Montante Mínimo da Segunda Série (conforme definido no item “Séries” da Seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures e da Oferta” na página 46 deste Prospecto), as Debêntures da Segunda Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.
Negociação	As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e do BOVESPAFIX.
Data de Emissão	Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de julho de 2010.
Prazo e Data de Vencimento	As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de cinco anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de julho de 2015, e as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de cinco anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de julho de 2015.
Remuneração da Primeira Série	O Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série não será atualizado. Sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br), capitalizada de um <i>spread</i> ou sobretaxa de 1,30%, conforme definido no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , base 252 Dias Úteis, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a respectiva data de pagamento das Debêntures da Primeira Série. Para maiores informações sobre a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, vide “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures e da Oferta – Remuneração” na página 47 deste Prospecto.
Remuneração da Segunda Série	O Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série ou o Saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, sendo o produto da Atualização da Segunda Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal ou ao Saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série. As Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios de 7,91%, conforme definido no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> . A taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, devidamente atualizados, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 Dias Úteis, a partir da Data de Emissão e pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento), calculados em regime de capitalização composta de forma <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis. Para mais informações sobre a remuneração das Debêntures da Segunda Série, vide “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures e da Oferta – Remuneração”, na página 47 deste Prospecto.

Pagamento do Valor Nominal	<p>O Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série será amortizado em três parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2013, a segunda com vencimento em 15 de julho de 2014 e a última com vencimento em 15 de julho de 2015.</p> <p>O Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série será amortizado em três parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2013, a segunda com vencimento em 15 de julho de 2014 e a última com vencimento em 15 de julho de 2015.</p>
Periodicidade de Pagamento dos Juros	<p>O pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15 de julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2011 e o último pagamento em 15 de julho de 2015, que é a Data de Vencimento da Primeira Série.</p> <p>O pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15 de julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2011 e o último pagamento em 15 de julho de 2015, que é a Data de Vencimento da Segunda Série.</p>
Repactuação	Não haverá repactuação programada.
Resgate Antecipado Facultativo	Não haverá a possibilidade de resgate antecipado facultativo das Debêntures pela Emissora.
Aquisição Facultativa	A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos aqui descritos, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures da Primeira Série em Circulação ou das demais Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.
Eventos de Inadimplemento e Vencimento Antecipado	As Debêntures estão sujeitas a determinados eventos de inadimplemento que podem acarretar o seu vencimento antecipado. Para mais informações, vide Seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures e da Oferta – Vencimento Antecipado”, na página 53 deste Prospecto, e “Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures – Riscos Relacionados à Oferta e às Debêntures – As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado”, na página 70 deste Prospecto.
Quora de Deliberação	<p>Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pela existência dos <i>quora</i> específicos dispostos na Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série ou em Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso, bem como de Debenturistas que representem 2/3, no mínimo, das Debêntures em Circulação para as Assembleias Gerais relativas a assuntos comuns.</p> <p>Para maiores informações sobre os <i>quora</i> de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas, vide Seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures e da Oferta – Assembleias Gerais de Debenturistas”, na página 54 deste Prospecto, e o disposto no “Anexo A – Escritura de Emissão das Debêntures – Cláusula X”, na página 104 deste Prospecto.</p>
Público Alvo	O público alvo da Oferta é composto por investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inclusive clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

Inadequação da Oferta	As Debêntures não são adequadas a investidores que: (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado; e/ou (iii) não estejam capacitados a compreender e assumir os riscos inerentes ao investimento nas Debêntures. Os investidores devem ler a Seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures”, nas páginas 67 a 70 deste Prospecto, em conjunto com a Seção 4 “Fatores de Risco” e a Seção 5 “Riscos de Mercado” do Formulário de Referência da Emissora.
Regime de Colocação – Garantia Firme	A Oferta será realizada sob o regime de garantia firme de colocação. Para mais informações, ver “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures e da Oferta – Garantia Firme”, na página 58 deste Prospecto.

Informações Adicionais

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora e/ou a Oferta poderão ser obtidas com o Coordenador Líder e na CVM, nos endereços indicados na Seção “Introdução – Identificação dos Administradores, Coordenadores, Consultores Legais e Auditores Independentes”, na página 16 deste Prospecto.

O Prospecto Definitivo está disponível nas seguintes páginas da *internet*:

Emissora: <http://www.taesa.com.br> (neste *website* acessar “Relações com Investidores”; neste item acessar “Informações aos Investidores”; neste item acessar “Documentos Entregues à CVM” e neste item acessar “Prospecto Definitivo”).

Coordenador Líder: <http://www.bb.com.br/ofertapublica> (neste *website* acessar “Outros Prospectos”, neste item acessar “Taesa – Prospecto Definitivo da 1ª Emissão de Debêntures”).

BTG Pactual: <http://www.btginvest.com/home/ib/pt/capitalmarkets.aspx> (neste *website* acessar “Distribuição pública de Debêntures Simples da Primeira Emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.”).

CITIBANK:

<https://www.brasil.citibank.com/BRCIB/JPS/portal/loadPage.do?path=/staticfiles/portuguese/Prospecto.htm> (neste *website* acessar “Prospecto Definitivo da 1ª Emissão de Debêntures da TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.”)

HSBC: <http://www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/para-sua-empresa/investimento/operacoes-especiais/operacoes-especiais-mais-informacoes> (neste *website* acessar item “TAESA – Prospecto da 1ª Emissão de Debêntures”).

CETIP: <http://www.cetip.com.br> (neste *website* acessar “Prospectos” no item “Valores Mobiliários”; neste item acessar “Prospectos de Debêntures”; e neste item acessar “Definitivo” ao lado de “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.”).

BM&FBOVESPA: <http://www.bmfbovespa.com.br> (neste *website* acessar “Empresas Listadas”; neste item digitar “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.” no quadro em branco e acessar “buscar”; neste item acessar “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.”; neste item acessar “Informações Relevantes”; neste item acessar “Prospecto de Distribuição Pública”; e neste item acessar “Prospecto de Distribuição Pública” em PDF).

CVM: <http://www.cvm.gov.br> (neste *website* acessar “Companhias Abertas” no item “Participantes do Mercado”; neste item acessar “Prospectos de Ofertas Públicas de Distribuição”; neste item digitar “Transmissora Aliança” no quadro em branco e acessar “Continuar”; neste item acessar “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.”; e neste item acessar “Consulta” ou “Download” ao lado do item “Prospecto de Distribuição Pública” com a data mais recente).

ANBIMA: <http://www.anbid.com.br> (neste *website* acessar “COP – Controle de Ofertas Públicas” no item “Convênio Anbid-CVM”; neste item acessar “Clique aqui”; neste item acessar “Acompanhar Análise de Ofertas”; neste item acessar “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.”; e neste item acessar “Prospecto Definitivo Taesa.pdf”).

Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, ver Seção “Informações Relativas à Oferta”, na página 39 deste Prospecto.

O pedido de registro da Oferta foi apresentado à ANBIMA, ao amparo da Instrução CVM 471, do Convênio CVM/ANBIMA, do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas e do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, em 1º de junho de 2010.

A Oferta foi registrada pela CVM em 20 de julho de 2010, sob os nºs CVM/SRE/DEB/2010/022 (1ª série) e CVM/SRE/DEB/2010/023 (2ª série).

SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA EMISSORA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A EMISSORA ESTÃO NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA.

Apresentamos a seguir um sumário das atividades, informações operacionais, bem como das vantagens competitivas e principais estratégias da Emissora. Este sumário não contém todas as informações sobre a Emissora que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento. Este Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na Seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures”, na página 67 deste Prospecto, nas demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas, cujo acesso está indicado na página 7 deste Prospecto, e na Seção 4 “Fatores de Risco” e Seção 5 “Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, cujo acesso está indicado na página 7 deste Prospecto.

Visão Geral e Breve Descrição do Grupo TAESA

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., nova denominação da Terna Participações S.A., é uma sociedade *holding* de capital aberto, listada no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA. Seu objeto social consiste na participação em outras sociedades que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

A Companhia tem como controladores o FIP Coliseu, que possui 33,59% do capital total da Companhia, a CEMIG GT, companhia aberta e subsidiária integral da CEMIG, que possuiu 32,27% do capital total da Companhia, e a Alterosa, companhia fechada cujos acionistas são a Alvorada (62,78% do capital total), o FIP Coliseu (0,99% do capital total) e a CEMIG GT (36,23% do capital total), que possui 29,42% do capital total da Companhia. O controle da Companhia é compartilhado e regulado por meio de acordo de acionistas, firmado em 28 de dezembro de 2009, entre FIP Coliseu, a CEMIG GT e a Alterosa, tendo ainda como intervenientes a própria Companhia e o Banco Santander (Brasil) S.A.

A Companhia opera seus negócios por meio das seguintes concessionárias de transmissão de energia elétrica: (i) Novatrans; (ii) TSN (incluindo as concessionárias Munirah, GTESA e PATESA, que foram incorporadas pela TSN); (iii) ETEO; (iv) ETAU; e (v) Brasnorte.

Além disso, a Emissora detém o controle da TAESA Serviços, a qual foi constituída com objetivo de realizar, no âmbito do setor elétrico nacional, serviços diversos não compreendidos no escopo das concessões outorgadas às Concessionárias pela União, representada pela ANEEL, incluindo a realização de estudos de viabilidade, engenharia básica e detalhada, execução de construções, operação e manutenção de sistema de energia elétrica, além de todos os sistemas conexos de supervisão, controle, repartição e monitoramento.

As atividades da Emissora, por meio das Concessionárias, são a implementação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica no Brasil. Tais atividades são de responsabilidade das Concessionárias, que operam por meio de contratos de concessão celebrados com o Poder Concedente, com prazo de vigência de 30 anos, da seguinte forma:

Concessionárias	Data de Celebração do Contrato de Concessão	Data de Vencimento do Contrato de Concessão
Novatrans	20/12/2000	20/12/2030
TSN	20/12/2000	20/12/2030
TSN – Munirah	18/02/2004	18/02/2034
TSN – GTESA	21/01/2002	21/01/2032
TSN – PATESA	11/12/2002	11/12/2032
ETEO	12/05/2000	12/05/2030
ETAU	18/12/2002	18/12/2032
Brasnorte	17/03/2008	17/03/2038

Com base nos dados fornecidos pela Companhia, atualmente as Concessionárias operam 2.447 km de linhas de transmissão de 500 kV, 502 km de linhas de transmissão de 440 kV e 763 km de linhas de transmissão de 230 kV, totalizando o montante de 3.712 km de linhas de transmissão em todo o Brasil, distribuídas entre as Concessionárias da seguinte forma:

- (i) 1.362 km de linhas de transmissão de 500 kV e 230 kV na TSN, sendo 1.069 km (1.062 km de 500 kV e 7km de 230 kV) de linhas de transmissão que se estendem da subestação Serra da Mesa, em Goiás, até a subestação de Sapeaçu, na Bahia (Interligação Sudeste-Nordeste); uma linha de transmissão de 500 kV de 107 km que se estende da subestação de Sapeaçu até a subestação de Camaçari II, ambas na Bahia (outorgada à Munirah); uma linha de transmissão de 230 kV de aproximadamente 51 km que se estende da subestação de Goianinha, em Pernambuco, até Mussurê, na Paraíba (outorgada à GTESA); e uma linha de transmissão de 230 kV de aproximadamente 135 km que se estende da subestação de Paraíso até a subestação de Açu, ambas no Rio Grande do Norte (outorgada à PATESA);
- (ii) 1.278 km de linhas de transmissão de 500 kV na Novatrans, que se estendem do Distrito Federal até o Maranhão (Interligação Norte-Sul II);
- (iii) 188 km de linhas de transmissão de 230 kV na ETAU, que se estendem da subestação Campos Novos, no Estado de Santa Catarina, até a subestação Santa Marta, no Estado do Rio Grande do Sul;
- (iv) 502 km de linhas de transmissão de 440 kV na ETEO, que se estendem entre as subestações de Taquaraçu, Assis e Sumaré, todas no Estado de São Paulo; e
- (v) aproximadamente 382 km de linhas de transmissão de 230 kV na Brasnorte, no Estado do Mato Grosso.

Para maior conveniência, o mapa a seguir ilustra a distribuição das linhas de transmissão operadas pelas Concessionárias em todo o território brasileiro:



Fonte: Companhia

Segundo a Companhia, além das linhas de transmissão, as Concessionárias operam um total de 28 subestações, bem como um centro de controle.

As Concessionárias operam essas instalações integradas com base em regulamentos editados pela ANEEL, orientações e diretivas do ONS e de acordo com as condições previstas em seus contratos de concessão e contratos de prestação de serviços de transmissão, celebrados entre o ONS e cada uma das Concessionárias.

Como sociedade *holding*, detentora de participação acionária em concessionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, praticamente todos os seus proventos são decorrentes dos dividendos pagos pelas Concessionárias, cujas receitas são oriundas da RAP recebida em contrapartida pela implementação, operação e manutenção de suas instalações de transmissão. A RAP corresponde ao valor fixo apresentado em leilão pelas Concessionárias (e aceito pela ANEEL) quando da outorga de suas concessões e não está relacionada ao volume de energia elétrica transmitido por suas instalações. A RAP é reajustada anualmente com base na inflação, medida pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de acordo com o disposto no respectivo contrato de concessão, referente ao período compreendido entre junho do ano anterior e maio do ano do reajuste. A RAP poderá também ser revisada em determinados eventos extraordinários, tais como alterações na legislação tributária ou de outra natureza, bem como com base em investimentos aprovados em linhas e instalações de transmissão.

O Grupo TAESA acredita ser um dos maiores grupos privados de transmissão de energia elétrica do Brasil, em termos de RAP. A tabela a seguir apresenta a RAP das Concessionárias (em milhões de reais) para os períodos indicados:

	2006-2007	2007-2008	2008-2009	2009-2010
Ajuste IGP-M / IPCA ^(*)	-0,3%	4,4%	11,5%	3,6%
Novatrans	268,5	280,3	312,6	324,0
TSN	244,2	254,9	287,4	303,2
TSN – Munirah	18,3	19,1	21,3	22,1
TSN – GTESA	4,6	4,8	5,3	5,5
TSN – PATESA	10,7	11,2	12,5	13,0
ETAU**	24,0	24,9	27,8	29,0
ETEO	90,8	94,8	105,8	109,6
Brasnorte**	-	-	-	16,4
Total	661,1	690,1	772,8	822,7

^(*) A RAP das Concessionárias é anualmente ajustada pelo índice de inflação IGP-M, exceto no caso da Brasnorte, em que a RAP é ajustada anualmente pelo IPCA.

^(**) O valor é referente a 100% da RAP e não a participação da Companhia.

Fonte: Companhia.

Sociedades Operacionais

A seguir é apresentada a breve descrição das sociedades operacionais do Grupo TAESA, as quais, com exceção da Taesa Serviços, que realiza serviços diversos no âmbito do setor elétrico nacional, conforme descrito abaixo, têm como atividade a transmissão de energia elétrica e implantação, operação e manutenção das instalações da Rede Básica. Todas as informações com relação à extensão das linhas de transmissão das sociedades operacionais do Grupo TAESA abaixo apresentadas foram fornecidas pela Companhia.

TSN

A TSN foi constituída em outubro de 2000 para a exploração da concessão de serviço de transmissão de energia elétrica e implantação, operação e manutenção das instalações da Rede Básica integrantes do grupo C – Interligação Sudeste-Nordeste. A TSN foi fundada pela Enelpower e pela Inepar, que se organizaram sob forma de consórcio para fins de participação no processo licitatório que resultou na outorga da concessão de transmissão à TSN.

Em dezembro de 2003, a Terna S.p.A. tornou-se a acionista controladora da TSN, tendo transferido sua participação acionária na TSN para a Companhia em junho de 2006.

A interligação Sudeste-Nordeste compreende aproximadamente 1.062 km de linhas de transmissão de 500kV, que se estendem da subestação Serra da Mesa, em Goiás, até a subestação de Sapeaçu, na Bahia, e cinco subestações, sendo que a TSN é proprietária de 4 dessas subestações. A operação comercial de parte predominante da interligação Sudeste-Nordeste iniciou-se em março de 2003, sendo que a linha tornou-se inteiramente operacional, incluindo um compensador variável e algumas linhas de 230 kV, em junho de 2003.

Com a aquisição da Munirah, em março de 2006, a TSN tornou-se proprietária de 107 km adicionais de linhas de transmissão de 500 kV e uma subestação. A aquisição da Munirah justifica-se na medida em que sua rede de transmissão é uma extensão da rede da TSN, interligando a subestação de Sapeaçu (Bahia) com a subestação de Camaçari II (Bahia), de propriedade da Munirah, fechando assim o circuito de transmissão Norte-Nordeste. As instalações de transmissão da Munirah entraram em operação comercial em 30 de outubro de 2005, com a emissão do respectivo termo de liberação provisória pela ANEEL.

Em novembro de 2007 a TSN adquiriu a GTESA e a PATESA, com isso a TSN tornou-se proprietária de 186 km adicionais de linhas de transmissão de 230 kV e quatro subestações. As instalações de transmissão da GTESA e da PATESA entraram em operação comercial em 26 de agosto de 2003 e 1 de setembro de 2004 respectivamente.

Novatrans

A Novatrans foi constituída em outubro de 2000 para a exploração da concessão de serviço de transmissão de energia elétrica e implantação, operação e manutenção das instalações da Rede Básica integrantes do grupo C – Interligação Norte-Sul II. A Novatrans foi fundada pela Civilia Engenharia S.A., pela Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. – CCCC e pela Camargo Corrêa Equipamentos - CCES, que se organizaram sob forma de consórcio para fins de participação no processo licitatório que resultou na outorga da concessão de transmissão à Novatrans.

A interligação Norte-Sul II tem origem na subestação de Imperatriz, no Maranhão, e término na subestação de Samambaia, no Distrito Federal, compreendendo aproximadamente 1.278 km de linhas de 500kV e seis subestações, todas compartilhadas, com oito capacitores séries de 500 kV, sendo dois deles variáveis. Em junho de 2003, a Novatrans iniciou a operação comercial do primeiro trecho de sua rede de transmissão, energizando o terceiro circuito entre a subestação de Serra da Mesa e Samambaia (280 km de extensão). Em dezembro de 2003, foi energizado o segundo trecho da rede, que interliga Serra da Mesa, Gurupi e Miracema (ambas em Tocantins) (512 km de extensão). Por fim, em abril de 2004, entrou em operação o último trecho da rede, que interliga Miracema, Colinas (Tocantins) e Imperatriz (518 km de extensão).

ETEO

A ETEO foi constituída em 10 de março de 2000 para a exploração da concessão de serviço de transmissão de energia elétrica e implantação, operação e manutenção das instalações da Rede Básica. A ETEO foi fundada pela Earth Tech Brasil Ltda. e pela Tyco Group S.A.R.L.

Em 17 de setembro de 2007, a Lovina Participações S.A., subsidiária integral da Companhia, celebrou contrato para aquisição de 100% de seu capital social. Em 30 de maio de 2008 a Lovina Participações concretizou a operação de aquisição de 100% do capital social da ETEO das empresas Earth Tech Brasil (0,01%) e Tyco Group (99,99%). O valor final pago pela Companhia totalizou a soma de R\$ 562,20 milhões. Em 2 de junho de 2008, a ETEO incorporou a Lovina Participações.

A ETEO compreende 502 km de linhas de transmissão de 440 kV e três subestações. As Linhas se estendem entre as subestações de Taquaruçu, Assis e Sumaré, todas no estado de São Paulo, e foi energizada em outubro de 2001.

ETAU

A ETAU foi constituída em dezembro de 2002 para a exploração da concessão de serviço de transmissão de energia elétrica e implantação, operação e manutenção das instalações da Rede Básica. A ETAU foi fundada por: DME Energética Ltda., CEEE, CPFL-G Geração de Energia S.A., Alcoa Alumínio S.A. e Camargo Correa Cimentos S.A., que se organizaram sob forma de consórcio para fins de participação no processo licitatório que resultou na outorga da concessão de transmissão à ETAU.

Em maio de 2004 a CPFL Geração de Energia S.A. transferiu 45% das ações ordinárias que compõem o capital social da ETAU para os demais acionistas e para a Eletrosul.

Em 6 de julho de 2007 a Companhia celebrou contrato para a aquisição de 52,5838% do capital social da ETAU. E em 28 de dezembro de 2007 a Companhia concretizou a operação de aquisição, tornando-se acionista de 52,5838% da ETAU.

A ETAU compreende 188 km de linhas de transmissão de 230kV, que se estendem da subestação Campos Novos, no município de Campos Novos (SC), até a subestação Santa Marta, localizada no município de Passo Fundo (RS), e quatro subestações. A operação comercial da linha iniciou-se em abril de 2005.

Brasnorte

Em 7 de novembro de 2007, os acionistas da Brasnorte, à época membros do Consórcio Jaurú, sagraram-se vencedores do direito de explorar, por 30 anos, a concessão de duas linhas de transmissão de energia elétrica de 230 Kv, com extensão de aproximadamente 382 km e quatro subestações no Estado do Mato Grosso. A Brasnorte foi constituída em 27 de janeiro de 2008 para a exploração da concessão de serviço de transmissão de energia elétrica e implantação, operação e manutenção das instalações da Rede Básica. A Companhia detém participação de 38,67% de referida sociedade, sendo que a Eletronorte detém participação de 49,71% e a Bimetal, participação de 11,62%.

TAESA Serviços

A TAESA Serviços foi constituída em 25 de janeiro de 2008 com objetivo de realizar serviços diversos no âmbito do setor elétrico nacional, incluindo a realização de estudos de viabilidade, engenharia básica e detalhada, execução de construções, operação e manutenção de sistema de energia elétrica, além de todos os sistemas conexos de supervisão, controle, repartição e monitoramento. A prestação dos serviços mencionados será efetuada tanto para as demais companhias do grupo quanto para terceiros interessados na expertise que a companhia tem nesta indústria.

Atualmente a TAESA Serviços possui o projeto de despolarização seletiva, que visa aplicar uma tecnologia inovadora, de eliminação de enxofre corrosivo do óleo dos transformadores e reatores que danifica esses equipamentos impactando diretamente na sua disponibilidade e, portanto, na parcela variável.

Alienação de Controle da Companhia

A Companhia passou por um processo de alteração de controle acionário finalizado em 3 de novembro de 2009, por meio do qual as ações da Companhia de titularidade da Terna S.p.A. foram transferidas para a Transmissora do Atlântico, empresa cujo capital social estava dividido entre o FIP Coliseu, com 51% de participação, e a CEMIG GT, com 49% de participação.

Por meio da Resolução Autorizativa nº 2.107, de 22 de setembro de 2009, a ANEEL anuiu à transferência do controle societário indireto das concessionárias Novatrans, TSN, ETEO, Brasnorte e ETAU, detido pela Terna S.p.A., para a empresa Transmissora do Atlântico, constituída para a aquisição da Companhia e das Concessionárias.

Cisão Parcial da Transmissora do Atlântico seguida de Incorporação pela Companhia

Em 28 de dezembro de 2009, ocorreu a cisão parcial da Transmissora do Atlântico, por meio do qual a Transmissora do Atlântico verteu à Alterosa, sociedade *holding* de capital fechado, controlada pelo FIP Coliseu e pela CEMIG GT, o acervo líquido correspondente à obrigação de realização de oferta pública de aquisição de ações da Companhia, ao caixa para despesas com a cisão parcial e a incorporação da Transmissora do Atlântico pela Companhia, bem como aos custos e despesas da referida oferta.

Ato contínuo, a Transmissora do Atlântico foi incorporada pela Companhia. Como resultado da referida incorporação, as ações da Companhia passaram a ser detidas pelo FIP Coliseu (43,48% do capital votante e 33,59% do capital total) e pela CEMIG GT (41,78% do capital votante e 32,27% do capital total), na mesma proporção das participações detidas por tais acionistas na Transmissora do Atlântico.

OPA da Alterosa

Em 6 de maio de 2010, a Alterosa, realizou oferta pública de aquisição das ações em circulação de emissão da Companhia, com finalidade de assegurar aos demais acionistas da Companhia tratamento igualitário aquele dado à Terna S.p.A., quando da aquisição do controle da Companhia. Conforme documentos societários da Companhia, seu capital social passou a ser distribuído da seguinte forma após a realização da referida OPA:

Acionistas	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Ações Totais	%
Fundo de Investimento em Participações Coliseu - FIP Coliseu	88.498.815	43,5	0	0	88.498.815	33,6
CEMIG Geração e Transmissão SA - CEMIG GT	85.028.274	41,8	0	0	85.028.274	32,3
Transmissora Alterosa de Energia Elétrica S.A.	25.841.774	12,7	51.683.548	86,2	77.525.322	29,4
Conselheiros	22	0	0	0	22	0
Pessoas Vinculadas	2	0	0	0	2	0
Outros (<i>free float</i>)	4.148.824	2,0	8.297.648	13,8	12.446.472	4,7
Total	203.517.711	100	59.981.196	100	263.498.907	100

Bloco de Controle e Estrutura Societária Atual

A Companhia tem como controladores o FIP Coliseu, que possui 33,59% do capital total da Companhia, a CEMIG GT, que possui 32,27% do capital toda da Companhia, e a Alterosa, que possui 29,42% do capital total da Companhia. O controle da Companhia é compartilhado e regulado por meio de acordo de acionistas firmado entre FIP Coliseu, CEMIG GT e Alterosa, tendo ainda como intervenientes a própria Companhia e o Banco Santander (Brasil) S.A.

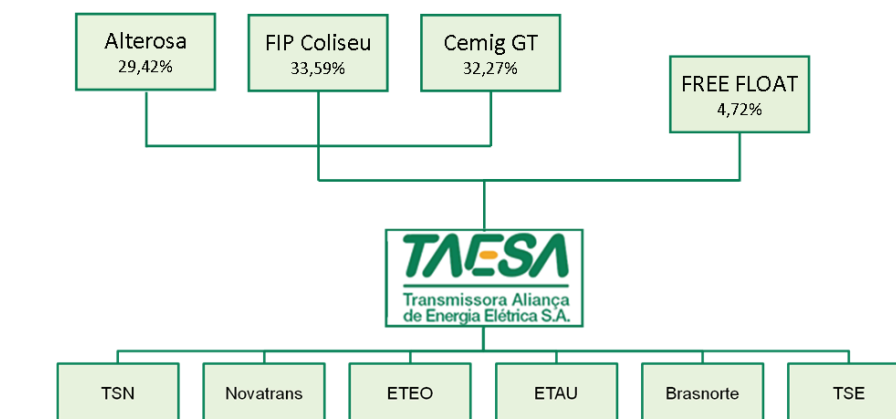
O FIP Coliseu é um fundo de investimento em participações constituído exclusivamente para a implementação da operação de aquisição da Companhia. O FIP Coliseu não possui atividades operacionais e é administrado e gerido pelo Banco Modal S.A., sendo que seus principais quotistas são a Fundação CEEE de Seguridade Social (25%), o Banco Santander (Brasil) S.A. (25%), a Forluz - Fundação Forluminas de Seguridade Social (22,56%) e o BB-BI (15,04%).

Conforme informações disponibilizadas pela CEMIG, a CEMIG GT é uma das maiores concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica no Brasil, sendo a principal geradora e transmissora de energia elétrica no Estado de Minas Gerais, o qual está entre os três maiores mercados consumidores de energia do País por MW consumido, segundo informações da Empresa de Planejamento Energético – EPE, onde estão instaladas algumas das maiores empresas nas áreas de siderurgia, mineração, automobilísticas e metalurgia. As atividades da CEMIG GT compreendem a geração e transmissão de energia elétrica dentro e fora do Estado de Minas Gerais, sendo que sua principal base de operação está localizada nesse Estado.

A CEMIG GT opera seus negócios de geração e transmissão de acordo com contratos de concessão celebrados com a União, representada pela ANEEL, que pertenciam à sua controladora CEMIG antes do processo de desverticalização implementado. A CEMIG GT teve a sua abertura de capital autorizada pela CVM em 10 de outubro de 2006, devendo ser ressaltado que as suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A CEMIG GT é controlada pela CEMIG, que é uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado de Minas Gerais.

A Alterosa é uma sociedade anônima de capital fechado, cujo objeto social é a participação no capital de outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, ligadas ao setor elétrico. São acionistas da Alterosa a Alvorada (62,78% do capital total), o FIP Coliseu (0,99% do capital total) e a CEMIG GT (36,23% do capital total).

O organograma a seguir apresenta a estrutura societária da Companhia em 12 de julho de 2010:



Fonte: Companhia

Vantagens Competitivas

A Companhia acredita que as suas principais vantagens são as seguintes:

As receitas da Companhia são altamente previsíveis e protegidas contra inflação. As receitas que as Concessionárias do Grupo TAESA auferem por meio de seus contratos de concessão não dependem do volume de energia elétrica transmitido em sua rede, e sim da disponibilidade da rede para o SIN, sendo reajustadas anualmente, com base na inflação, medida pelo IGP-M ou pelo IPCA, conforme previsto no respectivo contrato de concessão.

Os contratos de concessão estabelecem um mecanismo de garantia e de reajuste. Os contratos de concessão das Concessionárias do Grupo TAESA estabelecem um mecanismo de garantia, que mitiga o risco de inadimplência pelos usuários das instalações de transmissão, e prevêem um mecanismo de reajuste que protege as Concessionárias contra o impacto de determinadas alterações na legislação tributária brasileira. Esses fatores conferem alta previsibilidade à geração de receitas da Companhia.

As Concessionárias do Grupo TAESA (com exceção da Brasnorte e dos projetos de reforço) não estão sujeitas a revisão tarifária. As Concessionárias (com exceção da Brasnorte e dos projetos de reforço) não estão sujeitas a revisão tarifária por redução do custo das suas dívidas nem tampouco por otimização dos custos com operação e manutenção. Assim sendo, diferentemente das concessionárias cujas concessões foram outorgadas a partir do ano de 2006, a Novatrans, a TSN, a ETEO e a ETAU não estão sujeitas a revisão tarifária por redução do custo das suas dívidas ao final do 5º, 10º e 15º anos das respectivas concessões. Do mesmo modo, diferentemente das concessionárias cujas concessões foram outorgadas a partir do ano de 2007, a Novatrans, a TSN, a ETEO e a ETAU não estão sujeitas a revisão tarifária por otimização dos custos com operação e manutenção ao final do 5º, 10º, 15º, 20º e 25º anos contados das respectivas concessões.

A Companhia possui elevados níveis de eficiência operacional e sinergias, bem como alta qualidade de serviços. Os equipamentos das Concessionárias do Grupo TAESA de qualidade internacional, a infra-estrutura fisicamente integrada e a posição geográfica de seus ativos conferem às Concessionárias e, conseqüentemente, à Companhia, uma plataforma de operação altamente eficiente e sinérgica. Isto é indicado pela baixa relação de custo de pessoal por receita líquida da Companhia e por seu elevado índice de disponibilidade de linhas, que a Companhia acredita estar alinhados com os da maior parte das demais empresas operando no setor de transmissão de energia elétrica brasileiro.

As instalações modernas e de alta qualidade das Concessionárias do Grupo TAESA não exigirão investimentos significativos nos próximos anos. A Companhia planejou e construiu as instalações de suas concessionárias visando atender a padrões internacionais de qualidade e confiabilidade e todas as linhas de transmissão e subestações das Concessionárias iniciaram suas operações nos últimos anos. Sendo assim, a Companhia acredita que as instalações das Concessionárias já existentes deverão apresentar níveis de disponibilidade adequados por diversos anos, sem exigir investimentos significativos para a preservação dos atuais níveis de receitas.

A Companhia está comprometida com elevados padrões de governança corporativa. A Companhia sempre esteve firmemente comprometida com sólidas práticas de governança corporativa. A Companhia integra desde 2006 o Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, que exige elevados padrões de governança corporativa, tais como extensão para todos os acionistas detentores de ações ordinárias das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da venda do controle da companhia e de, no mínimo, 80% deste valor para os detentores de ações preferenciais (*tag along*), realização de uma oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação, no mínimo, pelo valor econômico, nas hipóteses de fechamento do capital ou cancelamento do registro de negociação no Nível 2 e divulgação de demonstrações financeiras de acordo com padrões internacionais IFRS ou US GAAP.

A Companhia está bem posicionada para aproveitar oportunidades de crescimento. A Companhia acredita que a combinação de distâncias continentais entre usinas hidrelétricas e áreas urbanas, consumo de energia elétrica *per capita* em crescimento e condições macroeconômicas favoráveis poderão conduzir a uma rápida expansão das instalações de transmissão de energia elétrica no Brasil. Em razão disto, a ANEEL tem conduzido leilões para outorga de novas concessões de serviços de transmissão. Além disso, a Companhia acredita que a propriedade de instalações de transmissão existentes por empresas de construção, cujo foco principal não é a operação dessas instalações, poderá gerar oportunidades de aquisição em um futuro próximo. A eventual implementação de processos de privatização de empresas estatais que atuam no setor de transmissão representa outra oportunidade de crescimento. Como um dos maiores grupos do setor de transmissão de energia elétrica brasileiro, segundo informações disponíveis no site da ANEEL, a Companhia acredita que ocupa posição privilegiada para aproveitar algumas dessas oportunidades de crescimento. Além do crescimento por meio de aquisições, o Grupo TAESA poderá receber receitas adicionais em decorrência da implementação de reforços nas instalações, tais como os reforços estabelecidos pelo ONS em seu plano de ampliação de 2009 a 2011.

Principais Estratégias

O objetivo da Companhia é manter a liderança entre as empresas do setor de transmissão de energia elétrica do Brasil, enquanto continua a prestar, por meio das Concessionárias do Grupo TAESA, serviços públicos de alta qualidade e maximizar valor para seus acionistas e funcionários, para os usuários de suas instalações (incluindo geradoras e distribuidoras de energia elétrica) e para as autoridades regulatórias brasileiras.

A Companhia pretende alcançar esse objetivo implementando principalmente as seguintes estratégias:

Buscar oportunidades de crescimento atrativas e de maneira disciplinada. Devido ao perfil das atividades da Companhia e à experiência no setor de sua administração, a Companhia acredita estar bem posicionada para aproveitar oportunidades de crescimento atraentes no setor de transmissão de energia elétrica no Brasil e, eventualmente, na América Latina e obter economias de escala adicionais. A Companhia pretende buscar oportunidades atrativas para expandir suas atividades, seja por meio da aquisição de concessões adicionais, de outras empresas que atuam no setor ou de privatizações. Nesse processo de expansão, a Companhia observará um critério estrito de retorno sobre o investimento, que compreenderá uma avaliação detalhada de cada oportunidade, e uma lógica estratégica voltada a ampliar sua base de ativos e as receitas, com a manutenção de uma estrutura eficiente de custos. A aquisição da Munirah, da GTEA e da PATEA pela TSN e a aquisição da ETEO e de participação na ETAU pela Companhia refletem essa lógica estratégica.

Manter alta qualidade dos serviços, com foco em atividades críticas. A Companhia planeja concentrar seus recursos técnicos próprios nas atividades mais complexas e críticas e continuar a fazer com que as Concessionárias, conforme o caso, subcontratem todas as atividades consideradas não críticas junto a prestadores de serviços terceirizados, de modo a reduzir seus custos operacionais sem afetar a qualidade de seus serviços. A Companhia acredita que este modelo a auxiliará a manter em níveis mínimos a indisponibilidade das instalações das Concessionárias, reduzir o tempo de restabelecimento e incrementar a eficiência operacional, permitindo a manutenção do controle e monitoramento adequado das atividades das Concessionárias.

Foco em eficiência financeira. A Companhia planeja alavancar sua geração de fluxo de caixa forte e estável e manter sua estrutura de capital balanceada de modo a maximizar valor para seus acionistas. A Companhia buscará atingir esses objetivos selecionando cuidadosamente oportunidades de investimento para expandir seus negócios, balanceadas com o seu foco em manter uma taxa de pagamento de dividendos adequada para seus acionistas.

Capitalizar em sinergias operacionais para aumentar sua eficiência. A Companhia pretende continuar a alcançar excelência operacional nas atividades das Concessionárias do Grupo TAESA e a otimizar o emprego dos seus recursos. A Companhia pretende racionalizar ainda mais suas funções operacionais e administrativas e aumentar a padronização na aquisição de materiais, equipamentos e serviços, de modo a obter sinergias operacionais adicionais e criar valor para seus acionistas.

Principais Fatores de Risco Relativos à Emissora

A Companhia é uma holding e parte significativa de sua receita provém do recebimento de dividendos e outros rendimentos de suas controladas.

A Companhia é uma sociedade de participações (*holding*) cujos principais ativos são as participações que detém em sociedades concessionárias de transmissão de energia elétrica. Assim, parte significativa da receita da Companhia provém do recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos por tais Concessionárias. Consequentemente, a diminuição relevante na capacidade de distribuição desses dividendos à Companhia poderá afetar sua situação financeira e capacidade de pagamento, inclusive com relação às Debêntures.

Restrições contratuais à capacidade de endividamento da Companhia poderão influenciar negativamente sua capacidade de pagamento.

A Companhia está sujeita a certas cláusulas e condições que restringem sua autonomia e capacidade de contrair novos empréstimos em virtude de contratos celebrados por meio das Concessionárias do Grupo TAESA para a captação de recursos. Na hipótese de descumprimento, por qualquer destas Concessionárias, de qualquer disposição dos referidos contratos, tornar-se-ão exigíveis os valores vincendos (principal, juros e multa) objeto dos referidos contratos. O vencimento antecipado das obrigações das Concessionárias do Grupo TAESA poderá acarretar sérios efeitos sobre a situação financeira da Companhia, considerando-se inclusive a previsão de vencimento cruzado de outras obrigações assumidas pelas Concessionárias, conforme cláusulas presentes em diversos contratos de empréstimos e financiamento celebrados com terceiros. Ademais, a existência de limitações ao endividamento da Companhia poderá afetar sua capacidade de captar novos recursos necessários ao financiamento de suas obrigações vincendas, o que poderá influenciar negativamente sua capacidade de honrar compromissos financeiros, inclusive aqueles derivados das Debêntures.

O nível significativo de endividamento da Companhia poderá afetar adversamente sua situação financeira.

A Companhia possui um nível significativo de endividamento. Em 31 de março de 2010, o endividamento total do Grupo TAESA era de R\$ 1,551 bilhão, sendo que 45% (ou R\$ 700 milhões) correspondia a endividamento de curto prazo. Variações adversas significativas nas taxas de juros poderão levar a um aumento das despesas futuras com encargos de dívida, o que poderá reduzir o lucro líquido da Companhia e, consequentemente, a sua capacidade para honrar as obrigações. Além disso, a Companhia poderá incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins. Caso a Companhia incorra em endividamento adicional, os riscos associados com sua alavancagem poderão aumentar, podendo impactar de forma relevante a capacidade da Companhia em honrar suas obrigações, inclusive com relação às Debêntures.

A Companhia poderá não ser capaz de implementar com sucesso sua estratégia de crescimento, mediante a aquisição de concessionárias de transmissão de energia elétrica existentes e de novas concessões de transmissão.

A estratégia de crescimento da Companhia envolve a aquisição de concessionárias existentes, inclusive mediante a participação em eventuais processos de privatização de empresas estatais que atuam no setor de transmissão de energia elétrica, bem como de novas concessões de transmissão, que possam vir a ser objeto de leilões realizados pela ANEEL. É impossível assegurar que a Companhia terá sucesso em aproveitar quaisquer dessas oportunidades de crescimento, bem como que essas aquisições ou novas concessões terão um resultado positivo no futuro para a Companhia. A incapacidade da Companhia em implementar sua estratégia de crescimento ou a realização, pela Companhia, de aquisições que não lhes tragam no futuro um resultado positivo poderá causar um efeito adverso relevante nos resultados operacionais e na capacidade financeira da Companhia.

A linearização da receita das Concessionárias poderá afetar sua condição financeira e capacidade de pagamento e, consequentemente, a condição financeira e capacidade de pagamento da Companhia.

A CVM, mediante decisão de seu Colegiado em 13 de outubro de 2009, e conforme as disposições da Deliberação CVM nº 539 e da Deliberação CVM nº 597, no âmbito do processo de convergência das normas contábeis brasileiras com os padrões contábeis internacionais, determinou a alteração do tratamento contábil a ser adotado na contabilização da receita das Concessionárias, linearizando a apropriação da mesma ao longo do período de vigência de seus contratos de concessão. A referida linearização da receita das Concessionárias se aplicará a partir do quarto trimestre de 2010, com efeitos retroativos apenas para fins de comparação entre os exercícios sociais de 2009 e de 2010, com a necessidade de re-elaboração das demonstrações financeiras trimestrais de 2010 e comparativos de 2009.

A Companhia não é capaz de avaliar, na presente data, os impactos decorrentes da linearização da receita no patrimônio líquido das Concessionárias. Entretanto, eventuais reduções nos lucros das Concessionárias em razão da linearização poderão afetar adversamente os resultados, a condição financeira e a capacidade de pagamento das Concessionárias e, consequentemente, da Companhia, bem como a capacidade de distribuição de dividendos pelas Concessionárias à Companhia, uma vez que as Concessionárias deverão realizar a distribuição com base na receita linearizada (*i.e.*, considerada durante todo o prazo da concessão e aplicada de forma linear, independentemente das variações).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

II - INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

- Composição do Capital Social
- Características das Debêntures e da Oferta
- Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores
- Operações Vinculadas à Oferta
- Destinação dos Recursos
- Capitalização

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado da Companhia, em 12 de julho de 2010, era de R\$ 1.312.535.193,28, dividido em 263.498.907 ações, sendo 203.517.711 ações ordinárias e 59.981.196 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

De acordo com o Estatuto Social, o capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, por mera deliberação do Conselho de Administração, até o limite de R\$1,4 bilhão, mediante a emissão de novas ações ordinárias ou preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. O aumento do capital social da Companhia com a emissão de novas ações pode compreender uma ou mais espécies ou classes de ações, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie ou classe, observando-se quanto às ações preferenciais, o limite máximo previsto em lei.

A composição acionária da Companhia em 12 de julho de 2010 era a seguinte:

Acionista/Cotista	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Acionista Ords./Cotas		Acionista Prefs./Cotas		Total		Comp. Cap. Social	Participante do Acordo de Acionistas
			Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
Fundo de Investimento em Participações – FIP Coliseu	Brasileira	09.619.403/0001-98	88.498.815	43,48	-	0,00	88.498.815	33,59	12/5/2010	Sim
Cemig Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT	Brasileira	06.981.176/0001-58	85.028.274	41,78	-	0,00	85.028.274	32,27	12/5/2010	Sim
Transmissora Alterosa de Energia Elétrica S.A.	Brasileira	11.114.380/0001-01	25.841.774	12,70	51.683.548	86,17	77.525.322	29,42	12/5/2010	Sim
Ações em Tesouraria			-	0,00	-	0,00	-	0,00		
Conselho			22	0,00	-	0,00	22	0,00		
Pessoas Vinculadas			2	0,00	-	0,00	2	0,00		
Ações em circulação no Mercado			4.148.824	2,04	8.297.648	13,83	12.446.472	4,72		
Total			203.517.711	100	59.981.196	100	263.498.907	100		

1. FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES – FIP COLISEU

Cotista	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Cotas		Participante do Acordo de Acionistas
			Quantidade	%	
Fundação CEEE de Seguridade Social - Eletroceee	Brasileira	90.884.412/0001-24	326	25,0	-
Forluz – Fundação Forluminas de Seguridade Social	Brasileira	16.539.926/0001-90	295	22,6	-
Banco Santander (Brasil) S.A.	Brasileira	90.400.888/0001-42	326	25,0	-
BB – Banco de Investimento S.A.	Brasileira	24.933.830/0001-30	196	15,0	-

1.1. Fundação CEEE de Seguridade Social - Eletroceee

A Fundação CEEE de Seguridade Social – Eletroceee é uma entidade fechada de previdência complementar, patrocinada pela CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações, AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., Rio Grande Energia S.A., Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) e Companhia Riograndense de Mineração, que conta com, aproximadamente, 14 mil participantes, sendo seu patrimônio formado por contribuições de suas patrocinadoras e dos participantes, em observância à Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, e à Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e fiscalizada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da Fundação CEEE, cabendo-lhe fixar os objetivos e a política geral de administração desta fundação e de seus planos de benefícios. O Conselho Deliberativo da Fundação CEEE de Seguridade Social – Eletroceee é constituído por seis membros, sendo três indicados pelas patrocinadoras e três pelos demais participantes, bem como seus respectivos suplentes, na mesma proporção, observado que na composição do Conselho Deliberativo, será considerado o número de participantes vinculados a cada patrocinadora, bem como montante dos respectivos patrimônios. Atualmente, são membros titulares do Conselho Deliberativo da Fundação CEEE de Seguridade Social – Eletroceee: Paulo de Tarso D. Lima (Presidente), Luis Carlos Saciloto Tadiello, Elemar José Heck, Cláudio Canalis Goulart, Cláudio Grimaldi Pedron e Antônio de Pádua Barbedo. Atualmente, são membros suplentes do Conselho Deliberativo da Fundação CEEE: Eduardo Zimmermann, Carlos Carpena de Coitinho, Francisco S. Kucera, Rosmary Baldi Marques, Gerson Gonçalves da Silva e Evanir Júlio de Freitas. O Presidente do Conselho Deliberativo é indicado pelos membros representantes das patrocinadoras e detém o voto de qualidade, ou seja, em caso de empate, o voto dele prevalecerá. A maior patrocinadora da Fundação CEEE é a CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações.

1.1.1 CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações

Acionista/Cotista ¹	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Acionista Ords./Cotas		Acionista Prefs./Cotas		Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Brasileira	87.934.675/0001-96	255.232.851.059	100	43.495.536	100	255.276.346.595	100

1.2. Forluz – Fundação Forluminas de Seguridade Social

A Forluz – Fundação Forluminas de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar, patrocinada pela CEMIG, CEMIG Distribuição S.A., CEMIG GT, Forluz, dentre outras, que conta com, aproximadamente, 21 mil participantes, sendo seu patrimônio formado por contribuições de suas patrocinadoras e dos participantes, em observância à Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, e à Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e fiscalizada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. As patrocinadoras e os participantes não possuem qualquer vínculo entre eles por força de qualquer acordo de voto, não sendo qualquer deles capaz de individualmente influenciar as atividades da Forluz e/ou originar a orientação dos negócios da Companhia. O Conselho Deliberativo é o órgão máximo de deliberação e orientação superior da Forluz, cabendo-lhe fixar os objetivos e a política geral de administração desta fundação e de seus planos de benefícios. O Conselho Deliberativo da Forluz é constituído por seis membros, sendo três indicados pelas patrocinadoras e três pelos demais participantes, bem como seus respectivos suplentes, na mesma proporção. Atualmente, são membros titulares do Conselho Deliberativo da Forluz: Sergio Roberto Belisário (Presidente), Denys Cláudio Cruz de Souza, José Valentim Lino, Luciano Lopes Amaral, Ricardo Luiz Diniz Gomes e Willian Vagner Moreira. Atualmente, são membros suplentes do Conselho Deliberativo da Forluz: Antônio Reginaldo Corrêa da Fonseca, Helder Godinho da Fonseca, João Antunes de Souza, João Batista Pezzini, Gilberto Gomes Lacerda e Vanderlei Toledo. O Presidente do Conselho Deliberativo é indicado pelos membros representantes das patrocinadoras e detém o voto de qualidade, ou seja, em caso de empate, o voto dele prevalecerá, observado o disposto no Estatuto da Forluz.

1.3. Banco Santander (Brasil) S.A.

Acionista/Cotista	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Acionista Ords./Cotas		Acionista Prefs./Cotas		Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Sterrebeeck BV	Holandesa	09.473.556/0001-70	99.527.083.105	46,76	86.492.330.355	46,45	186.019.413.460	46,61
Grupo Empresarial Santander, S.L.	Espanhola	06.164.067/0001-48	74.967.225.596	35,22	63.531.985.888	34,12	138.499.211.484	34,71

1.3.1. Sterrebeeck BV

Acionista/Cotista	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Acionista Ords./Cotas		Acionista Prefs./Cotas		Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Banco Santander, S.A.	Espanhola	-	2.639.306	100	-	-	2.639.306	100

1.3.1.1. Banco Santander, S.A.

O capital social do Banco Santander, S.A. se encontra pulverizado, não havendo acionista ou grupo de acionistas controladores, que originem a orientação dos votos majoritários nas assembleias.

1.3.2. Grupo Empresarial Santander, S.L.

Acionista/Cotista	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Acionista Ords./Cotas		Acionista Prefs./Cotas		Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Banco Santander, S.A.	Espanhola	-	468.793.507	99,11	-	-	468.793.507	99,11

1.3.2.1. Banco Santander S.A.

O capital social do Banco Santander S.A. se encontra pulverizado, não havendo acionista ou grupo de acionistas controladores, que originem a orientação dos votos majoritários nas assembleias.

1.4. BB – Banco de Investimento S.A.

Acionista/Cotista	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Acionista Ords./Cotas		Acionista Prefs./Cotas		Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Banco do Brasil S.A.	Brasileira	00.000.000/0001-91	3.249.378	100	-	-	3.249.378	100

1.4.1. Banco do Brasil S.A.

Acionista/Cotista	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Acionista Ords./Cotas		Acionista Prefs./Cotas		Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Secretaria do Tesouro Nacional	Brasileira	00.394.460/0001-41	1.333.734.061	51,9	-	-	1.333.734.061	51,9

2. CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. – CEMIG GT

Acionista/Cotista ¹	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Acionista Ords./Cotas		Acionista Prefs./Cotas		Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Companhia Energética de Minas Gerais	Brasileira	17.155.730/0001-64	2.896.785	100	-	-	2.896.785	100

¹ O Capital Social das empresas CEMIG GT e CEMIG estão expressos em milhares de ações.

2.1. Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG

Acionista/Cotista ¹	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Acionista Ords./Cotas		Acionista Prefs./Cotas		Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Minas Gerais (Casa Civil)	Brasileira	18.788.398/0011-00	151.993	50,96	0	0,00%	151.993	22,27

¹ O capital social das empresas CEMIG GT e CEMIG estão expressos em milhares de ações.

3. TRANSMISSORA ALTEROSA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Acionista/Cotista	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Acionista Ords./Cotas		Acionista Prefs./Cotas		Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Transmissora Alvorada de Energia Elétrica SA	Brasileira	10.234.351/0001-10	1.110.670.459	97,0	-	0,0%	1.110.670.459	62,78
Fundo de Investimento em Participações – FIP Coliseu	Brasileira	09.619.403/0001-98	17.469.695	1,53	-	0,0%	17.469.695	0,99
Cemig Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT	Brasileira	06.981.176/0001-58	16.784.609	1,47	624.242.223	100,0%	641.026.832	36,23

3.1. Transmissora Alvorada de Energia Elétrica S.A.

Acionista/Cotista	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Acionista Ords./Cotas		Acionista Prefs./Cotas		Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundo de Investimento em Participações – FIP Coliseu	Brasileira	09.619.403/0001-98	161.436.359	51,0%	-	0,0%	161.436.359	25,5%
Cemig Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT	Brasileira	06.981.176/0001-58	155.105.522	49,0%	316.541.881	100,0%	471.647.403	74,5%

3.1.1. Fundo de Investimento em Participações – FIP Coliseu

Para informações acerca da composição do patrimônio do FIP Coliseu, vide subitem 1 acima.

3.1.2. CEMIG Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT

Para informações acerca da composição do patrimônio da CEMIG GT, vide subitem 2 acima.

3.2. Fundo de Investimento em Participações – FIP Coliseu

Para informações acerca da composição do patrimônio do FIP Coliseu, vide subitem 1 acima.

3.3. CEMIG Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT

Para informações acerca da composição acionária da CEMIG GT, vide subitem 2 acima.

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES E DA OFERTA

Esta Seção não contém todas as informações da Oferta que deverão ser consideradas pelos investidores antes de se tomar uma decisão de investir nas Debêntures. A leitura desta Seção não substitui a leitura do inteiro teor deste Prospecto e do Formulário de Referência.

Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.

Aprovação da Oferta

A emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 1º de junho de 2010, cuja ata foi registrada na JUCERJA em 2 de junho de 2010, sob o nº 2034862, e publicada no DOERJ e no “Jornal do Commercio” em 9 de junho de 2010.

Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública sob o regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Para informações sobre o plano da Oferta, vide Seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures e da Oferta – Plano da Oferta”, na página 59 deste Prospecto.

Período para Subscrição das Debêntures

Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a disponibilização deste Prospecto Definitivo aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 10 Dias Úteis contados da data da publicação do Anúncio de Início.

Forma de Subscrição

As Debêntures serão subscritas por meio do SDT.

Forma de Integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição (“Data de Integralização”), em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e do BOVESPAFIX.

Número da Emissão

As Debêntures representam a primeira emissão pública de debêntures da Emissora.

Valor Total da Emissão

O valor total da emissão é de R\$600.000.000,00, na Data de Emissão.

Quantidade

Serão emitidas 60.000 Debêntures, sendo 34.500 Debêntures da Primeira Série e 25.500 Debêntures da Segunda Série.

Valor Nominal

As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00, na Data de Emissão.

Séries

A Emissão será realizada em duas séries, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série foi definida de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, por meio da coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos de Debêntures da Primeira Série e de Debêntures da Segunda Série e das respectivas taxas de remuneração das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorreu no sistema de vasos comunicantes. No Procedimento de *Bookbuilding* não foram aceitos lances dos Coordenadores ou de pessoa(s) jurídica(s) a eles vinculada(s) ou quaisquer outras pessoas vinculadas à Oferta, entendendo-se por pessoas vinculadas aquelas referidas no artigo 55 da Instrução CVM nº 400.

O número de Debêntures a ser alocado a cada série foi definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding* e a emissão das Debêntures da Segunda Série estava condicionada à obtenção de demanda dos investidores suficiente para a emissão de, no mínimo, 10.000 Debêntures da Segunda Série (o “Montante Mínimo da Segunda Série”). Caso não fosse alcançado o Montante Mínimo da Segunda Série no Procedimento de *Bookbuilding*, a Emissora deveria cancelar a emissão da referida série.

A Emissora não poderá colocar as Debêntures da Segunda Série antes de colocadas todas as Debêntures da Primeira Série ou cancelado o saldo não colocado, conforme previsto no artigo 59, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

Tipo e Forma

As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações.

Espécie e Limites de Emissão

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, as Debêntures não conferirão qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.

Tendo em vista que, na data de assinatura da Escritura de Emissão, o capital social integralizado da Emissora era de R\$ 1.312.535.193,28 e que as Debêntures totalizam R\$600 milhões, o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações está atendido.

Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 15 de julho de 2010.

Prazo e Data de Vencimento

As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de cinco anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de julho de 2015 e as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de cinco anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de julho de 2015.

Amortização do Valor Nominal

Amortização das Debêntures da Primeira Série: o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em três parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2013, a segunda com vencimento em 15 de julho de 2014 e a última com vencimento em 15 de julho de 2015, conforme tabela a seguir:

Datas da Amortização das Debêntures da Primeira Série	Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série a ser Amortizado	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série a ser Amortizado
15 de julho de 2013	R\$3.333,33	33,3333%
15 de julho de 2014	R\$3.333,33	33,3333%
15 de julho de 2015	R\$3.333,34	33,3334%

Amortização das Debêntures da Segunda Série: o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em três parcelas anuais, cada uma delas atualizada monetariamente, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2013, a segunda com vencimento em 15 de julho de 2014 e a última com vencimento em 15 de julho de 2015, conforme tabela a seguir:

Datas da Amortização das Debêntures da Segunda Série	Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a ser Amortizado(*)	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a ser Amortizado
15 de julho de 2013	R\$3.333,33	33,3333%
15 de julho de 2014	R\$3.333,33	33,3333%
15 de julho de 2015	R\$3.333,34	33,3334%

(*) O Valor Nominal Unitário aqui apresentado é referenciado à Data de Emissão e deverá ser atualizado monetariamente nos termos da Escritura.

Remuneração

As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

Remuneração das Debêntures da Primeira Série. A remuneração das Debêntures da Primeira Série será a seguinte:

- (i) atualização monetária: o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série não será atualizado; e
- (ii) juros remuneratórios: sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,30%, base 252 Dias Úteis, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a respectiva data de pagamento das Debêntures da Primeira Série (“Juros Remuneratórios da Primeira Série”). A taxa final utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, determinada em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, foi ratificada por meio do Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão. Os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis e deverão ser pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento). O cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com seis casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, calculado com nove casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI_k , da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com oito casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k = número de ordens das Taxas DI, variando de 1 até n_{DI} ;

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do “FatorDI”, sendo “ n_{DI} ” um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI_k , expressa ao dia, calculado com oito casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = (DI_k + 1)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI de ordem k, expressa na forma percentual, divulgada pela CETIP, válida por 1 Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 casas decimais; e

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com nove casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = (\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = 0,0130; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior (conforme o caso) e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

Observações:

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 casas decimais, sem arredondamento;

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série. A remuneração das Debêntures da Segunda Série será a seguinte:

(i) atualização monetária: O Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série ou o Saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE (“Atualização da Segunda Série”), sendo o produto da Atualização da Segunda Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal ou ao Saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série. A Atualização da Segunda Série será paga na periodicidade prevista abaixo (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento). A Atualização da Segunda Série será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde,

VNa = Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série, atualizado, calculado com seis casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série informado/calculado com 6 casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com oito casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde,

n = número total de índices considerados na Atualização da Segunda Série, sendo “n” um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série; após a data de aniversário respectiva, o “NI_k” corresponderá ao valor do número índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;

dup = número de Dias Úteis entre a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA, sendo “dup” um número inteiro; e

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, sendo “dut” um número inteiro.

Observações:

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE;

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor;

Considera-se como “data de aniversário” todo dia 15 de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas;

O fator resultante da expressão $[NI(k) / NI(k-1)]^{(dup/dut)}$ é considerado com oito casas decimais, sem arredondamento; e

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

(ii) juros remuneratórios: as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios de 7,91%, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding* (“Juros Remuneratórios da Segunda Série” e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a “Remuneração da Segunda Série”). A taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série incidirá sobre o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série, atualizados conforme o item (i) acima, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 Dias Úteis, a partir da Data de Emissão e, pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis. A taxa final utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, determinada em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, previsto acima, foi ratificada por meio do Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão. Os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão calculados com base na seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com seis casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal atualizado ou Saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série atualizado, calculado com seis casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com nove casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \left(spread + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = 0,0791; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior (conforme o caso) e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

Indisponibilidade da Taxa DI

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Primeira Série da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de dois Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X da Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série que serão aplicados, observado o disposto abaixo.

Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Primeira Série em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, no prazo de até 30 dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, pelo seu Valor Nominal acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento de Juros Remuneratórios da Primeira Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas no item 4.2.2.2 e seguintes da Escritura de Emissão para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da data em que passar a vigorar, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

Indisponibilidade do IPCA

No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série.

Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Segunda Série, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de dois Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X da Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização da Segunda Série que será aplicada, observado o disposto abaixo.

Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização da Segunda Série entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série representando no mínimo, 2/3 das Debêntures da Segunda Série em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, no prazo de 30 dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, pelo seu Valor Nominal atualizado, ou pelo Saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, com a finalidade de apurar-se a Atualização da Segunda Série com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada para cálculo do fator “C” a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente.

Não obstante o disposto acima, caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do fator “C” no cálculo da Atualização da Segunda Série.

Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série

O pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15 de julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2011 e o último pagamento em 15 de julho de 2015, que é a Data de Vencimento da Primeira Série (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série”).

O pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15 de julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2011 e o último pagamento em 15 de julho de 2015, que é a Data de Vencimento da Segunda Série (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série”).

Repactuação

Não haverá repactuação programada.

Resgate Antecipado Facultativo

Não haverá a possibilidade de resgate antecipado das Debêntures, pela Emissora, na presente Emissão.

Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures da Primeira Série em Circulação ou das demais Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.

Encargos Moratórios

Caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos ficarão sujeitos a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% ao mês sobre o montante devido e não pago, corrigido monetariamente pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, excluindo-se a hipótese de a variação acumulada do IPCA resultar em um valor negativo. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados nas datas previstas na Escritura de Emissão, utilizando-se: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; (b) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA; e/ou (c) os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário, para os titulares de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou custodiadas na BM&FBOVESPA, conforme o caso.

Imunidade Tributária

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado na Seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures e da Oferta – Local de Pagamento”, na página 52 deste Prospecto, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvado os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

Vencimento Antecipado

São considerados eventos de inadimplemento, podendo acarretar o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta e a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, devidamente atualizado, conforme aplicável, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos, quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um “Evento de Inadimplemento”):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou a Escritura de Emissão, não sanado no prazo de um Dia Útil, contado da data do respectivo vencimento;
- (b) caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação da Emissora; (ii) a decretação de falência da Emissora; (iii) o pedido de autofalência, por parte da Emissora; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte da Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;
- (c) decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$50 milhões, ou seu equivalente em outra moeda;
- (d) término antecipado de quaisquer das concessões ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica por parte das sociedades controladas pela Emissora e da Emissora, quando e se esta se tornar concessionária do serviço de transmissão de energia elétrica, conforme aplicável, que represente, separadamente ou em conjunto, um valor igual ou superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da Emissora constante de suas últimas demonstrações financeiras à época;
- (e) protesto de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50 milhões ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for suspenso ou cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias contados da data do respectivo protesto;
- (f) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida na Escritura de Emissão, não sanado no prazo máximo de 30 dias contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação escrita enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido;
- (g) inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer (quaisquer) acordo(s) do(s) qual(is) a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50 milhões, ou seu equivalente em outra moeda;
- (h) fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária, que implique em redução do capital social da Emissora, exceto se (i) por determinação legal ou (ii) nos casos em que ocorra a incorporação, pela Emissora, de qualquer de suas controladas TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A., Novatrans Energia S.A., ETEO – Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A., TAESA Serviços Ltda. e/ou de sua acionista Transmissora Alterosa de Energia S.A.;
- (i) ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da Companhia pela CEMIG GT, exceto no caso em que a gestão operacional da Companhia seja transferida para outra sociedade que seja controlada ou coligada da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG; e
- (j) nacionalização, desapropriação ou qualquer ato governamental que possa causar a apreensão de bens materiais de propriedade da Companhia, incluindo ações ou quotas de emissão de sociedades controladas pela Companhia.

Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nas alíneas (a) e (b) acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles previstos nas alíneas (a) e (b) acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de cinco Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X da Escritura de Emissão e o quorum específico estabelecido abaixo.

Se, nas Assembleias Gerais referidas acima: (a) Debenturistas da Primeira Série detentores de, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Primeira Série em Circulação; e/ou (b) Debenturistas da Segunda Série detentores de, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Segunda Série em Circulação, determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

Adicionalmente, na hipótese de não convocação da Assembleia Geral ou de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, aplicando-se o disposto abaixo.

Observado o disposto acima, em caso de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme aplicável, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal de cada Debênture, devidamente atualizado (se for o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos da Escritura de Emissão, em até três Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.8 da Escritura de Emissão.

Assembleias Gerais de Debenturistas

Às assembleias gerais de Debenturistas (“Assembleias Gerais” ou, individualmente, “Assembleia Geral”) aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

Convocação

As Assembleias Gerais podem ser convocadas (i) pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM, (ii) por Debenturistas da Primeira Série que representem, no mínimo, 10% das Debêntures da Primeira Série em Circulação para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série ou (iii) por Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo 10% das Debêntures da Segunda Série em Circulação para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série. Para deliberações em Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos da Escritura de Emissão e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% das Debêntures em Circulação.

A convocação de Assembleias Gerais se dará mediante anúncio publicado pelo menos três vezes nos órgãos de imprensa referidos na Seção “Introdução – Informações Cadastrais da Emissora”, na página 14 deste Prospecto, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão.

Qualquer Assembleia Geral deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral em primeira convocação.

As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Primeira Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Segunda Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Segunda Série em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.

Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Primeira Série em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos. Da mesma forma, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Segunda Série em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos. Ainda, com relação às Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos da Escritura de Emissão e da regulamentação aplicável, serão consideradas regulares aquelas Assembleias Gerais a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

Quorum de instalação

A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% das Debêntures da Primeira Série em Circulação e/ou no mínimo 50% das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum para ambas as séries.

Mesa Diretora

A presidência de cada Assembleia Geral caberá ao Debenturista da Primeira Série ou ao Debenturista da Segunda Série eleito pela maioria dos titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou pelos titulares das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou àquele que for designado pela CVM.

Quorum de Deliberação

Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no parágrafo abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou em Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso.

Não estão incluídos nos *quora* mencionados no parágrafo acima: (a) os *quora* expressamente previstos em outras Cláusulas da Escritura da Emissão, inclusive com relação a assuntos de interesse comum aos Debenturistas de ambas as séries da presente Emissão; (b) as alterações relativas (i) a qualquer das condições de remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme previsto nos itens 4.2 e 4.3 da Escritura de Emissão; (ii) às condições de resgate antecipado facultativo; (iii) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto na Escritura de Emissão; e/ou (iv) à espécie das Debêntures, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (b) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Primeira Série ou, no mínimo, 90% das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Segunda Série; (c) as autorizações ou permissões (*waivers*) com relação a obrigações da Emissora decorrentes da Escritura de Emissão, devendo qualquer dessas autorizações ou permissões (*waivers*) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Primeira Série ou, no mínimo, 90% das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Segunda Série; e (d) quaisquer alterações relativas à Cláusula VII (que trata das hipóteses de vencimento antecipado) da Escritura de Emissão, que deverá ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em Circulação.

Alterações aos *Quora* de Instalação e/ou Deliberação

As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos nos itens 10.1, 10.2, 10.3, 10.5 e 10.7 da Escritura de Emissão deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% das Debêntures em Circulação. As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos nos parágrafos acima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 90% das Debêntures da Primeira Série em Circulação, ou por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90%, das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.

Matérias de Interesse Específico

Na hipótese de instalação de Assembleia Geral para deliberar sobre matérias de interesse específico de Debenturistas de uma respectiva série, as disposições da Cláusula X da Escritura de Emissão aplicar-se-ão somente aos titulares de Debêntures de tal série, sendo que as matérias de interesse específico dos Debenturistas de cada uma das séries da Emissão somente poderão ser deliberadas por Debenturistas da respectiva série.

Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia em quaisquer Assembleias Gerais.

O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber e não conflitar com o aqui disposto, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

Divulgação de Anúncios Relacionados à Oferta

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente disponibilizados na página da Emissora na rede mundial de computadores (<http://www.taesa.com.br>), bem como comunicados na forma de avisos, e publicados nos jornais DOERJ e “Jornal do Commercio”, exceção feita à publicação do Aviso ao Mercado, do Anúncio de Início e do Anúncio de Encerramento, que serão publicados apenas no “Valor Econômico – Edição Nacional”.

Público Alvo

O público alvo da Oferta é composto por investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inclusive clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

Inadequação da Oferta a Certos Investidores

As Debêntures não são adequadas a investidores que: (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado; e/ou (iii) não estejam capacitados a compreender e assumir os riscos inerentes ao investimento nas Debêntures. Os investidores devem ler a Seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures”, nas páginas 67 a 70 deste Prospecto, em conjunto com a Seção 4 “Fatores de Risco” e a Seção 5 “Riscos de Mercado” do Formulário de Referência da Emissora, antes de aceitar a Oferta.

Registro para Distribuição das Debêntures

As Debêntures serão registradas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada na CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio (a) do SND, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) do Sistema BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

Manifestação de Revogação da Aceitação da Oferta

Caso a Oferta seja suspensa ou modificada, nos termos do item “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” abaixo, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores até às 16:00 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos tributos incidentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

Caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores: (i) até às 16:00 horas do quinto Dia Útil subsequente à data de disponibilização deste Prospecto, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até às 16:00 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, no caso das alíneas (b) e (c) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, e sem reembolso, não havendo dedução de encargos ou tributos de qualquer natureza dos valores dados em contrapartida às Debêntures pelos investidores, no prazo de três Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

Suspensão ou Cancelamento da Oferta

Caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato de Distribuição seja resilido, todos os atos de aceitação serão cancelados e o Coordenador Líder comunicará aos investidores o cancelamento da Oferta, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, não havendo dedução de encargos ou tributos de qualquer natureza dos valores dados em contrapartida às Debêntures pelos investidores, no prazo de três Dias Úteis contados da data da comunicação do cancelamento da Oferta.

Modificação da Oferta

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Emissora, de comum acordo com os Coordenadores, de modificação ou revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta.

É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores.

A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Debêntures ofertadas. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, não havendo dedução de encargos ou tributos de qualquer natureza dos valores dados em contrapartida às Debêntures pelos investidores, no prazo de três Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do Anúncio de Início. Os Coordenadores deverão acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Os Coordenadores comunicarão diretamente aos investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de cinco Dias Úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência escrita, correio eletrônico ou via fac-símile, aos Coordenadores ou em sua sede, no endereço indicado na Seção “Introdução – Identificação de Administradores, Consultores Legais e Auditores Independentes”, na página 16 deste Prospecto, o interesse em manter a aceitação da Oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à Oferta, aplicar-se-á o disposto no terceiro parágrafo deste item, que se refere à restituição dos valores aos investidores.

Estabilização de Preços e Garantia de Liquidez

Não foram celebrados contrato de estabilização de preços ou contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Debêntures.

Contrato de Distribuição

O Contrato de Distribuição estará disponível para consulta na sede da Emissora, no endereço indicado na Seção “Introdução – Identificação de Administradores, Coordenadores, Consultores Legais e Auditores Independentes”, na página 16 deste Prospecto.

Garantia Firme

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores foram contratados para realizar a coordenação, colocação e distribuição pública das Debêntures, em regime de garantia firme de colocação, válida até o dia 27 de outubro de 2010, exceto conforme disposto abaixo, sem qualquer solidariedade entre os Coordenadores e na proporção descrita a seguir:

Instituição	Montante de Garantia Firme	% da Garantia Firme da Emissão
BB – BI	Até R\$ 200.000.000,00	33,33%
BTG Pactual	Até R\$ 200.000.000,00	33,33%
Citibank	Até R\$ 100.000.000,00	16,67%
HSBC	Até R\$ 100.000.000,00	16,67%

A colocação das Debêntures será feita em até 10 Dias Úteis, contados da data de publicação do Anúncio de Início (“Prazo de Colocação”).

Se, ao final do prazo mencionado acima, as Debêntures não tiverem sido totalmente colocadas, a alocação da garantia firme será determinada exclusivamente pela Companhia, exclusivamente por meio da subscrição e integralização das Debêntures alocadas para a Primeira Série e deverá ser exercida pela Taxa Máxima da Primeira Série, ficando cada um dos Coordenadores responsável pela subscrição e integralização das Debêntures que eventualmente não sejam colocadas, sempre nas suas respectivas proporções, conforme determinado na tabela acima.

Os Coordenadores poderão revender, até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, as Debêntures adquiridas em virtude do exercício da garantia firme de colocação por preço não superior ao Preço de Subscrição acrescido da Remuneração das Debêntures entre a Data de Emissão e a data de revenda. A revenda das Debêntures pelos Coordenadores, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época. A revenda das Debêntures, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

Plano da Oferta

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável, os Coordenadores iniciarão a colocação das Debêntures.

A colocação das Debêntures somente ocorrerá após: (a) a obtenção do registro da Oferta junto à CVM; (b) a disponibilização deste Prospecto Definitivo aos investidores, nos termos da Instrução CVM 400; e (c) a publicação do Aviso ao Mercado, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400, e do Anúncio de Início. A colocação pública das Debêntures será realizada no mercado primário por meio do SDT.

Anteriormente ao registro da Oferta junto à CVM, os Coordenadores disponibilizaram ao público o Prospecto Preliminar, precedido da publicação do Aviso ao Mercado, não havendo, contudo, recebimento pelos Coordenadores de reservas de subscrição de Debêntures.

A colocação será pública e sob o regime de garantia firme de subscrição, com a intermediação dos Coordenadores, não existindo lotes mínimos ou máximos de investimento.

O plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores levará em consideração suas relações com investidores e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos estabelecidos no Contrato de Distribuição. Não haverá a possibilidade de reservas para subscrição ou aquisição das Debêntures durante prazo de distribuição pública.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável e a prestação de informações à Emissora, quando por ela solicitado, os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Debêntures, de forma a assegurar: (a) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (b) a adequação do investimento ao perfil de risco dos investidores; bem como (c) que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplar dos Prospectos para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa(s) designada(s) pelos Coordenadores, nos termos dos incisos I, II e III do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400.

Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos investidores interessados em adquirir as Debêntures.

Durante todo o Prazo de Colocação, o preço de integralização das Debêntures da Primeira Série corresponderá ao Preço de Subscrição da Primeira Série e o preço de integralização das Debêntures da Segunda Série corresponderá ao Preço de Subscrição da Segunda Série.

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

Não será: (a) constituído fundo de sustentação de liquidez; (b) firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures; e/ou (c) firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures.

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

Não haverá a possibilidade de aumento da quantidade de Debêntures no âmbito da Oferta, seja por meio de lote adicional (nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400), seja por meio de lote suplementar (nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400).

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso qualquer dos Coordenadores eventualmente venha a subscrever Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, e tenha interesse em vender qualquer dessas Debêntures antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda de tais Debêntures será limitado ao Preço de Subscrição da Primeira Série e/ou Preço de Subscrição da Segunda Série, conforme o caso.

A revenda de Debêntures por qualquer dos Coordenadores, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época, observada a regulamentação aplicável.

Custos da Oferta

As tabelas abaixo demonstram os custos, total e unitário, da Oferta, com base no valor na Data de Emissão:

Custo Total da Oferta	Valor (R\$)	% Valor Total da Emissão
Valor da Emissão	600.000.000,00	100,00
Custo de Registro pela CVM	165.740,00	0,03
Custo de Registro pela ANBIMA	30.000,00	0,01
Comissão de Coordenação e Estruturação(*)	539.100,00	0,09
Comissão de Garantia Firme(*)	1.360.800,00	0,23
Comissão de Distribuição(*)	567.000,00	0,09
Custos com Tributos Incidentes sobre as Comissões pagas aos Coordenadores	173.100,00	0,03
Despesas com Auditores e Advogados	465.000,00	0,08
Despesas com Classificação de Risco	36.732,00	0,01
Despesas com Publicações, Impressões e Apresentações a Potenciais Investidores	183.605,44	0,03
Custo da Oferta	3.521.077,44	0,60
Montante Líquido para a Emissora	596.478.922,56	99,41
Percentual do Custo da Oferta em Relação ao Valor da Emissão		0,60

(*) Valores líquidos.

Custo Unitário da Oferta	Valor (R\$)	% do Valor Unitário
Valor Nominal	10.000,00	100,00
Custo da Oferta por Debênture	58,68	0,59
Montante Líquido para a Emissora por Debênture	9.941,32	99,41

Além das comissões indicadas na tabela acima, não serão devidos quaisquer outros tipos de remuneração aos Coordenadores.

Cronograma da Oferta

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das etapas da Oferta.

Nº	Evento	Data de Realização/ Data Prevista*
1.	Assembleia Geral Extraordinária aprovando a emissão das Debêntures e a Oferta	01/06/2010
2.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na ANBIMA	01/06/2010
3.	Publicação de Fato Relevante sobre a Oferta	02/06/2010
4.	Publicação do Aviso ao Mercado da Oferta Disponibilização do Prospecto Preliminar Início das Apresentações a Potenciais Investidores	14/06/2010
5.	Encerramento das Apresentações a Potenciais Investidores	18/06/2010
6.	Envio dos documentos à CVM pela ANBIMA	22/06/2010
7.	Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	08/07/2010
8.	Registro da Oferta na CVM Publicação do Anúncio de Início da Oferta com a divulgação do resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Início da Oferta	20/07/2010
9.	Disponibilização do Prospecto Definitivo	21/07/2010
10.	Encerramento da Oferta Liquidação da Primeira Série Liquidação da Segunda Série	03/08/2010 04/08/2010
11.	Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta	Até 06 /08/2010

(*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e atrasos.

Quaisquer comunicados ao mercado relativos à Oferta serão informados por meio de publicação de aviso no “Jornal do Commercio” e na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.taesa.com.br), exceção feita à publicação do Aviso ao Mercado, ao Anúncio de Início e ao Anúncio de Encerramento, que serão publicados apenas no “Valor Econômico – Edição Nacional”.

Para informações sobre “Manifestação de Revogação da Aceitação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Modificação da Oferta”, vide página 57 deste Prospecto.

RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES

Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder

Além do relacionamento referente à Oferta, a Emissora mantém relacionamento comercial com o Coordenador Líder ou com sociedades de seu conglomerado econômico, também na qualidade de coordenador líder, envolvendo a distribuição pública de notas promissórias comerciais da terceira emissão da Emissora. A remuneração total do Coordenador Líder com relação à referida terceira emissão de notas promissórias da Emissora foi equivalente a R\$ 360.000,00, que corresponde a 0,06546% do volume total daquela emissão, tendo essa remuneração sido integralmente paga à época da subscrição e integralização das respectivas notas promissórias. Para mais informações, vide Seção “Informações Relativas à Oferta – Destinação dos Recursos”, na página 65 deste Prospecto.

Adicionalmente, o Coordenador Líder detém uma participação de 15% no FIP Coliseu, acionista majoritário e participante do bloco de controle da Companhia.

No que se refere a aquisições, negociações ou compras de valores mobiliários da Emissora ocorridos ao longo dos últimos doze meses, o Banco do Brasil S.A., controlador do BB-BI, adquiriu no mercado primário 180 notas promissórias comerciais da terceira emissão da Companhia, com valor unitário de R\$1 milhão, em montante equivalente a R\$180 milhões.

Relacionamento entre a Emissora e os Demais Coordenadores

BTG Pactual

Além do relacionamento referente à Oferta, a Emissora mantém relacionamento comercial com o BTG Pactual ou com sociedades de seu conglomerado econômico também na qualidade de coordenador, envolvendo a distribuição pública de notas promissórias comerciais da terceira emissão da Emissora. A remuneração total do BTG Pactual com relação à referida terceira emissão de notas promissórias da Emissora foi equivalente a R\$ 360.000,00, que corresponde a 0,06546% do volume total daquela emissão, tendo essa remuneração sido integralmente paga à época da subscrição e integralização das respectivas notas promissórias. Para mais informações sobre essas notas promissórias, vide Seção “Informações Relativas à Oferta – Destinação dos Recursos”, na página 65 deste Prospecto.

No que se refere a aquisições, negociações ou compras de valores mobiliários da Emissora ocorridos ao longo dos últimos doze meses, o BTG Pactual adquiriu no mercado primário 180 notas promissórias comerciais da terceira emissão da Companhia, com valor unitário de R\$1 milhão, em montante equivalente a R\$180 milhões.

Citibank

Além do relacionamento referente à Oferta, a Emissora mantém relacionamento comercial com o Citibank ou com sociedades de seu conglomerado econômico também na qualidade de coordenador, envolvendo a distribuição pública de notas promissórias comerciais da terceira emissão da Emissora. A remuneração total do Citibank com relação à referida terceira emissão de notas promissórias da Emissora foi equivalente a R\$ 190.000,00, que corresponde a 0,03455% do volume total daquela emissão, tendo essa remuneração sido integralmente paga à época da subscrição e integralização das respectivas notas promissórias. Para mais informações sobre essas notas promissórias, vide Seção “Informações Relativas à Oferta – Destinação dos Recursos”, na página 65 deste Prospecto.

Ademais, o Citibank ou sociedades de seu conglomerado econômico possui relacionamento com a Emissora com relação à manutenção de conta corrente e à prestação de serviços de banco mandatário e instituição depositária no âmbito da Oferta, cuja remuneração é de R\$2 mil por mês.

No que se refere a aquisições, negociações ou compras de valores mobiliários da Emissora ocorridos ao longo dos últimos doze meses, o Citibank adquiriu no mercado primário 95 notas promissórias comerciais da terceira emissão da Companhia, com valor unitário de R\$1 milhão, em montante equivalente a R\$95 milhões.

Em relação a operações de crédito, a Emissora detinha, em 31 de março de 2010, a seguinte posição junto ao Citibank:

Partes Envolvidas	Finalidade	Valor Total da Operação em 31 de março de 2010	Prazo	Encargos Financeiros
Citibank, Santander Banespa S.A. e BNP Paribas Brasil S.A. e Novatrans	Refinanciamento de dívida contraída perante o Banco Interamericano de Desenvolvimento	R\$61.011.188,34*	15.12.2013	CDI + 0,9% ao ano

* Tendo em vista ser um empréstimo sindicalizado, o Citibank é credor de apenas um terço desse valor.

HSBC

Além do relacionamento referente à Oferta, a Emissora mantém relacionamento comercial com o HSBC ou com sociedades de seu conglomerado econômico também na qualidade de coordenador, envolvendo a distribuição pública de notas promissórias comerciais da terceira emissão da Emissora. A remuneração total do HSBC com relação à referida terceira emissão de notas promissórias da Emissora foi equivalente a R\$ 190.000,00, que corresponde a 0,03455% do volume total daquela emissão, tendo essa remuneração sido integralmente paga à época da subscrição e integralização das respectivas notas promissórias. Para mais informações sobre essas notas promissórias, vide Seção “Informações Relativas à Oferta – Destinação dos Recursos”, na página 65 deste Prospecto.

No que se refere a aquisições, negociações ou compras de valores mobiliários da Emissora ocorridos ao longo dos últimos doze meses, o conglomerado econômico do HSBC Bank Brasil S.A. adquiriu no mercado primário 95 notas promissórias comerciais da terceira emissão da Companhia, com valor unitário de R\$1 milhão, em montante equivalente a R\$95 milhões.

Nenhum dos Coordenadores ou qualquer outra sociedade de seus conglomerados econômicos receberá qualquer remuneração referente à Oferta além daquelas descritas no Contrato de Distribuição e na Seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures e da Oferta – Custos da Oferta”, na página 60 deste Prospecto. A remuneração dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição, não está de qualquer forma vinculada às notas comerciais da terceira emissão da Emissora. A referida emissão de notas promissórias foi realizada isolada e independentemente das Debêntures, não havendo, segundo entendimento dos Coordenadores, qualquer conflito de interesses envolvendo qualquer Coordenador ou outra sociedade de seu conglomerado econômico com a Companhia e/ou com a atuação dos Coordenadores na presente Oferta.

Além dos relacionamentos descritos acima, a Companhia não mantém, nesta data, com qualquer Coordenador ou outra sociedade do conglomerado econômico de qualquer Coordenador, outro relacionamento comercial relevante, sendo que, no futuro, a Companhia pode vir a contratar com qualquer Coordenador ou outra sociedade de seu conglomerado econômico operações financeiras e bancárias necessárias à condução das atividades da Companhia.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Além do relacionamento referente à Oferta, os Coordenadores mantêm o relacionamento detalhado na Seção – “Informações relativas à Oferta - Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores”, na página 62 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na Seção - “Informações relativas à Oferta - Características das Debêntures e da Oferta - Custos da Oferta”, na página 60 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Emissora, aos Coordenadores, cujo cálculo esteja relacionado à Oferta.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados para o pagamento integral de 550 notas promissórias comerciais da terceira emissão da Emissora, que foram objeto de distribuição pública, com valor nominal unitário de R\$1 milhão, emitidas em 27 de outubro de 2009, no valor total de R\$550 milhões, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 113% da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros e vencimento em 22 de outubro de 2010, além dos custos decorrentes da presente Emissão. O saldo remanescente, se houver, será utilizado pela Emissora para capital de giro. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor relativo às notas promissórias da terceira emissão da Emissora era de R\$572.042 mil.

Em cumprimento ao disposto no item 3.5.1.3 do Anexo III da Instrução CVM 400, os recursos captados por meio das notas promissórias referidas acima foram utilizados pela Emissora para pagamento antecipado do Contrato de Mútuo, celebrado entre a Companhia e sua antiga controladora, Terna S.p.A., em 16 de fevereiro de 2009, no valor de R\$ 500 milhões, com vencimento final previsto para 31 de maio de 2012 e juros remuneratórios contratados à Taxa DI capitalizada de sobretaxa de 3% ao ano.

Na hipótese do montante captado por meio da presente Oferta ser mais do que suficiente para que a Companhia realize o pagamento acima referido, o valor remanescente será utilizado pela Emissora para capital de giro.

A Oferta é realizada sob o regime de garantia firme de colocação, não havendo, portanto, formas alternativas de captação para que a Companhia atinja o seu objetivo de captação.

Para maiores informações sobre o impacto da destinação dos recursos na situação patrimonial da Companhia ver Seção “Informações Relativas à Oferta – Capitalização” na página 66 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela abaixo apresenta o endividamento e a capitalização total da Companhia em 31 de março de 2010. Essas informações foram extraídas das demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, foi inserida uma coluna para refletir o efeito ajustado da emissão e colocação da totalidade das Debêntures, no endividamento da Companhia.

A tabela seguinte deve ser analisada em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas contidas em outras seções deste Prospecto, bem como a Seção 10 “Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência. Não houve qualquer alteração relevante na capitalização da Companhia desde 31 de março de 2010.

	31 de março de 2010	31 de março de 2010
	Real	Ajustado⁽¹⁾
	(em milhares de Reais)	
Total de Empréstimos e Financiamentos	1.551	1.579
Curto Prazo.	700	128
Longo Prazo	851	1.451
Endividamento Líquido.....	1.551	1.579
Patrimônio Líquido	1.946	1.946
Capitalização Total.....	3.497	3.525

⁽¹⁾ Considera a captação de R\$600 milhões da presente Oferta e o pagamento das notas promissórias comerciais da terceira emissão da Emissora. Para maiores informações, vide Seção “Informações Relativas à Oferta - Destinação dos Recursos”, na página 65 deste Prospecto.

III - FATORES DE RISCOS RELATIVOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

RISCO RELATIVOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES

Esta Seção contempla, exclusivamente, os fatores de risco diretamente relacionados à Oferta e às Debêntures e não descreve todos os fatores de risco relativos à Companhia e suas atividades, os quais o investidor deve considerar antes de adquirir as Debêntures no âmbito da Oferta.

Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures, a Emissora e os Coordenadores recomendam a leitura cuidadosa de todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Formulário de Referência da Companhia, em especial a a Seção 4 “Fatores de Risco” e a Seção 5 “Riscos de Mercado”. Caso qualquer dos riscos e incertezas aqui descritos efetivamente ocorra, os negócios, a situação financeira e/ou os resultados operacionais da Emissora poderão ser afetados de forma adversa. Consequentemente, o investidor poderá perder todo ou parte substancial de seu investimento nas Debêntures. Riscos adicionais não previstos neste Prospecto atualmente desconhecidos ou considerados irrelevantes pela Emissora também poderão prejudicar o negócio, o resultado operacional e financeiro, o fluxo de caixa e impactar o pagamento das Debêntures pela Emissora. A leitura deste Prospecto não substitui a leitura do Formulário de Referência.

A espécie das Debêntures é quirografária.

As Debêntures são quirografárias, não contando com garantias ou preferências. Em caso de liquidação da Emissora, os créditos das Debêntures serão realizados preferencialmente apenas sobre os créditos dos acionistas, após o pagamento de todos os demais credores da Emissora.

A taxa de juros estipulada nas Debêntures da Primeira Série pode ser questionada em decorrência da Súmula nº 176 do STJ.

O STJ editou a Súmula nº 176 declarando ser “nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela ANBIMA/CETIP”. De acordo com os acórdãos que sustentam a súmula, tanto a ANBIMA quanto a CETIP são instituições de direito privado, destinadas à defesa dos interesses de instituições financeiras.

As Debêntures da Primeira Série serão remuneradas com base na Taxa DI. Assim, embora a referida súmula não vincule as decisões do Poder Judiciário, existe a possibilidade de, em uma eventual disputa judicial, a referida Súmula ser aplicada pelo Poder Judiciário por considerar que a Taxa DI, divulgada pela CETIP, não é válida como fator de remuneração das Debêntures da Primeira Série. Nesse caso, o índice que vier a ser estipulado pelo Poder Judiciário poderá conceder aos titulares das Debêntures da Primeira Série uma remuneração inferior à da Taxa DI, prejudicando a rentabilidade das Debêntures da Primeira Série.

A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de debêntures pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures por seus titulares.

Atualmente, o mercado secundário brasileiro apresenta baixa liquidez para negociações de Debêntures. Os subscritores das Debêntures não têm nenhuma garantia de que no futuro terão um mercado líquido em que possam negociar a alienação desses títulos, caso queiram optar pelo desinvestimento. Isso pode trazer dificuldades aos titulares de Debêntures que queiram vendê-las no mercado secundário, bem como pode afetar o preço de venda destes títulos.

Eventual rebaixamento na classificação de risco da Oferta poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.

Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação à Oferta e/ou à Emissora durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço desses valores mobiliários e sua negociação no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora com relação às respectivas Debêntures, tais como pedido de recuperação judicial ou de autofalência pela Emissora, não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão, perda da Concessão e vencimento antecipado de outras dívidas. Não há garantias de que a Emissora disporá de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações, hipótese na qual a Emissora poderá sofrer um impacto negativo relevante nos seus resultados e operações. Para mais informações, vide Seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures e da Oferta – Vencimento Antecipado”, na página 53 deste Prospecto, e o disposto no “Anexo A – Escritura de Emissão das Debêntures – Cláusula VII”, na página 90 deste Prospecto.

As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese da Indisponibilidade da Taxa DI ou do IPCA.

Uma vez que na hipótese em que não haja acordo sobre o (a) novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série, na hipótese da indisponibilidade da Taxa DI e/ou (b) novo índice para Atualização da Segunda Série entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série, na hipótese da indisponibilidade do IPCA, conforme seções “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures e da Oferta – Indisponibilidade da Taxa DI”, na página 50 deste Prospecto e “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures e da Oferta – Indisponibilidade do IPCA”, na página 51 deste Prospecto, os adquirentes das Debêntures poderão sofrer prejuízos financeiros em decorrência de tal resgate, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

As informações acerca do futuro da Emissora contidas neste Prospecto podem não ser precisas.

Este Prospecto Definitivo contém informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora que refletem as opiniões da Emissora em relação ao desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolve riscos e incertezas. Não há garantias de que o desempenho futuro da Emissora seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta Seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures”, nas Seções “Fatores de Risco” e “Riscos de Mercado”, do Formulário de Referência da Companhia e/ou em outras seções deste Prospecto Definitivo. As expressões “acredita que”, “espera que” e “antecipa que”, bem como outras expressões similares identificam informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações acerca do futuro da Emissora e não tomar decisões de investimento exclusivamente baseados em previsões futuras ou expectativas. A Emissora não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação acerca das perspectivas de seu futuro, exceto pelo disposto na regulamentação aplicável. A não concretização das perspectivas do futuro da Emissora podem gerar um impacto negativo relevante nos resultados e operações da Companhia.

IV - ANEXOS

- Anexo A Escritura de Emissão das Debêntures e Aditamentos
- Anexo B Atos Societários da Emissora relativos à Emissão
- Anexo C Súmula de Classificação de Risco
- Anexo B Declarações da Emissora e do Coordenador Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO A - ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES E ADITAMENTOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CLÁUSULA II REQUISITOS

A primeira emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, para distribuição pública pela Emissora (a “Emissão” ou a “Oferta”) será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

Registro da Oferta na Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a “Lei das Sociedades por Ações”), da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a “Instrução CVM 400”), da Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 (a “Instrução CVM 471”), da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (a “Instrução CVM 480”), e do Convênio CVM/ANBID de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas, Regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (a “ANBIMA”), em 20 de agosto de 2008 (o “Convênio CVM-ANBID”), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e Publicação dos Atos Societários

Arquivamento da ata da AGE na JUCERJA e sua publicação nos jornais Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no “Jornal do Commercio”. A AGE aprovou, dentre outras características da Oferta e das Debêntures, a Taxa Máxima da Primeira Série (conforme definido abaixo) e a Taxa Máxima da Segunda Série (conforme definido abaixo), tendo sido autorizada a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações lá consubstanciadas, podendo, inclusive, celebrar o aditamento a esta Escritura que definirá a quantidade de Debêntures a ser alocada para cada série da Emissão e a taxa final de remuneração das Debêntures.

2.3. Inscrição da Escritura na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Inscrição desta Escritura na JUCERJA, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Análise prévia pela ANBIMA

Análise prévia da Oferta pela ANBIMA, no âmbito do procedimento simplificado de registro previsto na Instrução CVM 471, nos termos do Convênio CVM-ANBID, bem como do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas e do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, ambos datados de 19 de outubro de 2009.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

Registro das Debêntures para: (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos (o “SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a “CETIP”), sendo a distribuição liquidada na CETIP, e (b) negociação no mercado secundário por meio (i) do SND - Módulo Nacional de Debêntures (o “SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP, e (ii) do Sistema BOVESPAFIX (o “BOVESPAFIX”), administrado e

operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A.– Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (a “BM&FBOVESPA”), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

A presente Escritura contempla a primeira Emissão para distribuição pública de Debêntures da Emissora.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.3. Número de Séries

A Emissão será realizada em até 2 (duas) séries, sendo as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira série doravante denominadas “Debêntures da Primeira Série”, as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda série doravante denominadas “Debêntures da Segunda Série”, e as Debêntures da Primeira Série, conjuntamente com as Debêntures da Segunda Série, doravante denominadas “Debêntures”.

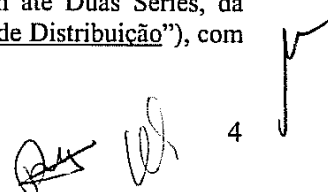
O número de Debêntures a ser alocado a cada série será definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes (o “Sistema de Vasos Comunicantes”). A emissão das Debêntures da Segunda Série está condicionada à obtenção de demanda dos investidores suficiente para a emissão de, no mínimo, 10.000 (dez mil) Debêntures da Segunda Série (o “Montante Mínimo da Segunda Série”). Caso não seja alcançado o Montante Mínimo da Segunda Série no Procedimento de *Bookbuilding*, a Emissora deverá cancelar a emissão da referida série.

3.4. Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados para o pagamento integral de 550 (quinhentas e cinquenta) notas promissórias comerciais da terceira emissão da Emissora, que foram objeto de distribuição pública, com valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), emitidas em 27 de outubro de 2009, no valor total de R\$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), com juros remuneratórios correspondentes a taxa de 113% (cento e treze por cento) da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros e com vencimento em 22 de outubro de 2010, além dos custos decorrentes da presente Emissão. O saldo remanescente, se houver, será utilizado pela Emissora para capital de giro. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor relativo às notas promissórias da terceira emissão da Emissora era de R\$ R\$572.042 mil.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos do “Contrato de Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, da Primeira Emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.” (o “Contrato de Distribuição”), com

 4

a intermediação do BB - Banco de Investimento S.A. (o “BB-BI” ou “Coordenador Líder”), do Banco BTG Pactual S.A. (o “BTG Pactual”), do Banco Citibank S.A. (o “Citibank”), e do HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (o “HSBC” e, em conjunto com o Coordenador Líder, BTG Pactual e Citibank, os “Coordenadores”), por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, utilizando-se o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, segundo plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Ao elaborar o plano de distribuição, os Coordenadores deverão, adicionalmente, assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, o tratamento justo e equitativo aos investidores, bem como que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplar dos Prospectos (conforme definido abaixo) para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelos Coordenadores, nos termos do parágrafo 3º, incisos I, II e III, do artigo 33 da Instrução CVM 400.

3.5.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início após: (a) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (b) a publicação do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures (o “Anúncio de Início”) no âmbito da Emissão; e (c) a disponibilização aos investidores do prospecto preliminar (o “Prospecto Preliminar”) e do prospecto definitivo (o “Prospecto Definitivo”) e, juntamente com o Prospecto Preliminar, os “Prospectos”), nos termos da regulamentação aplicável.

O prazo de colocação das Debêntures será de até 10 (dez) Dias Úteis (conforme definido abaixo), contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início (o “Prazo de Colocação”).

3.5.4. A quantidade e a remuneração de cada uma das séries, nos termos estabelecidos nos itens 4.1.7, 4.2 e 4.3 abaixo, serão definidas em procedimento organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos de Debêntures da Primeira Série e de Debêntures da Segunda Série, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros (o “Procedimento de Bookbuilding”). O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura e divulgado por meio do Anúncio de Início.

3.5.5. Não haverá a possibilidade de aumento da quantidade de Debêntures no âmbito da Oferta, seja por meio de lote adicional (nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400), seja por meio de lote suplementar (nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400).

3.5.6. O público alvo da Oferta é composto por investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inclusive clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

5

3.6. Limite da Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, considerando que o capital social da Emissora, na Data de Emissão (conforme definido abaixo), era de R\$ 1.312.535.193,28 (um bilhão, trezentos e doze milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, cento e noventa e três reais e vinte e oito centavos).

3.7. Banco Mandatário e Instituição Depositária

O banco mandatário da Emissão é o Banco Citibank S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.479.023/0001-80, e a instituição depositária e agente escriturador das Debêntures é o Banco Citibank S.A., acima qualificado (o “Banco Mandatário” e a “Instituição Depositária”, respectivamente, sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e a Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos neste item).

3.8. Objeto Social da Emissora

De acordo com o Estatuto Social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Emissora compreende a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de julho de 2010 (a “Data de Emissão”).




4.1.2. **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografia.

4.1.4. **Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de captelas ou certificados.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o “Valor Nominal Unitário”).

4.1.6. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de julho de 2015 (a “Data de Vencimento da Primeira Série”), e as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de julho de 2015 (a “Data de Vencimento da Segunda Série”) e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, as “Datas de Vencimento”. Na respectiva Data de Vencimento da Primeira Série e na respectiva Data de Vencimento da Segunda Série, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação. A liquidação das Debêntures aqui referida será realizada pela Emissora, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), conforme o caso, acrescido

  6 

dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da data de pagamento imediatamente anterior da respectiva remuneração devida em razão das Debêntures.

4.1.7. Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 60.000 (sessenta mil) Debêntures. A Emissão será realizada em até duas séries, observado o Sistema de Vasos Comunicantes, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série será definida de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurada em Procedimento de *Bookbuilding*, observado o item 3.5.4 acima.

4.1.8. Dia(s) Útil(eis): Para fins da presente Escritura, “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais.

4.2. Remuneração das Debêntures da Primeira Série

As Debêntures da Primeira Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.2.1. Atualização Monetária: o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado.

4.2.2. Juros Remuneratórios: sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (a “Taxa DI”), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa, a ser definido de acordo com Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano (a “Taxa Máxima da Primeira Série”), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a respectiva data de pagamento das Debêntures da Primeira Série (os “Juros Remuneratórios da Primeira Série”).

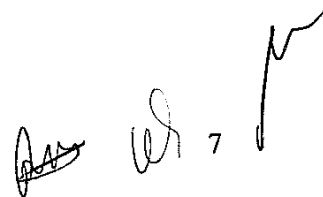
4.2.2.1. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, uma vez definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, previsto no item 4.2.2 acima, será ratificada por meio de aditamento à presente Escritura.

4.2.2.2. Os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis e deverão ser pagos, observada a periodicidade prevista no subitem 4.5.1 abaixo, ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo)). O cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros}-1)$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;



VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI_k , da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k = número de ordens das Taxas DI, variando de 1 (um) até n_{DI} .

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do “FatorDI”, sendo “ n_{DI} ” um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI_k , expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = (DI_k + 1)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI de ordem k , expressa na forma percentual, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = (\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, expressa na forma percentual (limitada a 0,0140, conforme previsto no item 4.2.2 acima), informada com 4 (quatro) casas decimais; e

8

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.2.2.3. Observações:

(a) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

(b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e

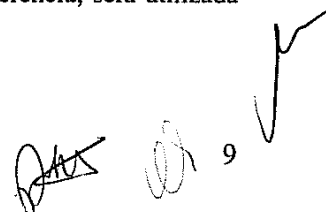
(c) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.2.2.4. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens 4.2.2.5, 4.2.2.6 e 4.2.2.7 abaixo.

4.2.2.5. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Primeira Série da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série que serão aplicados, observado o disposto no item 4.2.2.6 abaixo.

4.2.2.6. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento de Juros Remuneratórios da Primeira Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série com relação às Debêntures da Primeira Série a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas no item 4.2.2. e seguintes desta Escritura para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

4.2.2.7. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

 9

4.3. Remuneração das Debêntures da Segunda Série

As Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.3.1. Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (o “IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (o “IBGE” e a “Atualização da Segunda Série”, respectivamente), sendo o produto da Atualização da Segunda Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série.

4.3.1.1. A Atualização da Segunda Série será paga na periodicidade prevista no item 4.4.2 abaixo ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, conforme aplicável.

4.3.1.2. A Atualização da Segunda Série será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde,

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde,

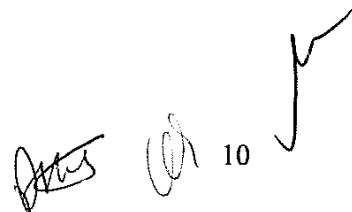
$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{12}} \right]$$

n = número total de índices considerados na Atualização da Segunda Série, sendo “n” um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série; após a data de aniversário respectiva, o “NI_k” corresponderá ao valor do número índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;

dup = número de Dias Úteis entre a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo “dup” um número inteiro; e

 10

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, sendo “dut” um número inteiro.

4.3.1.3. Observações:

(a) O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE;

(b) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor;

(c) Considera-se como “data de aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas;



(d) O fator resultante da expressão $[NI(k) / NI(k-1)]^{(dut/dut)}$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

(e) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.3.1.4. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Segunda Série, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização da Segunda Série que será aplicada, observado o disposto no item 4.3.1.5 abaixo.

4.3.1.5. Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização da Segunda Série entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série representando no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, pelo seu Valor Nominal Unitário atualizado, ou pelo Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, com a finalidade de apurar-se a Atualização da Segunda Série com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada para cálculo do fator “C” a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente.

4.3.1.6. Não obstante o disposto acima, caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do fator “C” no cálculo da Atualização da Segunda Série.

  11

4.3.2. **Juros Remuneratórios:** as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*. Os juros remuneratórios aplicáveis às Debêntures da Segunda Série observarão a taxa máxima equivalente a 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, acrescida à média aritmética das taxas anuais indicativas divulgadas pela ANBIMA para as Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), com vencimento em 15 de maio de 2015 (a “Taxa Máxima da Segunda Série”), média aritmética essa a ser apurada nos 5 (cinco) dias anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (os “Juros Remuneratórios da Segunda Série” e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a “Remuneração da Segunda Série”). A taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizados conforme o subitem 4.3.1 acima, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, e, observada a periodicidade prevista no item 4.5.2 abaixo, pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis.

4.3.2.1. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, uma vez definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, previsto no item 4.3.2 acima, será ratificada por meio de aditamento à presente Escritura.

4.3.2.2. Os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão calculados com base na seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \left(\text{spread} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, expressa em forma percentual (limitada a 0,0140, conforme previsto no item 4.3.2 acima), informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

 12

4.3.3. Para fins de cálculo da remuneração das Debêntures, define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso.

4.3.4. Para fins desta Escritura, define-se “Saldo do Valor Nominal Unitário” o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, remanescente após cada Data de Amortização da Primeira Série ou cada Data de Amortização da Segunda Série, conforme o caso.

4.4. Amortização

4.4.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2013, a segunda com vencimento em 15 de julho de 2014 e a última com vencimento em 15 de julho de 2015 (as “Datas de Amortização da Primeira Série”), conforme tabela a seguir:

Datas da Amortização das Debêntures da Primeira Série	Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série a ser Amortizado	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série a ser Amortizado
15 de julho de 2013	R\$3.333,33	33,3333%
15 de julho de 2014	R\$3.333,33	33,3333%
15 de julho de 2015	R\$3.333,34	33,3334%


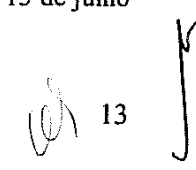
4.4.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, cada uma delas atualizada monetariamente, nos termos desta Escritura, desde a Data de Emissão, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2013, a segunda com vencimento em 15 de julho de 2014 e a última com vencimento em 15 de julho de 2015 (as “Datas de Amortização da Segunda Série”), conforme tabela a seguir:

Datas da Amortização das Debêntures da Segunda Série	Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a ser Amortizado ^(*)	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a ser Amortizado
15 de julho de 2013	R\$3.333,33	33,3333%
15 de julho de 2014	R\$3.333,33	33,3333%
15 de julho de 2015	R\$3.333,34	33,3334%

(*) O Valor Nominal Unitário aqui apresentado é referenciado à Data de Emissão e deverá ser atualizado monetariamente nos termos desta Escritura.

4.5. Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série

4.5.1. O pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, do mês de julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho

 13 

de 2011 e o último pagamento em 15 de julho de 2015, que é a Data de Vencimento da Primeira Série (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série”).

4.5.2. O pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, do mês de julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2011 e o último pagamento em 15 de julho de 2015, que é a Data de Vencimento da Segunda Série (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série”).

4.6. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados nas datas previstas nesta Escritura, utilizando-se: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; (b) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA; e/ou (c) os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário, para os titulares de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou custodiadas na BM&FBOVESPA, conforme o caso.

4.7. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado no item 4.6 acima, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.8. Encargos Moratórios




Caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos ficarão sujeitos a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, corrigido monetariamente pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, excluindo-se a hipótese de a variação acumulada do IPCA resultar em um valor negativo. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.9. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.8 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.10. Preço de Subscrição

4.10.1. As Debêntures da Primeira Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, calculados *pro rata*

  14 

temporis, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (conforme definido abaixo), de acordo com o disposto no item 4.2 desta Escritura, considerando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

4.10.2. As Debêntures da Segunda Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, de acordo com o disposto no item 4.3 desta Escritura, considerando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

4.10.2.1. Caso, até a data de subscrição e integralização das Debêntures da Segunda Série não haja divulgação do IPCA do mês imediatamente anterior, será utilizado para cálculo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série a última projeção de IPCA, conforme acordado pelo Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da ANBIMA ou, na falta dessa projeção da ANBIMA, o último IPCA oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas se e quando o IPCA que seria aplicável for divulgado.

4.11. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição (a “Data da Integralização”) e em moeda corrente nacional, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

4.12. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.13. Publicidade

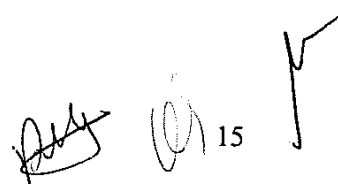
Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente disponibilizados na página da Emissora na rede mundial de computadores (<http://www.taesa.com.br>), bem como comunicados na forma de avisos, e publicados nos jornais Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no “Jornal do Commercio”, exceção feita à publicação do aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400, ao Anúncio de Início e ao anúncio de encerramento de distribuição das Debêntures, que serão publicados apenas no jornal Valor Econômico – Edição Nacional.

4.14. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando custodiadas eletronicamente no SND, e pela BM&FBOVESPA, quando custodiadas na BM&FBOVESPA.

4.15. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

 15

4.16. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

4.17. Fundo de Amortização

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na JUCERJA.

CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo

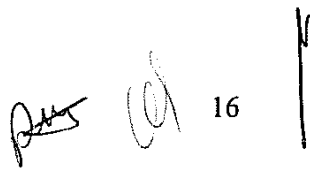
6.1.1. Não haverá a possibilidade de resgate antecipado das Debêntures, pela Emissora, na presente Emissão.

6.2. Aquisição Facultativa

6.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item 6.2, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures da Primeira Série em Circulação ou das demais Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. São considerados eventos de inadimplemento, podendo acarretar o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta e, sujeito ao disposto nos itens 7.2 e 7.3 abaixo, a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, devidamente atualizado, conforme aplicável, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, imediatamente anterior até a data do seu efetivo

 16

pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um “Evento de Inadimplemento”):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou a esta Escritura de Emissão não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil, contado da data do respectivo vencimento;
- (b) caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação da Emissora; (ii) a decretação de falência da Emissora; (iii) o pedido de autofalência, por parte da Emissora; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte da Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;
- (c) decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda;
- (d) término antecipado de quaisquer das concessões ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica por parte das sociedades controladas pela Emissora e da Emissora, quando e se esta se tornar concessionária do serviço de transmissão de energia elétrica, conforme aplicável, que represente, separadamente ou em conjunto, um valor igual ou superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora constante de suas últimas demonstrações financeiras à época;
- (e) protesto de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for suspenso ou cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto;
- (f) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura, não sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação escrita enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido;
- (g) inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda;
- (h) fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária, que implique em redução do capital social da Emissora, exceto: (i) por determinação legal ou (ii) nos casos em que ocorra a incorporação, pela Emissora, de qualquer de suas controladas TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A., Novatrans Energia S.A., ETEO – Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A., TAESA Serviços Ltda. e/ou de sua acionista

  17

Transmissora Alterosa de Energia S.A., sendo que, para fins desta Escritura e da Oferta, qualquer destes processos de incorporação, realizado em conjunto ou separadamente, será doravante definido como um “Evento de Reorganização”;

- (i) ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da Companhia pela Cemig Geração e Transmissão S.A., exceto no caso em que a gestão operacional da Companhia seja transferida para outra sociedade que seja controlada ou coligada da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG; e
- (j) nacionalização, desapropriação ou qualquer ato governamental que possa causar a apreensão de bens materiais de propriedade da Companhia, incluindo ações ou quotas de emissão de sociedades controladas pela Companhia.



7.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nas alíneas (a) e (b) do item 7.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

7.3. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles previstos no item 7.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura e o quorum específico estabelecido no item 7.3.1 abaixo. As Assembleias Gerais aqui previstas poderão também ser convocadas pela Emissora, na forma do item 10.1 abaixo.

7.3.1. Se, nas Assembleias Gerais referidas no item 7.2 acima: (a) Debenturistas da Primeira Série detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação e/ou; (b) Debenturistas da Segunda Série detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

7.3.2. Adicionalmente ao disposto nos itens 7.3 e 7.3.1 acima, na hipótese de não convocação da Assembleia Geral ou de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, aplicando-se o disposto no item 7.4 abaixo.

7.4. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme aplicável, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, devidamente atualizado (se for o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, em até 3 (três) Dias

  18

Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida no item 7.2 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.8 desta Escritura.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA




8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

8.1.1. Disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores:

- (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de seu exercício social de cada ano ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício social então encerrado, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis aceitos no Brasil e com as regras da CVM, acompanhadas de relatório da administração e parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou aos membros de sua administração e respectivas respostas, relativas a essas demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, à gestão ou às contas da Emissora;
- (b) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis aceitos no Brasil e com as regras da CVM, acompanhadas do relatório de revisão especial dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora; e
- (c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 480 no tocante à entrega de informações periódicas, nos prazos ali previstos ou, se não houver prazo determinado nesse normativo, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que forem realizados;

8.1.2. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas em até 5 (cinco) dias após as respectivas publicações;
- (b) em até 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, quaisquer informações relevantes com relação às Debêntures ou quaisquer informações necessárias no âmbito da prestação de serviços pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura, que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
- (c) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa a um Evento de Inadimplemento ou a esta Escritura, imediatamente após o seu recebimento;

  19 

- (d) dentro de, no máximo, 15 (quinze) dias após a realização anual, pela Emissora, de cada assembleia geral ordinária previstas no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, declaração do Diretor de Relação com Investidores da Emissora atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes nesta Escritura;
- (e) informações sobre qualquer fato relevante que seja do conhecimento da Emissora e que possa vir a afetar o seu desempenho financeiro e operacional, imediatamente após a ocorrência de tal fato; e
- (f) os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de *rating* no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Companhia.

8.1.3. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis.

8.1.4. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou do auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito, em base razoável: (a) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente as suas demonstrações financeiras; e (b) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora.

8.1.5. Convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura, Assembleias Gerais para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça.

8.1.6. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia.

8.1.7. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

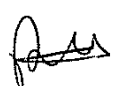


8.1.8. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

8.1.9. Estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

8.1.10. Observado o disposto no item 8.1.27 abaixo, notificar imediatamente o Agente Fiduciário em caso de mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora.

8.1.11. Manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias ou não relativas às Debêntures, decorrentes desta Escritura e/ou a qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures (o “Impacto Adverso Relevante”).

8.1.12. Aplicar os recursos obtidos por meio da presente Emissão estritamente conforme descrito no item 3.4 acima.

  20 

8.1.13. Cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens cujo descumprimento não resulte em Impacto Adverso Relevante.

8.1.14. Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, cujo não pagamento resulte em Impacto Adverso Relevante.

8.1.15. Adotar todas as medidas necessárias para:

- (a) preservar todos os seus direitos, títulos de propriedade, licenças e ativos necessários para a condução dos seus negócios dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais;
- (b) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios, excetuando-se pelo desgaste normal;
- (c) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial; e
- (d) sem prejuízo da ocorrência de qualquer Evento de Reorganização, estender as medidas elencadas nos subitens (a) a (c) deste item 8.1.15 para as sociedades sob seu controle, conforme aplicável.

8.1.16. Contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo: (a) agência de *rating* que divulgue relatórios, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula da classificação de risco das Debêntures; (b) Banco Mandatário e Instituição Depositária; (c) Agente Fiduciário; e (d) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (*i.e.*, SND e BOVESPAFIX).

8.1.16.1. Relativamente à agência de *rating*, a Emissora deverá contratar e manter contratada pelo menos uma agência de *rating* para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, em relação à respectiva classificação de risco: (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de *rating* divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de *rating* nos termos do subitem (f) do item 8.1.2 acima; e (d) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco, observado que, caso a agência de *rating* contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Companhia deverá: (i) contratar outra agência de *rating* sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de *rating* seja a Standard & Poor's, a Moody's America Latina ou a Fitch Ratings; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de *rating* substituta.

8.1.17. Comunicar à CVM e ao Agente Fiduciário o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura, inclusive com relação a suas obrigações, pecuniárias e não pecuniárias, contraídas perante os titulares das Debêntures, imediatamente após o referido descumprimento.

8.1.18. Não realizar o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer natureza a seus acionistas, ressalvado pagamentos feitos conforme previsto no artigo 202 da Lei

21

das Sociedades por Ações: (a) caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas em virtude das Debêntures e essa mora não tiver acarretado o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta, cessando esta proibição tão logo seja purgada a mora; ou (b) caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta, nos termos desta Escritura, cessando esta proibição tão logo a Emissora tenha realizado o pagamento integral de todos e quaisquer valores devidos e não pagos aos Debenturistas em virtude das Debêntures objeto da Oferta, inclusive encargos, se devidos.

8.1.19. Comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos prevista no item 3.4 acima.

8.1.20. Efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário e aprovadas previamente pela Companhia, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura.

8.1.21. Encaminhar, imediatamente, à CVM, à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido no subitem 8.1.16(a) acima.

8.1.22. Informar ao Agente Fiduciário o valor e a data de pagamento de toda e qualquer remuneração referente às Debêntures, em até 5 (cinco) dias após o respectivo pagamento, para que o Agente Fiduciário possa cumprir com suas obrigações, inclusive aquela constante do item 9.4.1(m)(v) abaixo.

8.1.23. Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades, bem como manter os ativos essenciais a suas atividades devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.

8.1.24. Não ceder, transferir ou de qualquer forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação da totalidade dos titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou da totalidade dos titulares das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso.

8.1.25. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social.

8.1.26. Apresentar, por meio desta Escritura e dos demais documentos relacionados à Oferta, declarações e informações verdadeiras, completas e corretas, comprometendo-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário, por escrito, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Emissora, se tornarem imprecisas, incompletas ou não corresponderem mais à realidade.

8.1.27. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza ou escopo de seus negócios, conforme conduzidos nesta data, exceto: (a) quando e se exigido pela legislação ou regulamentação em vigor aplicável à Emissora ou (b) se essa alteração resultar da ocorrência de qualquer Evento de Reorganização.

8.1.28. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não alterar seu objeto social de forma que tal alteração possa causar um Impacto Adverso Relevante em sua capacidade financeira e/ou operacional, exceto se essa alteração resultar da ocorrência de qualquer Evento de Reorganização.

8.1.26. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas na presente Escritura de Emissão.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora nomeia e constitui o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificado, o qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

9.1.2. O Agente Fiduciário declara, neste ato, que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento.

9.2. Remuneração do Agente Fiduciário

Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) parcelas anuais de R\$15.000,00 (quinze mil reais), durante o prazo de vigência das Debêntures, sendo a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura desta Escritura, e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes;

(a.1) No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado: (i) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com os Debenturistas; e (ii) à implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, devendo tais horas ser razoáveis e compatíveis com as atividades executadas. O valor adicional a ser pago ao Agente Fiduciário não superará R\$15.000,00 (quinze mil reais) por evento. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração (a) nos prazos de pagamento e (b) em condições relacionadas ao vencimento antecipado.

(a.2) Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

(a.3) No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas



23




pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora, desde que razoáveis e devidamente comprovadas.

(a.4) O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

- (b) o Agente Fiduciário deverá, com exceção ao primeiro pagamento, enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- (c) a remuneração prevista no subitem (a) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (d) as parcelas referentes ao subitem (a) acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado (o "IGP-M"), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela referida na alínea "a" acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die* se necessário;
- (e) a remuneração não inclui as despesas razoáveis com publicações, notificações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora;
- (f) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) ao mês e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;
- (g) as remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: (i) Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS); (ii) Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); e (iv) quaisquer outros impostos, exceto o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e
- (h) a remuneração cobre os serviços inerentes à função, a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em Assembleias Gerais, ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela

  24 

Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

9.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

9.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (a “Instrução CVM 28”), e eventuais normas posteriores.

9.3.6. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura, que deverá ser arquivada na JUCERJA.

9.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures, o que ocorrer primeiro.

9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;



25



- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, Assembleias Gerais mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 4.13 acima, respeitadas as disposições desta Escritura e as demais regras aplicáveis constantes da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à(s) Assembleia(s) Geral(is);
- (l) comparecer à(s) Assembleia(s) Geral(is) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da(s) Assembleia(s) Geral(is), sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da(s) referida(s) Assembleia(s);
- (m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea “b” do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 15 (quinze) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
 - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;



26



- (v) amortização, aquisição facultativa e pagamentos de remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos no item 7.1 acima;
 - (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - (ix) relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das Debêntures;
- (n) colocar à disposição o relatório de que trata o subitem (m) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) sede da Emissora;
 - (ii) seu escritório;
 - (iii) CVM;
 - (iv) CETIP;
 - (v) BM&FBOVESPA; e
 - (vi) sede do Coordenador Líder;
- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa referidos no item 4.13 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no subitem (n) acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Mandatário, o SND e a BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao aqui disposto, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário, a CETIP e a BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário neste sentido;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (r) sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA;
- (s) enviar à ANBIMA, durante o prazo de vigência das Debêntures, os relatórios de classificação de risco das Debêntures elaborados pela agência de *rating* contratada pela Emissora, em até 5 (cinco)



27



Dias Úteis contados do recebimento do relatório encaminhado pela Emissora, ficando estabelecido que a Emissora deverá fornecer à agência de *rating* respectiva, em tempo hábil, todas as informações necessárias, incluindo informações financeiras e outras que lhes venham a ser por esta solicitadas, para fins de elaboração dos relatórios de classificação de risco das Debêntures;

- (t) observado o disposto nos itens 8.1.27 e 8.1.28 desta Escritura, examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe convocar Assembleias Gerais para deliberar acerca de matéria; e
- (u) convocar, quando necessário, Assembleias Gerais.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures conforme previsto na Cláusula VII desta Escritura e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (a) a (c) acima se, convocada a Assembleia Geral, esta assim o autorizar por deliberação da totalidade dos Debenturistas detentores das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem (d) acima.

9.6. Despesas

9.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.6.2. O ressarcimento a que se refere este item 9.6.1 será efetuado em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

9.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, mediante comprovação do seu pagamento. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos

  28

financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias.

9.6.4. As despesas a que se refere este item 9.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:




- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre estados da República Federativa do Brasil e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo as Debêntures na ordem de pagamento.

9.7. Declarações do Agente Fiduciário

9.7.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

  29 

- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (l) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no item 3.6 da presente Escritura.

CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Às assembleias gerais de Debenturistas (as “Assembleias Gerais” ou, individualmente, a “Assembleia Geral”) aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

10.1.1. As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM, por Debenturistas da Primeira Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série, ou por Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série. Para deliberações em Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

10.1.2. A convocação de Assembleias Gerais se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa referidos no item 4.13 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. Qualquer Assembleia Geral deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral em primeira convocação.

10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Primeira Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Segunda Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Segunda Série em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.

30

10.1.5. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Primeira Série em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos. Da mesma forma, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Segunda Série em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos. Ainda, com relação às Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, serão consideradas regulares aquelas Assembleias Gerais a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ao), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação e/ou, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum para ambas as séries.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos os *quora* de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, previstos nesta Escritura, consideram-se “Debêntures da Primeira Série em Circulação” ou “Debêntures da Segunda Série em Circulação” (conjuntamente, as “Debêntures em Circulação”) todas as Debêntures da Primeira Série ou Debêntures da Segunda Série, respectivamente, subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (b) de titularidade de (i) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (ii) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. Mesa Diretora

A presidência de cada Assembleia Geral caberá ao Debenturista da Primeira Série ou ao Debenturista da Segunda Série eleito pela maioria dos titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou pelos titulares das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no item 10.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou em Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso.

10.4.2. Não estão incluídos nos *quora* mencionados no item 10.4.1 acima: (a) os *quora* expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura, inclusive com relação a assuntos de interesse comum aos Debenturistas de ambas as séries da presente Emissão; (b) as alterações relativas (i) a qualquer das condições de remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme previsto nos itens 4.2 e 4.3 desta Escritura; (ii) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura; e/ou (iii) à espécie das Debêntures, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (b) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, seja em qualquer convocação subsequente, por

31

Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Primeira Série, ou, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Segunda Série; (c) as autorizações ou permissões (*waivers*) com relação a obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura, devendo qualquer dessas autorizações ou permissões (*waivers*) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Primeira Série, ou, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Segunda Série; e (d) quaisquer alterações relativas à Cláusula VII desta Escritura, que deverá ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.5 Alterações nesta Cláusula X

As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos nos itens 10.1, 10.2, 10.3, 10.5 e 10.7 desta Escritura deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos no item 10.4 desta Escritura deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, ou por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento), das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.

10.6. Matérias de Interesse Específico

Na hipótese de instalação de Assembleia Geral para deliberar sobre matérias de interesse específico de Debenturistas de uma respectiva série, as disposições desta Cláusula X aplicar-se-ão somente aos titulares de Debêntures de tal série, sendo que as matérias de interesse específico dos Debenturistas de cada uma das séries da Emissão somente poderão ser deliberadas por Debenturistas da respectiva série.

10.7. Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas




10.7.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia em quaisquer Assembleias Gerais.

10.7.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

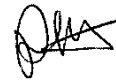


10.7.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber e não conflitar com o aqui disposto, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

  32 

- (a) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e regular segundo as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) esta Escritura e as declarações por ela prestadas nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, constituem obrigação legal, válida e exigível da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (d) a celebração da presente Escritura e a Emissão foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem seu Estatuto Social ou qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;
- (e) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro da Emissão na CVM e o registro das Debêntures junto à CETIP e à BM&FBOVESPA;
- (f) a celebração da presente Escritura e o cumprimento das obrigações decorrentes da Emissão não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos ou rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (g) as demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos na República Federativa do Brasil;
- (h) exceto pelas contingências informadas no Prospecto Preliminar e/ou no Prospecto Definitivo, em especial os processos judiciais mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora à CVM e ao público em geral, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Emissora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um Impacto Adverso Relevante na sua situação financeira ou nas suas operações;
- (i) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto no que se referir a autorizações e licenças (inclusive ambientais) cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em Impacto Adverso Relevante para suas atividades ou situação financeira;
- (j) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;

  33 

- (k) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (l) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua disponibilização, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, sendo que as informações, fatos e declarações contidas nos Prospectos em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (m) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (n) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável da Emissora, em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (o) nenhuma das declarações constantes desta Cláusula XI é falsa, incorreta ou enganosa, na data em que foi dada; e
- (p) com exceção das notas promissórias objeto da terceira emissão da Companhia, não há, nesta data, debêntures ou notas promissórias de outras emissões da Emissora cujo saldo devedor, total ou parcial, ainda esteja em aberto.




CLÁUSULA XII

CANCELAMENTO, SUSPENSÃO, REVOGAÇÃO OU ALTERAÇÕES DOS TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

12.1. Na hipótese da Oferta ser cancelada, revogada ou suspensa, tal fato deverá ser imediatamente divulgado ao menos pelos mesmos meios utilizados para a divulgação do Anúncio de Início. Os investidores que já tenham aceito a Oferta, no caso de sua suspensão, terão o direito de revogar sua aceitação em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva comunicação. Terão direito a restituição integral, sem adição de juros ou correção monetária, do valor dado em contrapartida às Debêntures, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis de sua manifestação, em conformidade com os termos desta Escritura e dos Prospectos: (a) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento ou revogação; e (b) os investidores que tenham revogado a sua aceitação no prazo acima mencionado, na hipótese de suspensão da Oferta.

12.1.1. O disposto no item 12.1 acima se aplica, também, conforme o caso, aos investidores que condicionarem sua adesão à distribuição pública das Debêntures quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, caso essa condição não seja satisfeita quando do encerramento da distribuição pública das Debêntures.

12.2. A eventual modificação dos termos e condições da Emissão e das Debêntures, nos termos do disposto nesta Escritura, deverá ser divulgada imediatamente ao menos pelos mesmos meios utilizados

  34 

12.3. No caso de restituição de valores nos termos acima descritos, os investidores deverão fornecer um recibo de quitação aos Coordenadores referente aos valores restituídos.

Para a Instituição Depositária:

Banco Citibank S.A.

Avenida Paulista, nº 1.111, 10º andar

011311-920 - São Paulo, SP

At.: Andre Pina

Telefone: (11) 4009-3920

Fac-símile: (11) 2122-2057

E-mail: andre.pina@citi.com

Para a CETIP:

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar

01009-000 - São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1563

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

Para a BM&FBOVESPA:

Rua XV de Novembro, nº 275

01013-001 - São Paulo, SP

13.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

13.2. Renúncia




Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.3. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

13.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

  36 

13.5. Irrevogabilidade; Sucessores

A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não atendimento aos requisitos previstos na Cláusula II acima, conforme aplicável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

13.6. Independência das Disposições da Escritura

Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

13.7. Despesas

A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, na CETIP, na BM&FBOVESPA e na ANBIMA; (b) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao Registro desta Escritura e seus aditamentos na JUCERJA; (c) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura e os atos societários da Emissora; e (d) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário, Instituição Depositária, agência de *rating* e outros prestadores de serviços essenciais à Emissão.

13.8. Substituição de Prestadores de Serviços

É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário, da Instituição Depositária e da agência de *rating*. A substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário, da Instituição Depositária e da agência de classificação de *rating*, bem como a indicação de seu(s) substituto(s) deverá ser aprovada em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, cujo quorum para aprovação deverá ser o da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral.




13.9. Foro

Fica eleito o foro central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

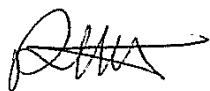
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2010.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

  37 

Página de assinaturas 1/2 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., datada de 10 de junho de 2010.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.



Nome:

Cargo:


Paulo Mota Henriques
Diretor Superintendente Geral
CPF: 492.530.426-72



Nome:

Cargo:

Domingos Sávio Castro Horta
Diretor Superintendente Financ. e RI

	
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	
Nire: 33.3.0027843-5	
Protocolo: 00-2010/157140-2 - 10/06/2010	
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 11/06/2010, E O REGISTRO SOB O NÚMERO	
E DATA ABAIXO.	
ED33000188-6/000	Valéria S.M. Serra
DATA: 11/06/2010	SECRETÁRIA GERAL

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:
Cargos:

Nome: _____
CPF: _____

Ana Cláudia Carvalho
CPF: 090.649.287-46
OAB/RJ 124.176

[illegible]

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA
PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO
PÚBLICA, DA TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**

entre

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
representando a comunhão dos titulares das debêntures

Datado de

9 de julho de 2010

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA
PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO
PÚBLICA, DA TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**

Pelo presente instrumento, de um lado,

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (o "CNPJ/MF") sob o nº 07.859.971/0001-30, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (a "Companhia" ou a "Emissora");

e, de outro lado,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão de titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) (os "Debenturistas da Primeira Série") e das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) (os "Debenturistas da Segunda Série") e, conjuntamente com os Debenturistas da Primeira Série, os "Debenturistas") objeto da presente emissão, aqui representada na forma de seu Estatuto Social (o "Agente Fiduciário") e, conjuntamente com a Emissora, doravante denominados "Partes" e cada um, individualmente, denominado "Parte").

CONSIDERANDO QUE:

- (i) as Partes celebraram, em 10 de junho de 2010, o "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Escritura")", o qual regerá os termos e condições da distribuição pública de 60.000 (sessenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, da primeira emissão da Companhia (a "Oferta" ou a "Emissão" e as "Debêntures", respectivamente);
- (ii) conforme previsto na Escritura, foi realizado Procedimento de *Bookbuilding* em 8 de julho de 2010, em que foram definidos a quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série, bem como a taxa de remuneração das Debêntures; e
- (iii) as Partes, em conjunto, decidiram alterar a Escritura, para refletir a quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série, bem como a taxa final de remuneração das Debêntures e outros ajustes necessários, nos termos aqui dispostos;

RESOLVEM as Partes aditar e consolidar a Escritura, por meio do presente Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (o "Primeiro Aditamento"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas que não sejam expressamente definidos no presente Primeiro Aditamento terão os significados a eles atribuídos na Escritura.



2. Alterar o item 2.5 da Escritura que passa a vigorar com a seguinte redação:

“2.5. Registro para Distribuição e Negociação

Registro das Debêntures para: (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos (o “SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a “CETIP”), sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio (i) do SND - Módulo Nacional de Debêntures (o “SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas por meio da CETIP, e (ii) do Sistema BOVESPAFIX (o “BOVESPAFIX”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A.– Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (a “BM&FBOVESPA”), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.”

3. Alterar o item 4.1.7 da Escritura que passa a vigorar com a seguinte redação:

“4.1.7. Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 60.000 (sessenta mil) Debêntures, sendo 34.500 (trinta e quatro mil e quinhentas) Debêntures da Primeira Série e 25.500 (vinte e cinco mil e quinhentas) Debêntures da Segunda Série. A quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série foi definida de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurada em Procedimento de Bookbuilding, observado o item 3.5.4 acima.”

4. Alterar o item 4.2.2 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“4.2.2. Juros Remuneratórios: sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (a “Taxa DI”), capitalizada de um spread ou sobretaxa de 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento), conforme definido no Procedimento de Bookbuilding (a “Taxa Máxima da Primeira Série”), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a respectiva data de pagamento das Debêntures da Primeira Série (os “Juros Remuneratórios da Primeira Série”).”

9. Alterar o item 4.2.2.2 da escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“4.2.2.2. Os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão calculados em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por Dias Úteis e deverão ser pagos, observada a periodicidade prevista no subitem 4.5.1 abaixo, ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo)). O cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série obedecerá a seguinte fórmula:

(...)

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = (\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

$\text{spread} = 0,0130$;

(...)"

10. Alterar o item 4.3.1.1 da Escritura que passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.3.1.1. A Atualização da Segunda Série será paga na periodicidade e na proporção previstas no item 4.4.2 abaixo ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, conforme aplicável."

11. Alterar o item 4.3.2 da Escritura que passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.3.2. Juros Remuneratórios: as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios de 7,91% (sete inteiros e noventa e um centésimos por cento), conforme definido no Procedimento de Bookbuilding (os "Juros Remuneratórios da Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a "Remuneração da Segunda Série"). A taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizados conforme o subitem 4.3.1 acima, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, e, observada a periodicidade prevista no item 4.5.2 abaixo, pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento), calculados em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por Dias Úteis."

12. Alterar o item 4.3.2.2 da escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.3.2.2. Os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão calculados com base na seguinte fórmula:

(...)

***FatorJuros** = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:*

$$\text{FatorJuros} = (\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

$\text{spread} = 0,0791$;

(...)"

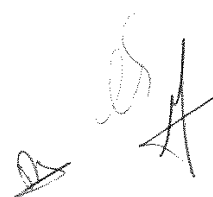
13. Todos os demais termos e condições da Escritura que não tenham sido expressamente alterados pelo presente Primeiro Aditamento são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito. Dessa forma, a Escritura consolidada passa a vigorar conforme disposto no Anexo I.

14. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que todas as declarações e garantias previstas no item 11.1 da Escritura permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Primeiro Aditamento.
15. O Agente Fiduciário declara à Emissora que todas as declarações previstas no item 9.7 da Escritura permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Primeiro Aditamento.
16. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do Primeiro Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 2010.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



Página de assinaturas 1/2 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., datado de 9 de julho de 2010.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.



Nome: _____
Cargo: **Domingos Sávio Castro Horta**
Diretor Superintendente Financ. e RI




Nome: _____
Cargo: **Paulo Mota Henriques**
Diretor Superintendente Geral
CPF: 492.530.428-72

Página de assinaturas 2/2 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., datado de 9 de julho de 2010.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:


Marco Aurélio Machado Ferreira
Procurador


Nome:

Cargo:

Testemunhas:

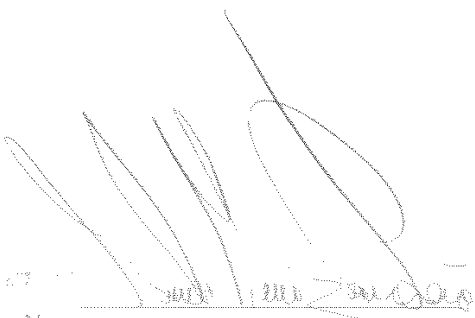
Nome:

CPF:


Ana Cláudia Carvalho
CPF: 090.649.287-46
OAB/RJ 124.176

Nome:

CPF:


Romulo Muniz Considera
CPF: 083.236.257-81
OAB/RJ 158.819

ANEXO I

ESCRITURA CONSOLIDADA

“INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado,

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20, sala 1003 (parte), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (o “CNPJ/MF”) sob o nº 07.859.971/0001-30, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (a “Companhia” ou a “Emissora”);

e, de outro lado,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão de titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) (os “Debenturistas da Primeira Série”) e das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) (os “Debenturistas da Segunda Série” e, conjuntamente com os Debenturistas da Primeira Série, os “Debenturistas”) objeto da presente emissão, aqui representada na forma de seu Estatuto Social (o “Agente Fiduciário” e, conjuntamente com a Emissora, doravante denominados “Partes” e cada um, individualmente, denominado “Parte”);

vêm, por meio desta, firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

A emissão das Debêntures e a Oferta (conforme definidos abaixo) são realizadas, e esta Escritura é firmada, com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 1º de junho de 2010 (a “AGE”), cuja ata foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (a “JUCERJA”), em 2 de junho de 2010, sob o nº 2034862, e publicada, em 9 de junho de 2010, nos jornais Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e “Jornal do Commercio”. A taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) e a taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo), apuradas por meio de Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), bem como a quantidade de Debêntures a ser alocada para a primeira série da Emissão e a quantidade de Debêntures a ser alocada para a segunda série da Emissão, observado o limite previsto no item 4.1.7 abaixo, deverão ser ratificadas por meio de aditamento à presente Escritura.

CLÁUSULA II REQUISITOS

A primeira emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, para distribuição pública pela Emissora (a “Emissão” ou a “Oferta”) será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

Registro da Oferta na Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a “Lei das Sociedades por Ações”), da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a “Instrução CVM 400”), da Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 (a “Instrução CVM 471”), da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (a “Instrução CVM 480”), e do Convênio CVM/ANBID de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas, Regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (a “ANBIMA”), em 20 de agosto de 2008 (o “Convênio CVM-ANBID”), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e Publicação dos Atos Societários

Arquivamento da ata da AGE na JUCERJA e sua publicação nos jornais Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no “Jornal do Commercio”. A AGE aprovou, dentre outras características da Oferta e das Debêntures, a Taxa Máxima da Primeira Série (conforme definido abaixo) e a Taxa Máxima da Segunda Série (conforme definido abaixo), tendo sido autorizada a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações lá consubstanciadas, podendo, inclusive, celebrar o aditamento a esta Escritura que definirá a quantidade de Debêntures a ser alocada para cada série da Emissão e a taxa final de remuneração das Debêntures.

2.3. Inscrição da Escritura na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Inscrição desta Escritura na JUCERJA, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Análise prévia pela ANBIMA

Análise prévia da Oferta pela ANBIMA, no âmbito do procedimento simplificado de registro previsto na Instrução CVM 471, nos termos do Convênio CVM-ANBID, bem como do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas e do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, ambos datados de 19 de outubro de 2009.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

Registro das Debêntures para: (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos (o “SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a “CETIP”), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio (i) do SND - Módulo Nacional de Debêntures (o “SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas através da CETIP, e (ii) do Sistema BOVESPAFIX (o “BOVESPAFIX”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A.– Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (a “BM&FBOVESPA”), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

A presente Escritura contempla a primeira Emissão para distribuição pública de Debêntures da Emissora.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.3. Número de Séries

A Emissão será realizada em até 2 (duas) séries, sendo as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira série doravante denominadas “Debêntures da Primeira Série”, as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda série doravante denominadas “Debêntures da Segunda Série”, e as Debêntures da Primeira Série, conjuntamente com as Debêntures da Segunda Série, doravante denominadas “Debêntures”.

O número de Debêntures a ser alocado a cada série será definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes (o “Sistema de Vasos Comunicantes”). A emissão das Debêntures da Segunda Série está condicionada à obtenção de demanda dos investidores suficiente para a emissão de, no mínimo, 10.000 (dez mil) Debêntures da Segunda Série (o “Montante Mínimo da Segunda Série”). Caso não seja alcançado o Montante Mínimo da Segunda Série no Procedimento de *Bookbuilding*, a Emissora deverá cancelar a emissão da referida série.

3.4. Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados para o pagamento integral de 550 (quinhentas e cinquenta) notas promissórias comerciais da terceira emissão da Emissora, que foram objeto de distribuição pública, com valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), emitidas em 27 de outubro de 2009, no valor total de R\$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 113% (cento e treze por cento) da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros e com vencimento em 22 de outubro de 2010, além dos custos decorrentes da presente Emissão. O saldo remanescente, se houver, será utilizado pela Emissora para capital de giro. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor relativo às notas promissórias da terceira emissão da Emissora era de R\$ R\$572.042 mil.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos do “Contrato de Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, da Primeira Emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.” (o “Contrato de Distribuição”), com a intermediação do BB - Banco de Investimento S.A. (o “BB-BI” ou “Coordenador Líder”), do Banco BTG Pactual S.A. (o “BTG Pactual”), do Banco Citibank S.A. (o “Citibank”), e do HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (o “HSBC” e, em conjunto com o Coordenador Líder, BTG Pactual e Citibank, os “Coordenadores”), por meio do SDT,

administrado e operacionalizado pela CETIP, utilizando-se o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, segundo plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Ao elaborar o plano de distribuição, os Coordenadores deverão, adicionalmente, assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, o tratamento justo e equitativo aos investidores, bem como que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplar dos Prospectos (conforme definido abaixo) para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelos Coordenadores, nos termos do parágrafo 3º, incisos I, II e III, do artigo 33 da Instrução CVM 400.

3.5.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início após: (a) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (b) a publicação do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures (o “Anúncio de Início”) no âmbito da Emissão; e (c) a disponibilização aos investidores do prospecto preliminar (o “Prospecto Preliminar”) e do prospecto definitivo (o “Prospecto Definitivo”) e, juntamente com o Prospecto Preliminar, os “Prospectos”), nos termos da regulamentação aplicável.

O prazo de colocação das Debêntures será de até 10 (dez) Dias Úteis (conforme definido abaixo), contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início (o “Prazo de Colocação”).

3.5.4. A quantidade e a remuneração de cada uma das séries, nos termos estabelecidos nos itens 4.1.7, 4.2 e 4.3 abaixo, serão definidas em procedimento organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos de Debêntures da Primeira Série e de Debêntures da Segunda Série, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros (o “Procedimento de Bookbuilding”). O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura e divulgado por meio do Anúncio de Início.

3.5.5. Não haverá a possibilidade de aumento da quantidade de Debêntures no âmbito da Oferta, seja por meio de lote adicional (nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400), seja por meio de lote suplementar (nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400).

3.5.6. O público alvo da Oferta é composto por investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inclusive clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

3.6. Limite da Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, considerando que o capital social da Emissora, na Data de Emissão (conforme definido abaixo), era de R\$ 1.312.535.193,28 (um bilhão, trezentos e doze milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, cento e noventa e três reais e vinte e oito centavos).

3.7. Banco Mandatário e Instituição Depositária

O banco mandatário da Emissão é o Banco Citibank S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.479.023/0001-80, e a instituição depositária e agente escriturador das Debêntures

é o Banco Citibank S.A., acima qualificado (o “Banco Mandatário” e a “Instituição Depositária”, respectivamente, sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e a Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos neste item).

3.8. Objeto Social da Emissora

De acordo com o Estatuto Social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Emissora compreende a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de julho de 2010 (a “Data de Emissão”).

4.1.2. **Convertibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.1.4. **Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o “Valor Nominal Unitário”).

4.1.6. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de julho de 2015 (a “Data de Vencimento da Primeira Série”), e as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de julho de 2015 (a “Data de Vencimento da Segunda Série” e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, as “Datas de Vencimento”). Na respectiva Data de Vencimento da Primeira Série e na respectiva Data de Vencimento da Segunda Série, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação. A liquidação das Debêntures aqui referida será realizada pela Emissora, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da data de pagamento imediatamente anterior da respectiva remuneração devida em razão das Debêntures.

4.1.7. **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 60.000 (sessenta mil) Debêntures, sendo 34.500 (trinta e quatro mil e quinhentas) Debêntures da Primeira Série e 25.500 (vinte e cinco mil e quinhentas) Debêntures da Segunda Série. A quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série foi definida de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurada em Procedimento de *Bookbuilding*, observado o item 3.5.4 acima.

4.1.8. **Dia(s) Útil(eis):** Para fins da presente Escritura, “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais.

4.2. Remuneração das Debêntures da Primeira Série

As Debêntures da Primeira Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.2.1. **Atualização Monetária:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado.

4.2.2. **Juros Remuneratórios:** sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (a “Taxa DI”), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento), conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding* (a “Taxa Máxima da Primeira Série”), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a respectiva data de pagamento das Debêntures da Primeira Série (os “Juros Remuneratórios da Primeira Série”).

4.2.2.1. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, uma vez definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, previsto no item 4.2.2 acima, será ratificada por meio de aditamento à presente Escritura.

4.2.2.2. Os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis e deverão ser pagos, observada a periodicidade prevista no subitem 4.5.1 abaixo, ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo)). O cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI_k, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,



k = número de ordens das Taxas DI, variando de 1 (um) até n_{DI} .

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do “FatorDI”, sendo “ n_{DI} ” um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI_k , expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = (DI_k + 1)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI de ordem k, expressa na forma percentual, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = (\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = 0,0130; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.2.2.3. Observações:

(a) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

(b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e

(c) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.2.2.4. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens 4.2.2.5, 4.2.2.6 e 4.2.2.7 abaixo.

4.2.2.5. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Primeira Série da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente

Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série que serão aplicados, observado o disposto no item 4.2.2.6 abaixo.

4.2.2.6. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento de Juros Remuneratórios da Primeira Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série com relação às Debêntures da Primeira Série a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas no item 4.2.2 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

4.2.2.7. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

4.3. Remuneração das Debêntures da Segunda Série

As Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.3.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (o “IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (o “IBGE” e a “Atualização da Segunda Série”, respectivamente), sendo o produto da Atualização da Segunda Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série.

4.3.1.1. A Atualização da Segunda Série será paga na periodicidade e na proporção previstas no item 4.4.2 abaixo ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, conforme aplicável.

4.3.1.2. A Atualização da Segunda Série será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde,

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde,

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

n = número total de índices considerados na Atualização da Segunda Série, sendo “n” um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série; após a data de aniversário respectiva, o “NI_k” corresponderá ao valor do número índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;

dup = número de Dias Úteis entre a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo “dup” um número inteiro; e

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, sendo “dut” um número inteiro.

4.3.1.3. Observações:

(a) O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE;

(b) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor;

(c) Considera-se como “data de aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas;

(d) O fator resultante da expressão $[NI(k) / NI(k-1)]^{(dup/dut)}$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

(e) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.3.1.4. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Segunda Série, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de

cálculo da Atualização da Segunda Série que será aplicada, observado o disposto no item 4.3.1.5 abaixo.

4.3.1.5. Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização da Segunda Série entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série representando no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, pelo seu Valor Nominal Unitário atualizado, ou pelo Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, com a finalidade de apurar-se a Atualização da Segunda Série com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada para cálculo do fator “C” a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente.

4.3.1.6. Não obstante o disposto acima, caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do fator “C” no cálculo da Atualização da Segunda Série.

4.3.2. **Juros Remuneratórios:** as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios de 7,91% (sete inteiros e noventa e um centésimos por cento), conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding* (os “Juros Remuneratórios da Segunda Série” e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a “Remuneração da Segunda Série”). A taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizados conforme o subitem 4.3.1 acima, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, e, observada a periodicidade prevista no item 4.5.2 abaixo, pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis.

4.3.2.1. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, uma vez definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, previsto no item 4.3.2 acima, será ratificada por meio de aditamento à presente Escritura.

4.3.2.2. Os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão calculados com base na seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = 0,0791;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.3.3. Para fins de cálculo da remuneração das Debêntures, define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso.

4.3.4. Para fins desta Escritura, define-se “Saldo do Valor Nominal Unitário” o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, remanescente após cada Data de Amortização da Primeira Série ou cada Data de Amortização da Segunda Série, conforme o caso.

4.4. Amortização

4.4.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2013, a segunda com vencimento em 15 de julho de 2014 e a última com vencimento em 15 de julho de 2015 (as “Datas de Amortização da Primeira Série”), conforme tabela a seguir:

Datas da Amortização das Debêntures da Primeira Série	Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série a ser Amortizado	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série a ser Amortizado
15 de julho de 2013	R\$3.333,33	33,3333%
15 de julho de 2014	R\$3.333,33	33,3333%
15 de julho de 2015	R\$3.333,34	33,3334%

4.4.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, cada uma delas atualizada monetariamente, nos termos desta Escritura, desde a Data de Emissão, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2013, a segunda com vencimento em 15 de julho de 2014 e a última com vencimento em 15 de julho de 2015 (as “Datas de Amortização da Segunda Série”), conforme tabela a seguir:

Datas da Amortização das Debêntures da Segunda Série	Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a ser Amortizado^(*)	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a ser Amortizado
15 de julho de 2013	R\$3.333,33	33,3333%
15 de julho de 2014	R\$3.333,33	33,3333%
15 de julho de 2015	R\$3.333,34	33,3334%

(*) O Valor Nominal Unitário aqui apresentado é referenciado à Data de Emissão e deverá ser atualizado monetariamente nos termos desta Escritura.

4.5. Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série

4.5.1. O pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, do mês de julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2011 e o último pagamento em 15 de julho de 2015, que é a Data de Vencimento da Primeira Série (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série”).

4.5.2. O pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, do mês de julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2011 e o último pagamento em 15 de julho de 2015, que é a Data de Vencimento da Segunda Série (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série”).

4.6. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados nas datas previstas nesta Escritura, utilizando-se: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; (b) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA; e/ou (c) os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário, para os titulares de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou custodiadas na BM&FBOVESPA, conforme o caso.

4.7. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado no item 4.6 acima, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.8. Encargos Moratórios

Caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos ficarão sujeitos a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, corrigido monetariamente pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, excluindo-se a hipótese de a variação acumulada do IPCA resultar em um valor negativo. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.9. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.8 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao

atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.10. Preço de Subscrição

4.10.1. As Debêntures da Primeira Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (conforme definido abaixo), de acordo com o disposto no item 4.2 desta Escritura, considerando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

4.10.2. As Debêntures da Segunda Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, de acordo com o disposto no item 4.3 desta Escritura, considerando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

4.10.2.1. Caso, até a data de subscrição e integralização das Debêntures da Segunda Série não haja divulgação do IPCA do mês imediatamente anterior, será utilizado para cálculo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série a última projeção de IPCA, conforme acordado pelo Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da ANBIMA ou, na falta dessa projeção da ANBIMA, o último IPCA oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas se e quando o IPCA que seria aplicável for divulgado.

4.11. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição (a “Data da Integralização”) e em moeda corrente nacional, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

4.12. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.13. Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente disponibilizados na página da Emissora na rede mundial de computadores (<http://www.taesa.com.br>), bem como comunicados na forma de avisos, e publicados nos jornais Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no “Jornal do Commercio”, exceção feita à publicação do aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400, ao Anúncio de Início e ao anúncio de encerramento de distribuição das Debêntures, que serão publicados apenas no jornal Valor Econômico – Edição Nacional.

4.14. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando custodiadas eletronicamente no SND, e pela BM&FBOVESPA, quando custodiadas na BM&FBOVESPA.



4.15. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.16. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

4.17. Fundo de Amortização

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na JUCERJA.

CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo

6.1.1. Não haverá a possibilidade de resgate antecipado das Debêntures, pela Emissora, na presente Emissão.

6.2. Aquisição Facultativa

6.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item 6.2, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures da Primeira Série em Circulação ou das demais Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. São considerados eventos de inadimplemento, podendo acarretar o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta e, sujeito ao disposto nos itens 7.2 e 7.3 abaixo, a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, devidamente atualizado, conforme aplicável, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da



Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um “Evento de Inadimplemento”):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou a esta Escritura de Emissão não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil, contado da data do respectivo vencimento;
- (b) caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação da Emissora; (ii) a decretação de falência da Emissora; (iii) o pedido de aut falência, por parte da Emissora; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte da Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;
- (c) decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda;
- (d) término antecipado de quaisquer das concessões ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica por parte das sociedades controladas pela Emissora e da Emissora, quando e se esta se tornar concessionária do serviço de transmissão de energia elétrica, conforme aplicável, que represente, separadamente ou em conjunto, um valor igual ou superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora constante de suas últimas demonstrações financeiras à época;
- (e) protesto de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for suspenso ou cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto;
- (f) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura, não sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação escrita enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido;
- (g) inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda;
- (h) fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária, que implique em redução do capital social da Emissora, exceto: (i) por determinação legal ou (ii) nos casos em que ocorra a incorporação, pela Emissora, de qualquer de suas controladas TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A., Novatrans Energia S.A., ETEO – Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A., TAESA Serviços Ltda. e/ou de

sua acionista Transmissora Alterosa de Energia S.A., sendo que, para fins desta Escritura e da Oferta, qualquer destes processos de incorporação, realizado em conjunto ou separadamente, será doravante definido como um “Evento de Reorganização”;

- (i) ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da Companhia pela Cemig Geração e Transmissão S.A., exceto no caso em que a gestão operacional da Companhia seja transferida para outra sociedade que seja controlada ou coligada da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG; e
- (j) nacionalização, desapropriação ou qualquer ato governamental que possa causar a apreensão de bens materiais de propriedade da Companhia, incluindo ações ou quotas de emissão de sociedades controladas pela Companhia.

7.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nas alíneas (a) e (b) do item 7.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

7.3. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles previstos no item 7.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura e o quorum específico estabelecido no item 7.3.1 abaixo. As Assembleias Gerais aqui previstas poderão também ser convocadas pela Emissora, na forma do item 10.1 abaixo.

7.3.1. Se, nas Assembleias Gerais referidas no item 7.2 acima: (a) Debenturistas da Primeira Série detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação e/ou; (b) Debenturistas da Segunda Série detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

7.3.2. Adicionalmente ao disposto nos itens 7.3 e 7.3.1 acima, na hipótese de não convocação da Assembleia Geral ou de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, aplicando-se o disposto no item 7.4 abaixo.

7.4. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme aplicável, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, devidamente atualizado (se for o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida no item 7.2 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.8 desta Escritura.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

8.1.1. Disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores:

- (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de seu exercício social de cada ano ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício social então encerrado, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis aceitos no Brasil e com as regras da CVM, acompanhadas de relatório da administração e parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou aos membros de sua administração e respectivas respostas, relativas a essas demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, à gestão ou às contas da Emissora;
- (b) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis aceitos no Brasil e com as regras da CVM, acompanhadas do relatório de revisão especial dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora; e
- (c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 480 no tocante à entrega de informações periódicas, nos prazos ali previstos ou, se não houver prazo determinado nesse normativo, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que forem realizados;

8.1.2. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas em até 5 (cinco) dias após as respectivas publicações;
- (b) em até 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, quaisquer informações relevantes com relação às Debêntures ou quaisquer informações necessárias no âmbito da prestação de serviços pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura, que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
- (c) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa a um Evento de Inadimplemento ou a esta Escritura, imediatamente após o seu recebimento;
- (d) dentro de, no máximo, 15 (quinze) dias após a realização anual, pela Emissora, de cada assembleia geral ordinária previstas no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, declaração do Diretor de Relação com Investidores da Emissora atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes nesta Escritura;
- (e) informações sobre qualquer fato relevante que seja do conhecimento da Emissora e que possa vir a afetar o seu desempenho financeiro e operacional, imediatamente após a ocorrência de tal fato; e

(f) os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de *rating* no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Companhia.

8.1.3. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis.

8.1.4. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou do auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito, em base razoável: (a) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente as suas demonstrações financeiras; e (b) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora.

8.1.5. Convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura, Assembleias Gerais para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça.

8.1.6. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia.

8.1.7. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

8.1.8. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

8.1.9. Estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

8.1.10. Observado o disposto no item 8.1.27 abaixo, notificar imediatamente o Agente Fiduciário em caso de mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora.

8.1.11. Manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias ou não relativas às Debêntures, decorrentes desta Escritura e/ou a qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures (o “Impacto Adverso Relevante”).

8.1.12. Aplicar os recursos obtidos por meio da presente Emissão estritamente conforme descrito no item 3.4 acima.

8.1.13. Cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens cujo descumprimento não resulte em Impacto Adverso Relevante.

8.1.14. Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, cujo não pagamento resulte em Impacto Adverso Relevante.



8.1.15. Adotar todas as medidas necessárias para:

- (a) preservar todos os seus direitos, títulos de propriedade, licenças e ativos necessários para a condução dos seus negócios dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais;
- (b) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios, excetuando-se pelo desgaste normal;
- (c) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial; e
- (d) sem prejuízo da ocorrência de qualquer Evento de Reorganização, estender as medidas elencadas nos subitens (a) a (c) deste item 8.1.15 para as sociedades sob seu controle, conforme aplicável.

8.1.16. Contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo: (a) agência de *rating* que divulgue relatórios, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula da classificação de risco das Debêntures; (b) Banco Mandatário e Instituição Depositária; (c) Agente Fiduciário; e (d) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (*i.e.*, SND e BOVESPAFIX).

8.1.16.1. Relativamente à agência de *rating*, a Emissora deverá contratar e manter contratada pelo menos uma agência de *rating* para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, em relação à respectiva classificação de risco: (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de *rating* divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de *rating* nos termos do subitem (f) do item 8.1.2 acima; e (d) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco, observado que, caso a agência de *rating* contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Companhia deverá: (i) contratar outra agência de *rating* sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de *rating* seja a Standard & Poor's, a Moody's America Latina ou a Fitch Ratings; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de *rating* substituta.

8.1.17. Comunicar à CVM e ao Agente Fiduciário o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura, inclusive com relação a suas obrigações, pecuniárias e não pecuniárias, contraídas perante os titulares das Debêntures, imediatamente após o referido descumprimento.

8.1.18. Não realizar o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer natureza a seus acionistas, ressalvado pagamentos feitos conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações: (a) caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas em virtude das Debêntures e essa mora não tiver acarretado o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta, cessando esta proibição tão logo seja purgada a mora; ou (b) caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta, nos termos desta Escritura, cessando esta proibição tão logo a Emissora tenha realizado o pagamento integral de todos e quaisquer valores devidos e não pagos aos Debenturistas em virtude das Debêntures objeto da Oferta, inclusive encargos, se devidos.

8.1.19. Comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos prevista no item 3.4 acima.

8.1.20. Efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário e aprovadas previamente pela Companhia, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura.

8.1.21. Encaminhar, imediatamente, à CVM, à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido no subitem 8.1.16(a) acima.

8.1.22. Informar ao Agente Fiduciário o valor e a data de pagamento de toda e qualquer remuneração referente às Debêntures, em até 5 (cinco) dias após o respectivo pagamento, para que o Agente Fiduciário possa cumprir com suas obrigações, inclusive aquela constante do item 9.4.1(m)(v) abaixo.

8.1.23. Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades, bem como manter os ativos essenciais a suas atividades devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.

8.1.24. Não ceder, transferir ou de qualquer forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação da totalidade dos titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou da totalidade dos titulares das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso.

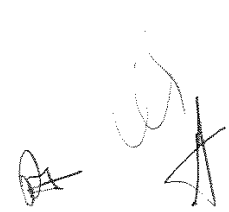
8.1.25. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social.

8.1.26. Apresentar, por meio desta Escritura e dos demais documentos relacionados à Oferta, declarações e informações verdadeiras, completas e corretas, comprometendo-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário, por escrito, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Emissora, se tornarem imprecisas, incompletas ou não corresponderem mais à realidade.

8.1.27. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza ou escopo de seus negócios, conforme conduzidos nesta data, exceto: (a) quando e se exigido pela legislação ou regulamentação em vigor aplicável à Emissora ou (b) se essa alteração resultar da ocorrência de qualquer Evento de Reorganização.

8.1.28. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não alterar seu objeto social de forma que tal alteração possa causar um Impacto Adverso Relevante em sua capacidade financeira e/ou operacional, exceto se essa alteração resultar da ocorrência de qualquer Evento de Reorganização.

8.1.29. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas na presente Escritura de Emissão.



CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora nomeia e constitui o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificado, o qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

9.1.2. O Agente Fiduciário declara, neste ato, que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento.

9.2. Remuneração do Agente Fiduciário

Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) parcelas anuais de R\$15.000,00 (quinze mil reais), durante o prazo de vigência das Debêntures, sendo a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura desta Escritura, e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes;

(a.1) No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado: (i) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com os Debenturistas; e (ii) à implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, devendo tais horas ser razoáveis e compatíveis com as atividades executadas. O valor adicional a ser pago ao Agente Fiduciário não superará R\$15.000,00 (quinze mil reais) por evento. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração (a) nos prazos de pagamento e (b) em condições relacionadas ao vencimento antecipado.

(a.2) Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

(a.3) No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora, desde que razoáveis e devidamente comprovadas.

(a.4) O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

- (b) o Agente Fiduciário deverá, com exceção ao primeiro pagamento, enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os

pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;

- (c) a remuneração prevista no subitem (a) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (d) as parcelas referentes ao subitem (a) acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado (o “IGP-M”), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela referida na alínea “a” acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die* se necessário;
- (e) a remuneração não inclui as despesas razoáveis com publicações, notificações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora;
- (f) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) ao mês e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;
- (g) as remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: (i) Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS); (ii) Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); e (iv) quaisquer outros impostos, exceto o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e
- (h) a remuneração cobre os serviços inerentes à função, a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em Assembleias Gerais ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

9.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

9.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (a “Instrução CVM 28”), e eventuais normas posteriores.

9.3.6. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura, que deverá ser arquivada na JUCERJA.

9.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures, o que ocorrer primeiro.

9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, Assembleias Gerais mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 4.13 acima, respeitadas as disposições desta Escritura e as demais regras aplicáveis constantes da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à(s) Assembleia(s) Geral(is);
- (l) comparecer à(s) Assembleia(s) Geral(is) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da(s) Assembleia(s) Geral(is), sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da(s) referida(s) Assembleia(s);
- (m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea “b” do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 15 (quinze) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
 - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) amortização, aquisição facultativa e pagamentos de remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos no item 7.1 acima;
 - (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - (ix) relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das Debêntures;
- (n) colocar à disposição o relatório de que trata o subitem (m) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (i) sede da Emissora;
 - (ii) seu escritório;
 - (iii) CVM;
 - (iv) CETIP;
 - (v) BM&FBOVESPA; e
 - (vi) sede do Coordenador Líder;
- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa referidos no item 4.13 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no subitem (n) acima;
 - (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Mandatário, o SND e a BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao aqui disposto, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário, a CETIP e a BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário neste sentido;
 - (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
 - (r) sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA;
 - (s) enviar à ANBIMA, durante o prazo de vigência das Debêntures, os relatórios de classificação de risco das Debêntures elaborados pela agência de *rating* contratada pela Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento do relatório encaminhado pela Emissora, ficando estabelecido que a Emissora deverá fornecer à agência de *rating* respectiva, em tempo hábil, todas as informações necessárias, incluindo informações financeiras e outras que lhes venham a ser por esta solicitadas, para fins de elaboração dos relatórios de classificação de risco das Debêntures;
 - (t) observado o disposto nos itens 8.1.27 e 8.1.28 desta Escritura, examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe convocar Assembleias Gerais para deliberar acerca de matéria; e
 - (u) convocar, quando necessário, Assembleias Gerais.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures conforme previsto na Cláusula VII desta Escritura e cobrar seu principal e acessórios;

- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (a) a (c) acima se, convocada a Assembleia Geral, esta assim o autorizar por deliberação da totalidade dos Debenturistas detentores das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem (d) acima.

9.6. Despesas

9.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.6.2. O ressarcimento a que se refere este item 9.6.1 será efetuado em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

9.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, mediante comprovação do seu pagamento. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias.

9.6.4. As despesas a que se refere este item 9.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre estados da República Federativa do Brasil e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo as Debêntures na ordem de pagamento.

9.7. Declarações do Agente Fiduciário

9.7.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (l) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no item 3.6 da presente Escritura.

CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Às assembleias gerais de Debenturistas (as “Assembleias Gerais” ou, individualmente, a “Assembleia Geral”) aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

10.1.1. As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM, por Debenturistas da Primeira Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série, ou por Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série. Para deliberações em Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita por Debenturistas que representem, no

mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

10.1.2. A convocação de Assembleias Gerais se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa referidos no item 4.13 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. Qualquer Assembleia Geral deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral em primeira convocação.

10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Primeira Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Segunda Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Segunda Série em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.

10.1.5. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Primeira Série em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos. Da mesma forma, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Segunda Série em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos. Ainda, com relação às Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, serão consideradas regulares aquelas Assembleias Gerais a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(o), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação e/ou, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum para ambas as séries.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos os *quora* de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, previstos nesta Escritura, consideram-se “Debêntures da Primeira Série em Circulação” ou “Debêntures da Segunda Série em Circulação” (conjuntamente, as “Debêntures em Circulação”) todas as Debêntures da Primeira Série ou Debêntures da Segunda Série, respectivamente, subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (b) de titularidade de (i) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (ii) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. Mesa Diretora

A presidência de cada Assembleia Geral caberá ao Debenturista da Primeira Série ou ao Debenturista da Segunda Série eleito pela maioria dos titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou pelos titulares das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou àquele que for designado pela CVM.

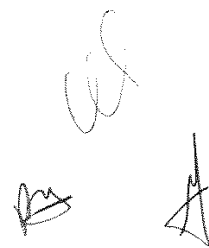
10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no item 10.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou em Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso.

10.4.2. Não estão incluídos nos *quora* mencionados no item 10.4.1 acima: (a) os *quora* expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura, inclusive com relação a assuntos de interesse comum aos Debenturistas de ambas as séries da presente Emissão; (b) as alterações relativas (i) a qualquer das condições de remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme previsto nos itens 4.2 e 4.3 desta Escritura; (ii) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura; e/ou (iii) à espécie das Debêntures, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (b) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Primeira Série, ou, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Segunda Série; (c) as autorizações ou permissões (*waivers*) com relação a obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura, devendo qualquer dessas autorizações ou permissões (*waivers*) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Primeira Série, ou, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Segunda Série; e (d) quaisquer alterações relativas à Cláusula VII desta Escritura, que deverá ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.5 Alterações nesta Cláusula X

As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos nos itens 10.1, 10.2, 10.3, 10.5 e 10.7 desta Escritura deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos no item 10.4 desta Escritura deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, ou por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento), das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.



10.6. Matérias de Interesse Específico

Na hipótese de instalação de Assembleia Geral para deliberar sobre matérias de interesse específico de Debenturistas de uma respectiva série, as disposições desta Cláusula X aplicar-se-ão somente aos titulares de Debêntures de tal série, sendo que as matérias de interesse específico dos Debenturistas de cada uma das séries da Emissão somente poderão ser deliberadas por Debenturistas da respectiva série.

10.7. Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

10.7.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia em quaisquer Assembleias Gerais.

10.7.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

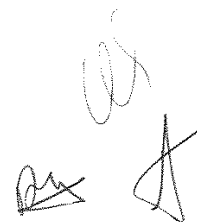
10.7.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber e não conflitar com o aqui disposto, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e regular segundo as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) esta Escritura e as declarações por ela prestadas nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, constituem obrigação legal, válida e exigível da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (d) a celebração da presente Escritura e a Emissão foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem seu Estatuto Social ou qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;
- (e) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro da Emissão na CVM e o registro das Debêntures junto à CETIP e à BM&FBOVESPA;
- (f) a celebração da presente Escritura e o cumprimento das obrigações decorrentes da Emissão não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos ou rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (g) as demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos na República Federativa do Brasil;
- (h) exceto pelas contingências informadas no Prospecto Preliminar e/ou no Prospecto Definitivo, em especial os processos judiciais mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora à CVM e ao público em geral, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Emissora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um Impacto Adverso Relevante na sua situação financeira ou nas suas operações;
- (i) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto no que se referir a autorizações e licenças (inclusive ambientais) cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em Impacto Adverso Relevante para suas atividades ou situação financeira;
- (j) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;
- (k) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (l) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua disponibilização, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, sendo que as informações, fatos e declarações contidas nos Prospectos em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (m) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (n) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável da Emissora, em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (o) nenhuma das declarações constantes desta Cláusula XI é falsa, incorreta ou enganosa, na data em que foi dada; e
- (p) com exceção das notas promissórias objeto da terceira emissão da Companhia, não há, nesta data, debêntures ou notas promissórias de outras emissões da Emissora cujo saldo devedor, total ou parcial, ainda esteja em aberto.



CLÁUSULA XII
CANCELAMENTO, SUSPENSÃO, REVOGAÇÃO OU ALTERAÇÕES DOS TERMOS E
CONDIÇÕES DA OFERTA

12.1. Na hipótese da Oferta ser cancelada, revogada ou suspensa, tal fato deverá ser imediatamente divulgado ao menos pelos mesmos meios utilizados para a divulgação do Anúncio de Início. Os investidores que já tenham aceito a Oferta, no caso de sua suspensão, terão o direito de revogar sua aceitação em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva comunicação. Terão direito a restituição integral, sem adição de juros ou correção monetária, do valor dado em contrapartida às Debêntures, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis de sua manifestação, em conformidade com os termos desta Escritura e dos Prospectos: (a) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento ou revogação; e (b) os investidores que tenham revogado a sua aceitação no prazo acima mencionado, na hipótese de suspensão da Oferta.

12.1.1. O disposto no item 12.1 acima se aplica, também, conforme o caso, aos investidores que condicionarem sua adesão à distribuição pública das Debêntures quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, caso essa condição não seja satisfeita quando do encerramento da distribuição pública das Debêntures.

12.2. A eventual modificação dos termos e condições da Emissão e das Debêntures, nos termos do disposto nesta Escritura, deverá ser divulgada imediatamente ao menos pelos mesmos meios utilizados para a divulgação do Anúncio de Início e os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Nesta hipótese, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da alteração dos termos e condições das Debêntures, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio. Caso após notificados os investidores decidam revogar sua aceitação da Oferta, deverão ser estes restituídos, sem adição de juros ou correção monetária, do valor dado em contrapartida às Debêntures, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados de sua manifestação.

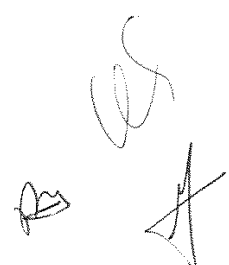
12.3. No caso de restituição de valores nos termos acima descritos, os investidores deverão fornecer um recibo de quitação aos Coordenadores referente aos valores restituídos.

CLÁUSULA XIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Comunicações

13.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
Praça XV de Novembro, nº 20, sala 1003 (parte)
20010-010 - Rio de Janeiro, RJ
At.: Domingos Sávio Castro Horta
Telefone: (21) 2212-6000
Fac-simile: (21) 2212-6040
E-mail: investor.relations@taesa.com.br



Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514

22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Marcelo da Costa Ribeiro

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

E-mail: marcelo@pentagonotrustee.com.br / trustee@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Mandatário:

Banco Citibank S.A.

Avenida Paulista, nº 1.111, 10º andar

011311-920 – São Paulo, SP

At.: Andre Pina

Telefone: (11) 4009-3920

Fac-símile: (11) 2122-2057

E-mail: andre.pina@citi.com

Para a Instituição Depositária:

Banco Citibank S.A.

Avenida Paulista, nº 1.111, 10º andar

011311-920 – São Paulo, SP

At.: Andre Pina

Telefone: (11) 4009-3920

Fac-símile: (11) 2122-2057

E-mail: andre.pina@citi.com

Para a CETIP:

Rua Libero Badaró, 425, 24º andar

01009-000 – São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1563

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

Para a BM&FBOVESPA:

Rua XV de Novembro, nº 275

01013-001 – São Paulo, SP

13.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

13.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de

quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.3. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

13.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

13.5. Irrevogabilidade; Sucessores

A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não atendimento aos requisitos previstos na Cláusula II acima, conforme aplicável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

13.6. Independência das Disposições da Escritura

Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

13.7. Despesas

A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, na CETIP, na BM&FBOVESPA e na ANBIMA; (b) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao Registro desta Escritura e seus aditamentos na JUCERJA; (c) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura e os atos societários da Emissora; e (d) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário, Instituição Depositária, agência de *rating* e outros prestadores de serviços essenciais à Emissão.

13.8. Substituição de Prestadores de Serviços

É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário, da Instituição Depositária e da agência de *rating*. A substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário, da Instituição Depositária e da agência de classificação de *rating*, bem como a indicação de seu(s) substituto(s) deverá ser aprovada em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, cujo quorum para aprovação deverá ser o da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral.

13.9. Foro

Fica eleito o foro central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.”

ANEXO B - ATOS SOCIETÁRIOS DA EMISSORA RELATIVOS À EMISSÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

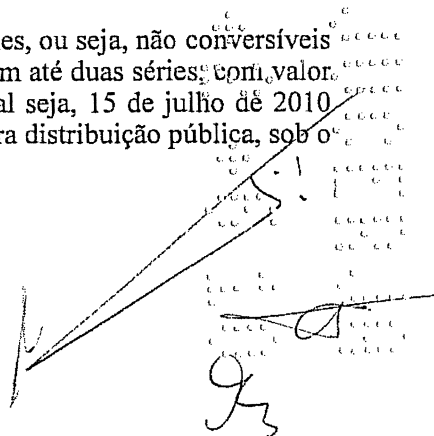
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF 07.859.971/0001-30
NIRE 33.3.0027843-5

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 1º DE JUNHO DE 2010**

(lavrada na forma de sumário, conforme artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76)

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada às 14 horas do dia 1º de junho de 2010, na sede social da Companhia, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, 20 – 10º andar, sala 1003 (parte).
2. **PRESENCAS:** Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social da Companhia com direito a voto, conforme se verifica pelas assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Presente igualmente um membro do Conselho Fiscal, o Sr. Ronald Gastão Andrade Reis, o qual se dispôs a esclarecer eventuais dúvidas dos acionistas a respeito dos itens que integram a ordem do dia.
3. **CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÕES:** Editais de Convocação publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no “Jornal do Commercio” nos dias 17, 18 e 19 de maio de 2010, conforme publicações constantes do Anexo I à presente ata.
4. **INFORMAÇÕES DA MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos, a Sra. Eliana Soares da Cunha Castello Branco, representante da acionista Cemig Geração e Transmissão S.A., que convidou o acionista Ari Cesar Paiva de Almeida para secretariar os trabalhos.
5. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) aprovação da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, da Companhia, perfazendo o valor total de R\$600.000.000,00, para distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação (“Emissão”); (ii) aprovação, no âmbito da Emissão, dos termos e condições que deverão constar do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, da Companhia (“Escritura de Emissão”); (iii) autorização à Diretoria da Companhia para tomar todas as providências necessárias à realização da Emissão; e, (iv) modificação na composição do Conselho de Administração da Companhia, em decorrência de renúncia.
6. **DELIBERAÇÕES:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade dos acionistas titulares de ações com direito a voto presentes:

(i) Aprovar a primeira emissão de 60.000 debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em até duas séries, com valor nominal de R\$10.000,00, perfazendo, na data de emissão, qual seja, 15 de julho de 2010 (“Data de Emissão”), o montante de até R\$ 600.000.000,00, para distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação.

A handwritten signature, possibly 'G3', is written over a circular stamp. The stamp contains text that is mostly illegible but appears to include 'CNPJ' and 'NIRE'. There are also some faint, illegible markings around the signature.

(ii) Aprovar, no âmbito da Emissão, os termos e condições que deverão constar da Escritura de Emissão a seguir descritos:

1. *Data de Emissão*: 15 de julho de 2010.

2. *Conversibilidade*: simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia.

3. *Tipo e Forma*: nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4. *Valor Nominal Unitário*: R\$10.000,00.

5. *Quantidade de Debêntures*: 60.000.

5. *Valor da Emissão*: R\$ 600.000.000,00.

6. *Séries*: em até duas séries, observado que a quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série será definida após o procedimento de coleta de intenções de investimento (o "Procedimento de Bookbuilding"), a ser organizado pelas instituições intermediárias participantes da Oferta (conforme definido abaixo) ("Coordenadores"), sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, observado que a alocação das Debêntures ocorrerá no sistema de vasos comunicantes. A emissão das Debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série") está condicionada à obtenção de demanda dos investidores suficiente para a emissão de, no mínimo, 10.000 Debêntures da Segunda Série (o "Montante Mínimo da Segunda Série"). Caso não seja alcançado o Montante Mínimo da Segunda Série no Procedimento de *Bookbuilding*, a Emissora deverá cancelar a emissão da referida série.

7. *Espécie*: quirografária.

8. *Prazo e Data de Vencimento*: prazo de vencimento de cinco anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de julho de 2015 (a "Data de Vencimento").

9. *Amortização*: O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em três parcelas anuais, nos termos da Escritura de Emissão, desde a Data de Emissão, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2013, a segunda com vencimento em 15 de julho de 2014 e a última com vencimento em 15 de julho de 2015, conforme tabela a seguir:

Datas da Amortização	Valor Nominal Unitário a ser Amortizado ^(*)
15 de julho de 2013	R\$3.333,33
15 de julho de 2014	R\$3.333,33
15 de julho de 2015	R\$3.333,34

(*) O Valor Nominal Unitário aqui apresentado é referenciado à Data de Emissão e, com relação às Debêntures da Segunda Série, deverá ser atualizado monetariamente nos termos da Escritura.

10. Remuneração:

10.1. Remuneração das Debêntures da Primeira Série:

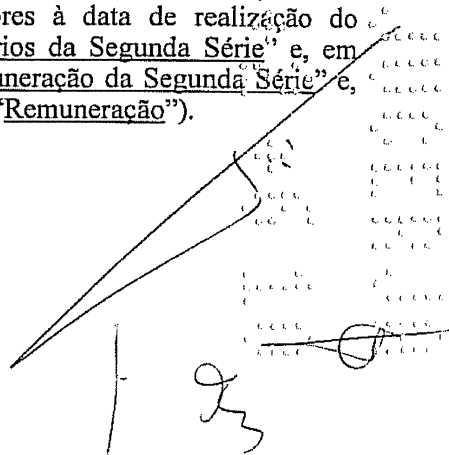
I. Atualização Monetária: o Valor Nominal Unitário das Debêntures da primeira série (“Debêntures da Primeira Série”) não será atualizado.

II. Juros Remuneratórios: sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a “CETIP”), no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa, a ser definido de acordo com Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 1,40% ao ano (a “Taxa Máxima da Primeira Série”), base 252 dias úteis, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a respectiva data de pagamento das Debêntures da Primeira Série (os “Juros Remuneratórios da Primeira Série”). A Remuneração da Primeira Série será calculada de acordo com a fórmula que deverá constar da Escritura de Emissão.

10.2. Remuneração das Debêntures da Segunda Série

I. Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (a “Atualização da Segunda Série”), sendo o produto da Atualização da Segunda Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série; e,

II. Juros Remuneratórios: as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*. Os juros remuneratórios aplicáveis às Debêntures da Segunda Série observarão a taxa máxima equivalente a 1,40% ao ano, acrescida à média aritmética das taxas anuais indicativas divulgadas pela Associação Brasileira dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA para as Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), com vencimento em 15 de maio de 2015 (a “Taxa Máxima da Segunda Série”), média aritmética essa a ser apurada nos cinco dias anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (os “Juros Remuneratórios da Segunda Série” e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a “Remuneração da Segunda Série” e, em conjunto os Juros Remuneratórios da Primeira Série, “Remuneração”).



10.3. Observados os limites da Taxa Máxima da Primeira Série e da Taxa Máxima da Segunda Série, as taxas finais aplicáveis para cálculo da Remuneração serão definidas após o Procedimento de *Bookbuilding* e serão ratificadas por meio de aditamento à Escritura de Emissão das Debêntures.

11. *Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série*: O pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, do mês de julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2011 e o último pagamento em 15 de julho de 2015, que é a Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios”).

12. *Distribuição e Colocação*: distribuição pública (“Oferta”), sob regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas, nem lotes mínimos ou máximos, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

13. *Registro para Distribuição e Negociação*: (a) para distribuição no mercado primário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e, (b) para negociação no mercado secundário por meio (i) do SND - Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP, e (ii) do Sistema BOVESPAFIX (o “BOVESPAFIX”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (a “BM&FBOVESPA”), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

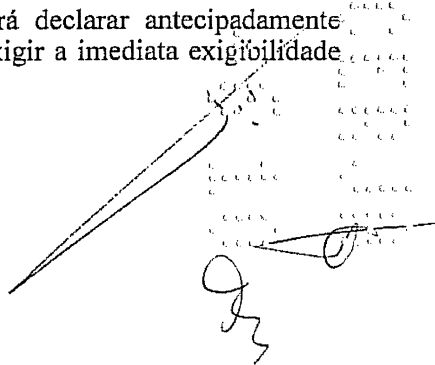
14. *Prazo e Forma de Subscrição e Integralização*: integralizadas à vista, no ato da subscrição (a “Data da Integralização”) e em moeda corrente nacional, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

15. *Preço de Subscrição*: serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, observado que:

(a) As Debêntures da Primeira Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização; e,

(b) Atingido o Montante Mínimo da Segunda Série, as Debêntures da Segunda Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

16. *Vencimento Antecipado*: o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir a imediata exigibilidade



do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, devidamente atualizado, conforme aplicável, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

(a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou a esta Escritura de Emissão não sanado no prazo de um dia útil, contado da data do respectivo vencimento;

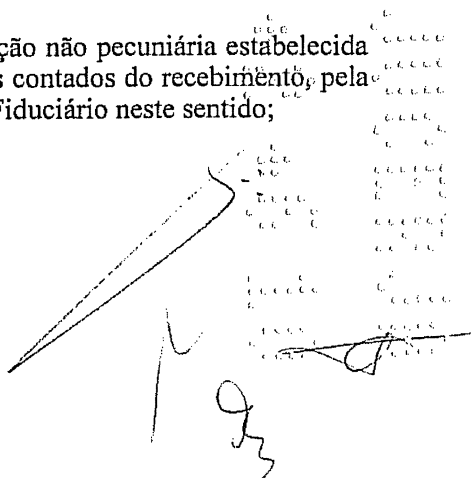
(b) caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação da Emissora; (ii) a decretação de falência da Emissora; (iii) o pedido de aut falência, por parte da Emissora; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte da Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;

(c) decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$50.000.000,00, ou seu equivalente em outra moeda;

(d) término antecipado de quaisquer das concessões ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica por parte das sociedades controladas pela Emissora e da Emissora, quando e se esta se tornar concessionária do serviço de transmissão de energia elétrica, conforme aplicável, que represente, separadamente ou em conjunto, um valor igual ou superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da Emissora constante de suas últimas demonstrações financeiras à época;

(e) protesto de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for suspenso ou cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias contados da data do respectivo protesto;

(f) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura, não sanado no prazo máximo de 30 dias contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação escrita enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido;



(g) inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00, ou seu equivalente em outra moeda;

(h) fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária, que implique em redução do capital social da Emissora, exceto: (i) por determinação legal ou (ii) nos casos em que ocorra a incorporação, pela Emissora, de qualquer de suas controladas TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A., Novatrans Energia S.A., ETEO – Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A., TAESA Serviços Ltda. e/ou de sua acionista Transmissora Alterosa de Energia S.A.;

(i) ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da Companhia pela Cemig Geração e Transmissão S.A., exceto no caso em que a gestão operacional da Companhia seja transferida para outra sociedade que seja controlada ou coligada da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG; e,

(j) nacionalização, desapropriação ou qualquer ato governamental que possa causar a apreensão de bens materiais de propriedade da Companhia, incluindo ações ou quotas de emissão de sociedades controladas pela Companhia.

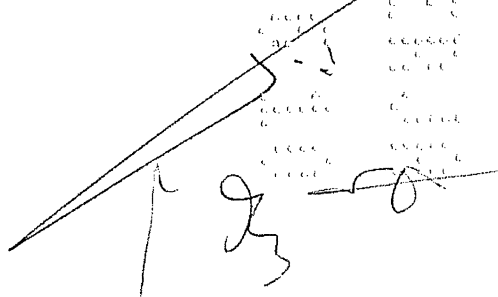
17. *Repactuação*: Não haverá repactuação.

18. *Limite Legal*: A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, considerando que o capital social da Emissora, na Data de Emissão, era de R\$1.312.535.193,28 (um bilhão, trezentos e doze milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, cento e noventa e três reais e vinte e oito centavos).

19. *Aquisição Facultativa*: A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação.

20. *Resgate Antecipado Facultativo*: Não haverá a possibilidade de resgate antecipado das Debêntures pela Emissora.

21. *Destinação dos Recursos*: Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados para o pagamento integral de 550 notas promissórias comerciais da terceira emissão da Emissora, que foram objeto de distribuição pública, com valor nominal unitário de R\$1.000.000,00, emitidas em 27 de outubro de 2009, no valor total de R\$550.000.000,00, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 113% da taxa média diária dos DI – Depósitos Interfinanceiros e com vencimento em 22 de outubro de 2010, além dos custos

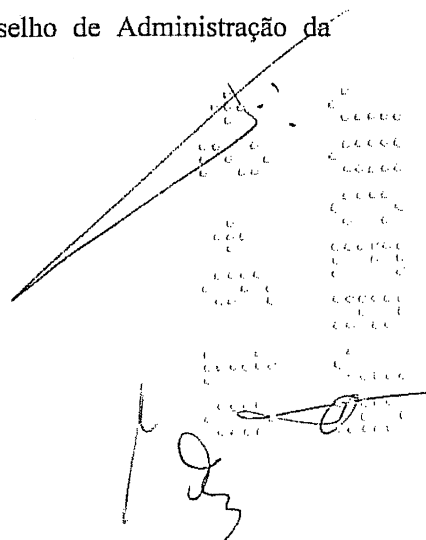


decorrentes da Emissão. O saldo remanescente, se houver, será utilizado pela Emissora para capital de giro. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor relativo às notas promissórias da terceira emissão da Emissora era de R\$572.042 mil.

(iii) Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações aqui consubstanciadas e promover o registro da Oferta perante a Comissão de Valores Mobiliários e demais órgãos competentes, podendo, inclusive, (a) celebrar a escritura de emissão das Debêntures, bem como o aditamento à Escritura de Emissão que definirá a quantidade e a taxa final de remuneração das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, com base no resultado final do Procedimento de *Bookbuilding* conduzido pelos Coordenadores; (b) elaborar, em conjunto com os Coordenadores, o plano de distribuição das Debêntures; (c) estabelecer condições adicionais àquelas aqui deliberadas necessárias ou convenientes à Emissão; (d) definir a contratação de uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para serem responsáveis pela coordenação e intermediação da distribuição das Debêntures; (e) contratar os prestadores de serviços inerentes às Debêntures, incluindo os assessores jurídicos, o agente fiduciário, a instituição prestadora dos serviços de escrituração e de banco mandatário, a agência de classificação de risco, os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primários e secundários (CETIP e BOVESPAFIX), podendo para tanto negociar e assinar os respectivos contratos.

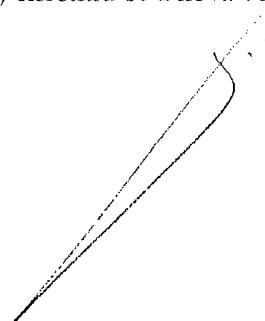
(iv) diante da renúncia do Sr. John Michel Pimenta de Moraes Streithorst, eleger para membro suplente do Conselho de Administração da Companhia o acionista Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Neto, brasileiro, solteiro, administrador, residente e domiciliado na Rua Jesuino Arruda, 710, apto. 711, Itaim Bibi, São Paulo, SP, portador da carteira de identidade nº 127764926- IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 105.885.817-39, para cumprir o atual mandato unificado deste órgão da Companhia, o qual se estende até a Assembléia Geral Ordinária de 2011. A posse e investidura do Conselheiro ora eleito fica condicionada à (a) assinatura do termo de posse a ser lavrado no livro de registro de atas de reuniões do Conselho de Administração da Companhia, na forma da legislação aplicável, e (b) assinatura do “Termo de Anuência dos Administradores”, nos termos do qual assumirá expressamente responsabilidade pessoal pelo cumprimento das regras constantes do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 subscrito pela Companhia e do Regulamento de Listagem de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, que disciplinam o referido segmento especial de negociação de valores mobiliários da BM&FBOVESPA. O Conselheiro eleito declarou – antecipadamente – que não incorre em nenhuma proibição no exercício de atividade mercantil, que não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente com a Companhia, não tendo nem representando interesse conflitante com o da Empresa.

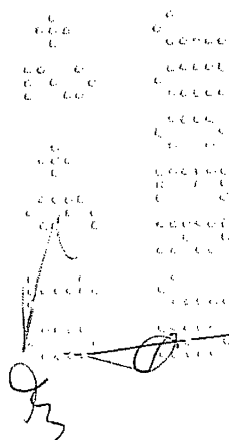
Em função da presente deliberação, a composição do Conselho de Administração da Companhia passa a ser a seguinte:

A handwritten signature, likely of Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Neto, is written over a circular stamp. The stamp contains text that is partially obscured by the signature and the lines of the document. The signature is written in dark ink and appears to be 'C. A. de F. Trindade Neto'.



Conselho de Administração	
Titulares	Suplentes
Djalma Bastos de Moraes	Manoel Bernardino Soares
Luiz Henrique de Castro Carvalho	Alvaro Nelson Assis Araújo
Pedro Grossi Júnior	Eliana Soares da Cunha Castello Branco
Isacson Casiuch	Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Neto
Luiz Carlos da Silva Cantidio Junior	Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque
Elemar José Heck	Cláudio Grimaldi Pedron
Carlos Roberto Cafareli	Carlos Massaru Takahashi
Maurício Luis Luchetti (Independente)	Gustavo Pinheiro Guimarães Padilha (Independente)
Ernesto Paulo da Silva Nunes (Independente)	Thereza Cristina Nogueira de Aquino (Independente)
Cristiano Correa Barros	Letícia Vignoli Villela
Jarbas Antônio de Biagi	Estevão de Almeida Accioly

Por fim, o Sr. Presidente comunicou aos acionistas presentes que a redação do caput do artigo 4º da versão consolidada do Estatuto Social da Companhia anexa à ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26 de março de 2010 não continha as alterações aprovadas pela Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 4 de fevereiro de 2010. Neste sentido, para que não parem dúvidas acerca da redação final do Estatuto Social da Companhia, anexa à presente ata (anexo II) encontra-se a nova versão consolidada de seus atos constitutivos.






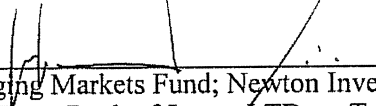



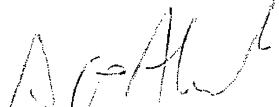
7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos. Em seguida, lavrou-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os acionistas presentes.



	
_____ Eliana Soares da Cunha Castello Branco Presidente	_____ Ari Cesar Paiva de Almeida Secretário

Acionistas:


_____ Cemig Geração e Transmissão S.A. p. Eliana Soares da Cunha Castello Branco

_____ Fundo de Investimento em Participações Coliseu p. Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Neto


_____ Transmissora Alterosa de Energia S.A. p. Eliana Soares da Cunha Castello Branco

_____ Eaton Vance Structured Emerging Markets Fund; Newton Investment Management Nominees Limited; The Master Trust Bank of Japan, LTD, as Trustee Of BNY Mellon Global Higher Income Equity Mother Fund; Wilmington International Equity Fund Select, L.P. p. George Washington Tenório Marcelino

	
_____ Eliana Soares da Cunha Castello Branco	_____ Ari César Paiva de Almeida

	
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome : TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	
Nire : 33.3.0027843-5	
Protocolo : 00-2010/146339-1 - 01/06/2010	
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2010, E O REGISTRO SOB O NÚMERO	
E DATA ABAIXO.	
00002034862	
DATA : 02/06/2010	Valéria B. M. Serra SECRETÁRIA GERAL

PUBLICAÇÕES

[illegible]

Q

ANEXO II
ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TRANSMISSORA ALIANÇA DE
ENERGIA ELÉTRICA S.A. REALIZADA EM 1º DE JUNHO DE 2010

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798
799
800
801
802
803
804
805
806
807
808
809
810
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836
837
838
839
840
841
842
843
844
845
846
847
848
849
850
851
852
853
854
855
856
857
858
859
860
861
862
863
864
865
866
867
868
869
870
871
872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899
900
901
902
903
904
905
906
907
908
909
910
911
912
913
914
915
916
917
918
919
920
921
922
923
924
925
926
927
928
929
930
931
932
933
934
935
936
937
938
939
940
941
942
943
944
945
946
947
948
949
950
951
952
953
954
955
956
957
958
959
960
961
962
963
964
965
966
967
968
969
970
971
972
973
974
975
976
977
978
979
980
981
982
983
984
985
986
987
988
989
990
991
992
993
994
995
996
997
998
999
1000

ESTATUTO SOCIAL DA TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Capítulo I – Nome, Prazo de Duração, Sede e Objeto

Artigo 1º. A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores (“Lei das Sociedades por Ações”).

Artigo 2º. A Companhia tem sua sede e foro na Praça Quinze de Novembro, 20, 10º andar, sala 1003 (parte), Centro, na Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação do Conselho de Administração.

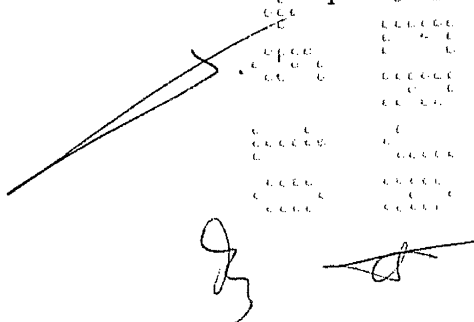
Artigo 3º. A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

Capítulo II – Capital Social e Ações

Artigo 4º. O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.312.535.193,28 (um bilhão, trezentos e doze milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, cento e noventa e três reais e vinte e oito centavos), dividido em 263.498.907 (duzentas e sessenta e três milhões, quatrocentas e noventa e oito mil e novecentas e sete) ações, sendo 203.517.711 (duzentas e três milhões, quinhentas e dezessete mil e setecentas e onze) ações ordinárias e 59.981.196 (cinquenta e nove milhões, novecentas e oitenta e uma mil e cento e noventa e seis) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), com ou sem a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

Parágrafo Segundo. O aumento de capital da Companhia com emissão de ações pode compreender uma ou mais espécies ou classes de ações, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie ou classe, observando-se, quanto às ações preferenciais, o limite máximo previsto em lei, bem como observando-se o disposto no Artigo 46 deste Estatuto Social.



Artigo 5º. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas Assembléias Gerais, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável e deste Estatuto Social.

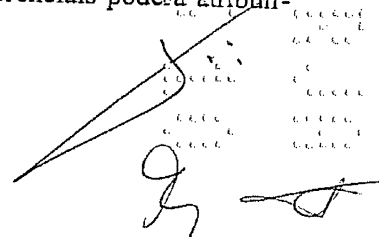
Artigo 6º. As ações preferenciais não conferem direito a voto nas deliberações da Assembléia Geral, exceto quanto às matérias especificadas no Parágrafo Primeiro abaixo, sendo-lhes asseguradas as seguintes preferências e vantagens:

- (a) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio;
- (b) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade com cada ação ordinária; e
- (c) direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de Controle da Companhia, nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social, ao mesmo preço por ação ordinária do bloco de Controle.

Parágrafo Primeiro. De acordo com o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 com a BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") celebrado pela Companhia, as ações preferenciais emitidas terão direito a voto em quaisquer deliberações da Assembléia Geral de Acionistas sobre:

- (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
- (b) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou deste Estatuto Social, requeiram sua deliberação em Assembléia Geral;
- (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- (d) escolha de empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia; e
- (e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Parágrafo Segundo. Além das preferências e vantagens acima indicadas, a Assembléia Geral que deliberar a emissão das ações preferenciais poderá atribuir-lhes preferências e vantagens adicionais.



Parágrafo Terceiro. Os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 1 (uma) ação ordinária para 1 (uma) ação preferencial, desde que integralizadas e observado o limite legal. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão recebidos e aceitos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar.

Artigo 7º. É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Artigo 8º. Todas as ações da Companhia são escriturais, nominativas, mantidas em conta de depósito, junto à instituição financeira autorizada, em nome de seus titulares.

Parágrafo Único. O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais, poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

Artigo 9º. Na proporção das ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações.

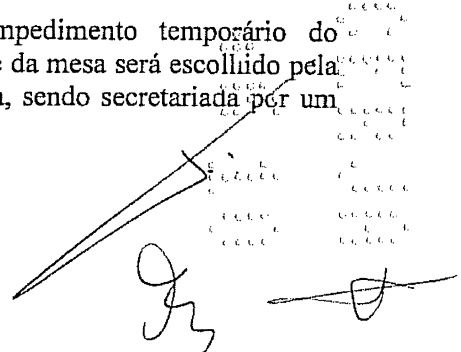
Parágrafo Único. A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, inclusive ações a serem representadas por Units (conforme definido no Artigo 44 deste Estatuto Social), debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite do capital autorizado.

Capítulo III – Assembléia Geral de Acionistas

Artigo 10. As Assembléias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Artigo 11. As Assembléias Gerais de Acionistas, Ordinárias ou Extraordinárias, serão convocadas na forma da Lei das Sociedades por Ações e deste Estatuto Social e serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por pessoa escolhida pelo Presidente.

Parágrafo Primeiro. Nos casos de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, o Presidente da mesa será escolhido pela maioria simples dos acionistas presentes à Assembléia, sendo secretariada por um dos acionistas presentes, de livre escolha do Presidente.

Handwritten signatures and initials, including a large stylized 'J' and a signature that appears to be 'J. J.', along with several smaller initials and marks.

Parágrafo Segundo. Sem prejuízo do disposto no Artigo 123, parágrafo único da Lei das Sociedades por Ações, a Assembléia Geral deve ser convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, por meio de edital publicado com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, e com 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação.

Parágrafo Terceiro. A ata da Assembléia Geral será arquivada no Registro do Comércio e publicada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de sua realização.

Parágrafo Quarto. A Assembléia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes dos respectivos editais de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

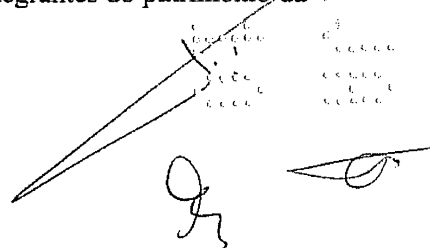
Parágrafo Quinto. Na Assembléia Geral, os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência, além do documento de identidade, comprovante de sua respectiva participação acionária, expedido pela instituição escrituradora.

Artigo 12. As deliberações das Assembléias Gerais serão tomadas pelo voto afirmativo de acionistas titulares da maioria do capital social votante da Companhia, não se computando os votos em branco, exceção feita aos casos previstos no artigo 6º, § 1º, deste Estatuto Social, aos casos em que a regulamentação aplicável exigir *quorum* diferente, e às deliberações com relação às matérias abaixo relacionadas, que somente serão aprovadas com o voto afirmativo dos acionistas que representem, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das ações com direito a voto da Companhia:

I- a aprovação de quaisquer modificações do Estatuto Social da Companhia ou de suas controladas;

II- quaisquer reduções ou aumentos do capital social da Companhia ou de suas controladas, exceto conforme previsto no artigo 4º, parágrafo primeiro, deste Estatuto Social, e as condições, critérios e prazos para subscrição e integralização de quaisquer aumentos do capital social da Companhia ou de suas controladas, e a renúncia ao direito de subscrição de aumentos do capital social, ainda que indiretamente, das controladas e subsidiárias integrais;

III- a emissão de quaisquer documentos, títulos, bônus de subscrição, ações ou outros valores mobiliários pela Companhia ou por suas controladas, pública ou privadamente, bem como a celebração de acordos, a outorga de opção de compra pela Companhia ou pelas suas controladas de quaisquer documentos, títulos, bônus de subscrição, ações ou outros valores mobiliários ou a outorga de quaisquer direitos a terceiros (ou qualquer modificação subsequente dos mesmos), que possa dar direito ao proprietário ou ao beneficiário de subscrever ou adquirir documentos, títulos, bônus de subscrição, ações ou outros valores mobiliários integrantes do patrimônio da



Companhia ou de suas controladas ou de emissão da Companhia ou de suas controladas;

IV- a fusão, cisão ou incorporação, inclusive de ações, envolvendo a Companhia e/ou suas controladas, a transformação delas em qualquer outro tipo societário, bem como a participação da Companhia e/ou de suas controladas em qualquer outra forma de reorganização societária e/ou a reestruturação de ativos, negócios ou atividades da Companhia e/ou de suas controladas;

V- a aprovação (a) das demonstrações financeiras anuais da Companhia e das controladas, (b) da mudança de critérios contábeis, (c) do relatório anual da administração; e, (d) da destinação do resultado do exercício;

VI - a associação da Companhia e/ou de suas controladas, sob qualquer forma, com outras sociedades, inclusive a realização de um empreendimento conjunto ou de consórcio, bem como a criação de subsidiária integral ou aquisição de controle ou de participação societária em outras sociedades, consórcios, associações e parcerias, bem como a criação de grupos de sociedades ou a participação da Companhia e/ou de suas controladas em grupos de sociedades, ressalvadas as ações em estrito cumprimento a compromissos vigentes anteriormente assumidos;

VII - o início de qualquer processo voluntário buscando amparo na lei de falência ou lei similar, a dissolução e a liquidação da Companhia ou de suas controladas, bem como a nomeação de liquidante ou síndico;

VIII – eleição ou destituição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia e das suas controladas;

IX - aprovação e modificação dos regimentos internos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia e das controladas;

X - a determinação ou modificação da política de dividendos da Companhia ou de suas controladas, bem como a distribuição de quaisquer dividendos ou o pagamento de juros sobre o capital próprio;

XI – a aprovação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria e da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, bem como a distribuição de lucros e resultados;

XII – a aprovação do cancelamento do registro de companhia aberta;

XIII – a aprovação da descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Nível 2; e,

The image shows several handwritten signatures and stamps. There are two large, stylized signatures at the bottom. Above them, there are several circular stamps, some of which appear to be official seals or logos. The text is handwritten and somewhat illegible due to the style of the signatures and the quality of the scan.

XIV – a escolha da empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Nível 2”.

Capítulo IV – Administração da Companhia

Seção I – Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 13. A administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto.

Artigo 14. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo nos livros das Atas de Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, dispensada garantia de gestão, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Primeiro. De acordo com o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, a posse dos administradores nos respectivos cargos será condicionada à subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

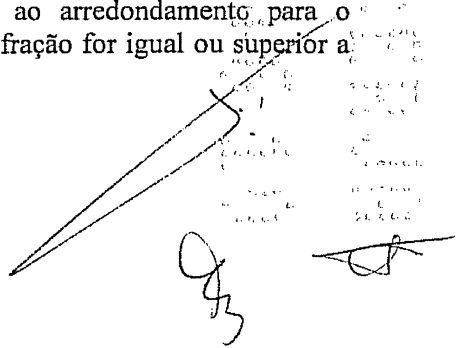
Parágrafo Segundo. Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, exceto se de outra forma deliberado pela Assembléia Geral.

Seção II – Conselho de Administração

Artigo 15. O Conselho de Administração será composto por 11 (onze) membros titulares e seus respectivos suplentes, todos acionistas, residentes ou não no País, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro. Após a eleição dos membros do Conselho de Administração, o Presidente de referido órgão será escolhido entre os membros eleitos. O Presidente do Conselho de Administração será responsável pela convocação e pela presidência das reuniões do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo. De acordo com o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, no mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes. Quando, em decorrência da observância desse percentual, resultar número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be a stylized 'G' followed by a flourish, and the initials are 'G3'.

0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

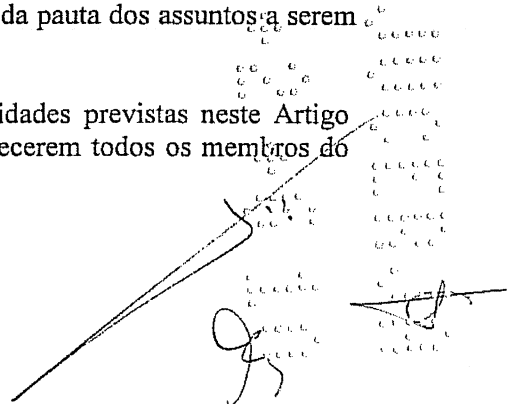
Parágrafo Terceiro. Para fins deste Estatuto Social, Conselheiro Independente é aquele que: (i) não tem qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não é Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não é ou não foi, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou Diretor Superintendente da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (vii) não recebe outra remuneração da Companhia além da de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, Parágrafo Quarto, Inciso I, da Lei das Sociedades por Ações. A qualificação como Conselheiro Independente deverá ser expressamente declarada na ata da Assembléia Geral que o elege.

Artigo 16. Qualquer membro do Conselho de Administração terá o direito de ser representado nas reuniões do Conselho de Administração por outro membro do Conselho de Administração por ele apontado como substituto, desde que (i) o substituto tenha sido indicado pelo mesmo acionista que houver indicado o substituído, e (ii) tenham sido outorgados ao substituto poderes para a representação do substituído.

Parágrafo Único. Em caso de vacância no cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, suas funções serão exercidas por outro membro que tiver sido indicado pelo mesmo acionista que teve seu cargo no Conselho de Administração vago, sendo que, na primeira Assembleia Geral a se realizar após o evento, tal acionista terá o direito de indicar o membro substituto.

Artigo 17. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas, ordinariamente, 1(uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada (i) na forma da lei; (ii) pelo Presidente do Conselho de Administração e (iii) por quaisquer de 2 (dois) de seus membros, com antecedência mínima de 08 (oito) dias úteis antes da data fixada para a reunião, em primeira convocação, e até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a reunião em segunda convocação, com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, sempre que o interesse social assim exigir.

Parágrafo Primeiro. Independentemente das formalidades previstas neste Artigo 17, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração em exercício.



Parágrafo Segundo. As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, 8 (oito) membros ou sem segunda convocação com a presença de, pelo menos, 7 (sete) membros.

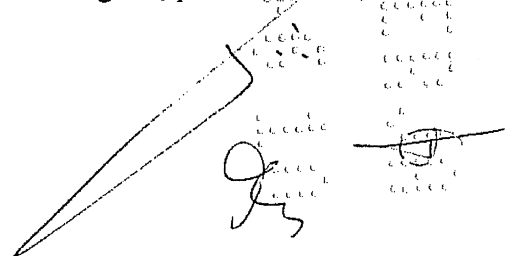
Artigo 18. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião.

Parágrafo Primeiro. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros, física e remotamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que tenham se manifestado na forma do Artigo 18 *in fine* deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Segundo. Serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data de realização da reunião do Conselho de Administração, as respectivas atas das reuniões que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 19. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria absoluta dos conselheiros presentes, exceção feita às deliberações com relação às matérias abaixo relacionadas, que dependerão, para sua implementação, da aprovação de, no mínimo, 9 (nove) membros do Conselho de Administração da Companhia:

I - a aprovação: (a) ao final do exercício social imediatamente anterior, do plano plurianual de negócios, compreendendo um período de 5 (cinco) anos, e do orçamento anual da Companhia e das controladas e subsidiárias integrais para o exercício seguinte, o qual deverá compreender, entre outros, em bases anuais, no caso do plano plurianual de negócios e em bases mensais, no caso do orçamento anual: (i) as receitas, custos e despesas, (ii) os planos de investimentos de capital, (iii) as captações e amortizações de financiamentos, (iv) os dividendos e/ou juros sobre capital próprio, (v) os movimentos estratégicos; e, (vi) os programas de manutenção de suas instalações; e, (b) das modificações do plano plurianual de negócios e do orçamento anual, observando-se que a não aprovação do plano plurianual de negócios, a partir do exercício de 2009 (inclusive), implicará na adoção provisória, até a solução do impasse, da previsão de orçamento anual para cada exercício (cujo plano plurianual de negócios não tenha sido aprovado) contidos no plano plurianual de negócios que tenha sido aprovado pelos acionistas, cujos valores serão corrigidos, para esse efeito, pela variação do IGPM/FGV;

A handwritten signature in dark ink is written over a circular stamp. The stamp contains some illegible text and a central emblem. The signature appears to be a stylized name, possibly 'J. S. S.'.

II - quaisquer aumentos do capital social da Companhia e as condições, critérios e prazos para subscrição e integralização de quaisquer aumentos do capital social da Companhia, dentro do capital autorizado, previsto no artigo 4º, parágrafo primeiro, deste Estatuto Social;

III - a contratação de empréstimos e financiamentos pela Companhia e suas subsidiárias e controladas, que exceda o valor equivalente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses;

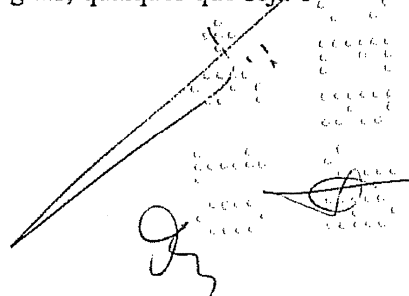
IV - a celebração, alteração, modificação, rescisão ou renovação de contratos de concessão ou permissão pela Companhia ou pelas suas subsidiárias integrais e controladas;

V - a celebração de qualquer contrato, acordo ou negócio, ou, ainda, a emissão de qualquer título ou instrumento que importe em contrair obrigação pela Companhia ou suas subsidiárias integrais ou controladas, bem como a concessão de garantias pela Companhia ou por suas subsidiárias integrais ou controladas que exceda o maior dentre o valor equivalente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses, vedada a concessão de garantias em operações que não sejam relacionadas às atividades fins;

VI - a (a) aquisição, liquidação, alienação, venda, locação, oneração, outorga de garantia real ou fidejussória, cessão, doação, transferência ou outra disposição, em qualquer exercício social, de qualquer bem, direitos, ativos ou participação societária detido pela Companhia ou pelas suas controladas ou subsidiárias integrais ou (b) a celebração de qualquer acordo ou contrato que disponha sobre pagamentos, recebimentos ou assunção de obrigações de qualquer natureza, que, em qualquer das hipóteses desta alínea, excedam o valor equivalente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses;

VII - a concessão de garantia de qualquer natureza e/ou a assunção de obrigações em nome ou em benefício de terceiros e/ou de qualquer dos acionistas ou qualquer pessoa que, direta ou indiretamente, seja parte relacionada a qualquer dos acionistas, qualquer que seja o valor;

VIII - a celebração, pela Companhia ou suas subsidiárias integrais ou controladas, de quaisquer acordos, negócios ou associações comerciais ou arranjos de qualquer natureza e a celebração de quaisquer contratos ou acordos (e quaisquer subseqüentes modificações dos mesmos) com partes relacionadas, e a resolução dos mesmos pela Companhia ou por suas controladas e suas subsidiárias integrais, qualquer que seja o valor;

A handwritten signature is visible at the bottom right of the page. A large, bold diagonal line is drawn across the text of item VIII, extending from the bottom left towards the top right, crossing out the final part of the paragraph.

IX – a atribuição e delegação de poderes adicionais à Diretoria da Companhia ou de suas subsidiárias ou controladas;

X – a eleição e destituição da Diretoria da Companhia ou das suas subsidiárias integrais ou controladas;

XI - a abertura e estabelecimento de filiais, escritórios, postos de serviço, agências ou depósitos ou quaisquer outros estabelecimentos da atividade da Companhia;

XII – a distribuição da remuneração global fixada pela Assembléia Geral entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria;

XIII – a autorização à aquisição de ações e debêntures emitidas pela Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, observadas as normas legais vigentes;

XIV – a orientação do voto a ser proferido pela Companhia na qualidade de acionista de suas controladas e subsidiárias, ou a ser proferido pelos integrantes do Conselho de Administração das controladas e subsidiárias indicados pela Companhia, no caso das matérias previstas neste artigo 19; e,

XV – a instituição de Comitês com funções técnicas e/ou consultivas, tais como Comitês de Remuneração e Auditoria da Companhia, sendo sua competência definir atribuições, especificidades com relação às deliberações e eleger os membros que comporão esses Comitês.

Artigo 20 – Além das matérias elencadas no Artigo 19 acima, que dependem de *quorum* qualificado para a sua aprovação e, sem prejuízo das demais competências previstas em lei, caberá ao Conselho de Administração, pelo voto afirmativo da maioria absoluta dos conselheiros presentes:

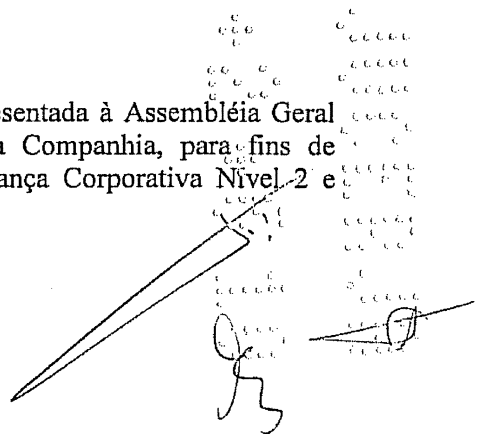
I – a escolha e a destituição de auditores independentes da Companhia;

II – a deliberação sobre o pedido de licença temporária de Diretores Superintendentes e a designação de seu(s) substituto(s), que cumulará(ão) interinamente as funções do substituído(s);

III – a aprovação do Código de Ética da Companhia;

IV – a definição do regimento interno da Companhia; e

V – a fixação da lista tríplice de instituições a ser apresentada à Assembléia Geral para preparação do laudo de avaliação das ações da Companhia, para fins de descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 e

A handwritten signature is visible in the bottom right corner of the page, with a large diagonal line drawn across it. The signature appears to be written in ink on a light-colored background.

cancelamento de registro de companhia aberta, nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social.

SEÇÃO III – DIRETORIA

Artigo 21. A Diretoria será composta por 3 (três) membros, acionistas ou não, residentes no País, sendo um Diretor Superintendente Geral, um Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores e um Diretor Superintendente Técnico, todos eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 3 (três) anos, destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a cumulação de cargos e a reeleição de seus membros, no todo ou em parte, conforme deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro. Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para o cargo de Diretor Superintendente.

Parágrafo Segundo. O Diretor Superintendente Geral prestará contas de seus atos ao Conselho de Administração. Os demais Diretores Superintendentes prestarão contas de seus atos ao Diretor Superintendente Geral, sujeitos, ainda, à fiscalização pelo Conselho de Administração, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

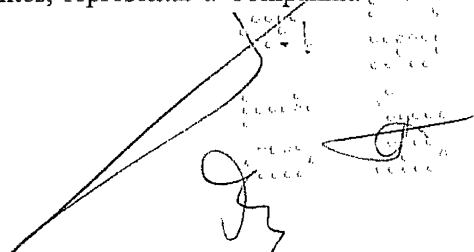
Parágrafo Terceiro. Não obstante outras disposições na legislação aplicável, todo e qualquer membro da Diretoria da Companhia será destituído e substituído pelo Conselho de Administração da Companhia, a qualquer tempo, desde que fique caracterizado que tal membro da Diretoria da Companhia: (a) deixou de empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que um indivíduo deve empregar na administração dos seus próprios negócios; (b) pautou sua conduta em desacordo com a lei e este Estatuto Social; (c) faltou com o seu dever de lealdade à Companhia; (d) atuou contrariamente ao interesse social; (e) faltou com o dever de informar ao mercado; e/ou (f) demonstrou não possuir a formação necessária para o exercício do cargo.

Artigo 22 - Os Diretores Superintendentes da Companhia exercerão as funções conforme previsto neste Estatuto Social e, adicionalmente, de acordo com as atribuições definidas pelo Conselho de Administração.

Artigo 23 - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer de seus Diretores Superintendentes.

Artigo 24 - A Diretoria possuirá poderes de gestão interna e de representação da Companhia, observadas as disposições legais, bem como as deliberações e orientações do Conselho de Administração e demais disposições deste Estatuto Social.

Artigo 25 - Caberá à Diretoria, mediante a assinatura dos 2 (dois) diretores superintendentes ou 1 (um) diretor superintendente em conjunto com 1 (um) procurador nomeado em conjunto pelos 2 (dois) diretores superintendentes, representar a Companhia

A large, stylized handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains text that is mostly illegible due to the signature and the quality of the scan, but it appears to be an official seal or stamp of the company or a specific department.

ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, e praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social da Companhia. Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daqueles para fins judiciais, terão prazo máximo de validade de 1 (um) ano.

Artigo 26 - Compete, em especial, à Diretoria:

I - exercer os poderes de administração geral e a gestão das atividades da Companhia, exceto aqueles cuja competência esteja reservada ao Conselho de Administração e/ou à Assembléia Geral;

II - zelar pela execução das deliberações do Conselho de Administração e da Assembléia Geral;

III - elaborar e propor ao Conselho de Administração os planos de negócio e programas de investimentos, bem como os orçamentos anuais e plurianuais de capital e operacional da Companhia a serem submetidos ao Conselho de Administração;

IV - elaborar e submeter ao Conselho de Administração, em cada exercício, o relatório da administração e as demonstrações financeiras a serem submetidas à Assembléia Geral;

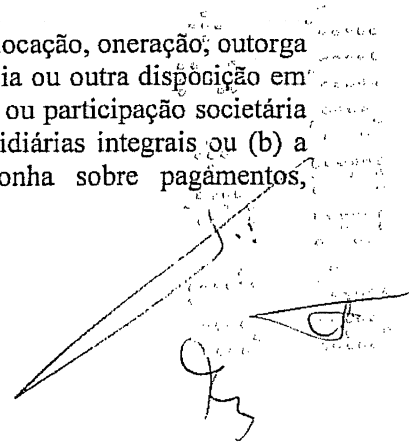
V - autorizar a contratação de empréstimos e financiamentos pela Companhia e suas subsidiárias integrais e controladas, de valor igual ou inferior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses;

VI - propor ao Conselho de Administração a abertura de filiais, agências, escritórios, postos de serviço ou depósitos da Companhia;

VII - constituir procuradores ad negocia e ad judicia;

VIII - autorizar a celebração de qualquer contrato, acordo ou negócio, ou, ainda, a emissão de qualquer título ou instrumento que importe em contrair obrigação pela Companhia ou suas subsidiárias integrais ou controladas, bem como a concessão de garantias pela Companhia ou por suas subsidiárias integrais ou controladas de valor igual ou inferior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses, vedada a concessão de garantias em operações que não sejam relacionadas às atividades fins;

IX - autorizar a (a) aquisição, liquidação, alienação, venda, locação, oneração, outorga de garantia real ou fidejussória, cessão, doação, transferência ou outra disposição em qualquer exercício social, de qualquer bem, direitos, ativos ou participação societária detido pela Companhia ou pelas suas controladas ou subsidiárias integrais ou (b) a celebração de qualquer acordo ou contrato que disponha sobre pagamentos,



recebimentos ou assunção de obrigações de qualquer natureza, que, em qualquer das hipóteses desta alínea seja de valor igual ou inferior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses;

X - representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, na forma deste Estatuto Social da Companhia; e

XI – fiscalizar a aplicação do Código de Ética da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração.

Artigo 27. Sem prejuízo das atribuições da Diretoria previstas no Artigo 26 acima, compete:

I - ao Diretor Superintendente Geral:

- (i) presidir as reuniões da Diretoria, dirigindo os trabalhos;
- (ii) fazer cumprir as diretrizes, planos de atividades e normas gerais aprovados pelo Conselho de Administração e/ou pela Diretoria;
- (iii) fiscalizar a aplicação do Código de Ética da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração;
- (iv) admitir ou demitir empregados da Companhia em conjunto com outro Diretor Superintendente; e,
- (v) submeter periodicamente ao Conselho de Administração um relatório descritivo da contabilidade da Companhia.

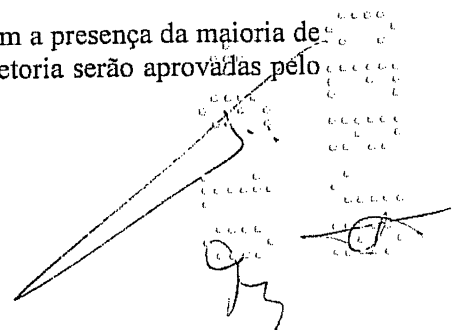
II- ao Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores:

- (i) administrar os recursos financeiros necessários à operação da Companhia;
- (ii) responder pelas funções de planejamento econômico, financeiro, controle e contabilidade.
- (iii) representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM e demais entidades do mercado de capitais e instituições financeiras;
- (iv) fazer cumprir as normas editadas pela CVM aplicáveis à Companhia; e,
- (v) administrar a política de relacionamento com investidores.

III - ao Diretor Superintendente Técnico:

- (i) responder pelo planejamento, operação e manutenção do sistema de transmissão de energia elétrica; e,
- (ii) demais atividades técnicas, inclusive as relacionadas à comercialização da transmissão de energia pela Companhia.

Artigo 28. As reuniões da Diretoria somente serão instaladas com a presença da maioria de seus membros, e, em qualquer hipótese, as deliberações da Diretoria serão aprovadas pelo



voto favorável da maioria absoluta de seus membros, excluídos os Superintendentes sem Denominação Específica.

Parágrafo Único. No caso de empate nas reuniões da Diretoria, caberá ao Diretor Superintendente Geral o voto de qualidade.

Capítulo V – Conselho Fiscal

Artigo 29 A Companhia terá um Conselho Fiscal permanente composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e por igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral que deliberar sua instalação e que lhes fixará os honorários, respeitados os limites legais. O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei.

Parágrafo Único. Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio, e à subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, nos termos do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2. Os membros do Conselho Fiscal deverão, ainda, imediatamente após a posse no cargo, comunicar à BM&FBOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive derivativos.

Capítulo VI – Exercício Social e Lucros

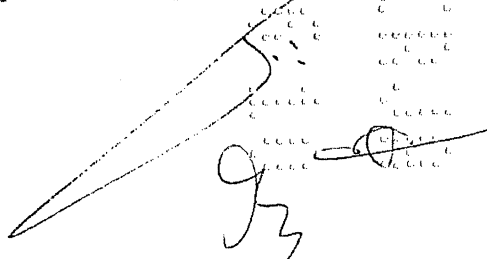
Artigo 30. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados.

Parágrafo Primeiro. Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

Parágrafo Segundo. Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro. O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembléia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável.

Parágrafo Quarto. O Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, determinar o levantamento de balancetes em cumprimento a requisitos legais ou

A large, stylized handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains some illegible text and a central emblem. The signature appears to be a cursive representation of a name, possibly starting with 'J' or 'G'.

para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, que, se aprovados pela assembléia geral, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido.

Parágrafo Quinto. Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus Acionistas, por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembléia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 31. A Companhia e os administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à situação econômico-financeira, projetos e perspectivas da Companhia, bem como enviar à BM&F BOVESPA e divulgar, até o final de janeiro de cada ano, um calendário anual, informando sobre eventos corporativos programados e contendo as informações exigidas pelo Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Capítulo VII – Alienação do Controle Acionário, Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Descontinuidade de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa

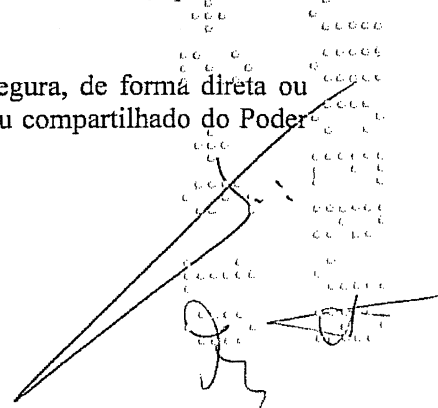
Artigo 32. Sem prejuízo das disposições da Lei das Sociedades por Ações, a Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante, observado o disposto no Artigo 6º, alínea (c) acima.

Parágrafo Único. Para os fins deste Estatuto Social, os seguintes termos iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“Acionista Controlador” significa o(s) acionista(s) ou grupo de acionistas vinculados por acordo de acionistas ou sob controle comum que exerça o Poder de Controle da Companhia.

“Acionista Controlador Alienante” significa o Acionista Controlador, quando este promove a alienação de Controle da Companhia.

“Ações de Controle” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains some illegible text and a central emblem. The signature is slanted upwards from left to right.

“Ações em Circulação” significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

“Alienação de Controle da Companhia” significa a alienação a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

“Poder de Controle” (bem como os seus termos correlatos “Controladora”, “controlada”, “sob Controle comum” ou “Controle”) significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do Poder de Controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum (grupo de controle) que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembléias Gerais de Acionistas, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

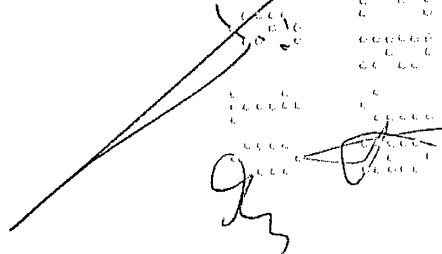
“Valor Econômico” significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 33. A oferta pública referida no Artigo 32 acima também deverá ser efetivada:

- (a) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; ou
- (b) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Sociedade, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&F BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Artigo 34. Aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- (a) efetivar a oferta pública referida no Artigo 32 deste Estatuto Social; e
- (b) ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data de Alienação de Controle da Companhia, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao Acionista Controlador Alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações da Companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado até o momento do pagamento pelo Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPC-A).



Artigo 35. O Acionista Controlador Alienante não transferirá a propriedade de suas ações para o(s) acionista(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto esse(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores, nos termos do disposto no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, que deverá ser imediatamente enviado à BM&F BOVESPA .

Artigo 36. A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Comprador do Poder de Controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores referido no Artigo 35 acima, que deverá ser imediatamente enviado à BM&F BOVESPA .

Artigo 37. Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício de Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia, sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores referido no Artigo 35 acima, que deverá ser imediatamente enviado à BM&F BOVESPA .

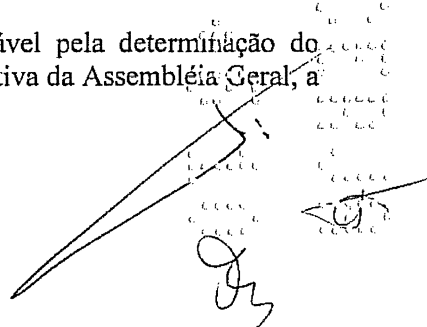
Artigo 38. Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico, apurado em laudo de avaliação referido no Artigo 40 abaixo.

Artigo 39. Caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem: (a) a descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Nível 2 para que as ações da Companhia passem a ter registro de negociação fora do Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa ou (b) a reorganização societária da qual a companhia resultante não seja admitida no Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas da Companhia, cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico, apurado em laudo de avaliação referido no Artigo 40 abaixo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Único. O Acionista Controlador estará dispensado de proceder à oferta pública referida no *caput* deste Artigo 39 se a Companhia tiver descontinuado as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 em razão da assinatura de contrato de participação da Companhia no segmento especial da BM&F BOVESPA denominado Novo Mercado.

Artigo 40. O laudo de avaliação previsto nos artigos 38 e 39 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e Controladores, além de satisfazer os requisitos do Parágrafo Primeiro do Artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo Sexto do mesmo artigo.

Parágrafo Primeiro. A escolha da instituição responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a

A large, stylized handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains some text, but it is mostly obscured by the signature. The signature appears to be a cursive 'G' followed by some other characters.

partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo Segundo. Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

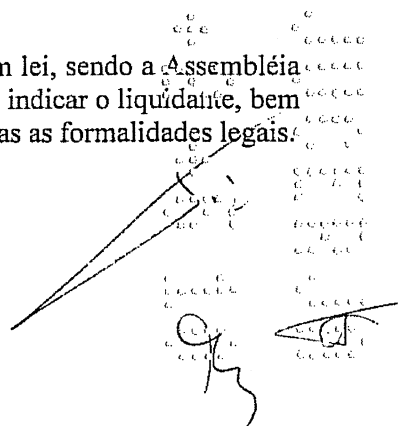
Capítulo VIII – Juízo Arbitral

Artigo 41. Com a celebração pela Companhia do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA, nos termos deste último.

Parágrafo Único. A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes de seu Regulamento de Arbitragem, podendo as partes escolher de comum acordo outra câmara ou centro de arbitragem para resolver seus litígios.

Capítulo IX – Liquidação

Artigo 42. A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante, bem como o Conselho Fiscal deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains some illegible text and a central emblem. The signature appears to be a stylized 'M' or 'N'.

Capítulo X – Emissão de Units

Artigo 43. A Companhia poderá patrocinar a emissão de certificados de depósito de ações (doravante designados como “Units” ou individualmente como “Unit”).

Parágrafo Primeiro. Cada Unit representará 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia.

Parágrafo Segundo. As Units serão emitidas, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração e o disposto neste Estatuto Social, (a) mediante solicitação dos acionistas que detenham ações em quantidade necessária à composição das Units, conforme o Parágrafo Primeiro acima, (b) mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em caso de aumento de capital dentro do limite de capital autorizado com a emissão de novas ações a serem representadas por Units; sendo que, neste caso, poderá o Conselho de Administração da Companhia permitir que na composição de tais Units sejam incluídas ações ordinárias existentes de titularidade de um acionista e que tal acionista fará jus a um terço do preço de venda da Unit, e (c) nos casos previstos no Artigo 44, Parágrafo Segundo deste Estatuto Social.

Parágrafo Terceiro. Somente ações livres de ônus e gravames poderão ser objeto de depósito para a emissão de Units.

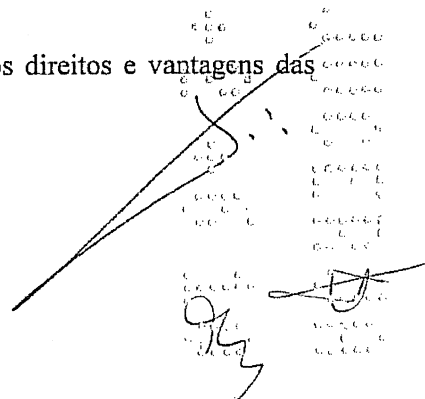
Artigo 44. As Units terão a forma escritural e, exceto na hipótese de cancelamento das Units, a propriedade das ações subjacentes às Units somente será transferida mediante a transferência das Units.

Parágrafo Primeiro. O titular de Units terá o direito de, a qualquer tempo, solicitar à instituição financeira depositária o cancelamento das Units e a entrega das respectivas ações depositadas, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, suspender, por prazo determinado, a possibilidade de cancelamento de Units prevista no § 1º deste artigo, na hipótese de início de oferta pública de distribuição de Units, no mercado local e/ou internacional, sendo que o prazo de suspensão não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo Terceiro. As Units sujeitas a ônus, gravames ou embaraços não poderão ser canceladas.

Artigo 45. As Units conferirão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações subjacentes.

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains text that is mostly illegible due to the signature and the quality of the scan. The signature appears to be a stylized name, possibly "J. L. S.". The stamp is located in the bottom right corner of the page.

Parágrafo Primeiro. O direito de participar nas Assembléias Gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações subjacentes às Units, mediante comprovação de sua titularidade, cabe exclusivamente ao titular das Units.

Parágrafo Segundo. Os acionistas poderão ser representados em Assembléias Gerais da Companhia por procurador constituído na forma do Artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

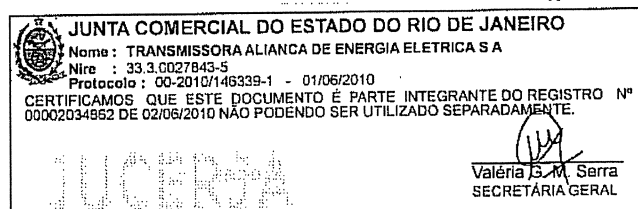
Parágrafo Terceiro. Na hipótese de desdobramento, grupamento, bonificação ou emissão de novas ações mediante a capitalização de lucros ou reserva, serão observadas as seguintes regras com relação às Units:

- (a) Caso ocorra aumento da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária registrará o depósito das novas ações e creditará novas Units na conta dos respectivos titulares, de modo a refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units.
- (b) Caso ocorra a redução da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária debitará as contas de depósito de Units dos titulares das ações grupadas, efetuando o cancelamento automático de Units em número suficiente para refletir o novo número de ações detidas pelos titulares de Units, guardada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações remanescentes que não forem passíveis de constituir Units serão entregues diretamente aos acionistas, sem emissão de Units.

Capítulo XI – Disposições Finais e Transitórias

Artigo 46. A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembléia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos, nos termos do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 47. Em tudo o que for omissivo o presente Estatuto Social, serão aplicadas as disposições legais pertinentes.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO C - SÚMULA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Rating Action: Moody's atribui rating Aa1.br às debêntures da TAESA; perspectiva alterada para estável

Global Credit Research - 11 Jun 2010

BRL600 milhões de instrumentos de dívida afetados

Sao Paulo, June 11, 2010 -- Moody's America Latina Ltda. (Moody's) atribuiu um rating na escala global Baa3 e Aa1.br na escala nacional brasileira a BRL 600 milhões em debêntures seniores, sem garantia de ativos reais e amortizáveis em 5 anos, a serem emitidas pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (TAESA). Ao mesmo tempo, Moody's afirmou o rating de emissor Baa3 na escala global e Aa1.br na escala nacional brasileira da TAESA. A perspectiva foi alterada para estável de negativa.

Os recursos advindos dos BRL 600 milhões em debêntures serão utilizados para amortizar BRL 550 milhões em notas promissórias existentes com vencimento em outubro próximo. Essa amortização resultará em um perfil de dívida muito melhor e uma melhora significativa da posição de liquidez da TAESA, que é o principal fundamento para alteração da perspectiva para estável de negativa.

O rating de emissor Baa3 reflete os fortes indicadores de crédito consolidados da TAESA para a categoria de rating, os quais são apoiados pelos fluxos de caixa estáveis e previsíveis que resultam dos contratos de concessão de longo prazo de transmissão de energia elétrica de suas subsidiárias operacionais. O rating também considera o ambiente regulatório em evolução para as empresas de transmissão de energia no Brasil, que é bem desenvolvido e oferece suporte, mas também é relativamente novo e ainda não foi testado completamente. A ausência de boa visibilidade sobre o programa de expansão de capital limita o rating. Especificamente, um programa ambicioso poderia ser implementado por seus novos acionistas e potencialmente impactaria negativamente a alavancagem e liquidez. O rating já considera a atual subordinação estrutural de dívida no nível de empresa controladora em relação a aproximadamente BRL1,0 bilhão de dívida existente no nível das subsidiárias operacionais.

O rating Aa1.br em escala nacional reflete a qualidade de crédito da empresa em relação às demais emissões no mercado doméstico. O rating na escala nacional da Moody's (NSR) é uma medida relativa da qualidade de crédito de emissores e dívidas emitidas dentro do país, permitindo que os participantes do mercado obtenham uma melhor distinção dos riscos relativos. Os NSRs no Brasil são designados pelo sufixo ".br". NSRs diferenciam-se do rating em escala global por não serem globalmente comparáveis com todo o universo de ratings da Moody's, mas somente com os ratings em escala nacional de outros emissores no mesmo país.

Moody's vê o ambiente regulatório para as empresas de transmissão no Brasil como bem desenvolvido e de grande suporte, porém o histórico é limitado e alguns procedimentos ainda não testados, como a indenização de ativos não depreciados diante da não renovação ou término da concessão existente. O caráter seguro e estável do segmento de transmissão decorre das Receitas Anuais Permitidas (RAP), que são baseadas em pagamentos fixos por disponibilidade de capacidade da rede de transmissão durante todo o período de concessão e que têm provisões de ajustes automáticos anuais pela inflação. Moody's ressalta, porém, que a regulação do segmento de transmissão está evoluindo em direção a um modelo de remuneração baseado em incentivo, similar ao que existe atualmente para as empresas de distribuição. TAESA opera oito redes de transmissão sob concessões de longo prazo com vencimentos entre 2030 e 2038. A empresa se beneficia em grande parte de uma carteira de concessões concedidas antes de 2006, cujas tarifas não estão sujeitas a revisões periódicas. Por outro lado, a RAP dessas concessões está programada para cair 50% a partir de 2016.

TAESA possui fortes indicadores de crédito para sua categoria de rating em vista de características muito atrativas da maioria dos contratos de concessão de suas subsidiárias operacionais. A alavancagem conforme medida pelo índice de Dívida Líquida sobre Valor do Ativo Regulado (RAV) teve média de 54,2% de 2007 a 2009, enquanto o índice de cobertura de juros (ICR) foi de 2,6x, e o Caixa Gerado nas Operações (FFO) sobre Dívida Líquida foi de 27% no mesmo período. Esses índices são parcialmente contrabalanceados pelo baixo índice de Fluxo de Caixa Retido (RCF) sobre investimento em ativos imobilizados de apenas 0,37x, que resulta das diversas aquisições de negócios executadas nos últimos três anos e incluem BRL 562 milhões pagos pela ETEO em 2008, assim como um índice relativamente elevado de pagamento de dividendos registrado durante esse período.

A geração de caixa tem sido adicionalmente estimulada por incentivos fiscais para algumas das subsidiárias operacionais que operam nas regiões norte e nordeste do país. Isso resulta em taxas menores de contribuição social e imposto de renda estimadas em cerca de 21% nos próximos quatro anos, retornando então para a taxa regular de 34%. TAESA também deve se beneficiar de aproximadamente BRL 420 milhões de ganhos fiscais, resultantes de cerca de BRL 1,2 bilhão de ágio derivado da incorporação da holding Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. pela TAESA.

Sob circunstâncias normais, Moody's espera ver uma melhora gradual e consistente na estrutura de capital da TAESA dado seu fluxo de caixa estável e previsível, de um índice de pagamento de dividendos elevado acima de 80% e investimentos em ativos imobilizados limitados a despesas de manutenção apenas. Moody's acredita que a falta de clareza em relação ao programa de investimentos, novas concessões ou possíveis aquisições seja o principal fator de potencial desvio em relação ao cenário básico supracitado. A perspectiva estável, no entanto, prevê que TAESA administrará com prudência sua estrutura de capital de tal forma que financiará seus investimentos em ativos imobilizados e dividendos de tal modo que mantenha os indicadores de crédito compatíveis com a categoria de rating Baa3. Também incorporado nesta visão está nossa expectativa de que TAESA manterá perfil de dívida adequado e sólida liquidez.

Enquanto a perspectiva estável do rating incorpora a execução contínua do seu plano de negócios, a potencial fusão da TAESA com suas empresas operacionais, conforme recente aprovação da agência reguladora brasileira de energia elétrica - ANEEL, juntamente com uma maior visibilidade sobre seus objetivos estratégicos, incluindo seus planos de investimento, poderia desencadear uma ação positiva de rating.

Seguindo as diretrizes da Comissão de Valor Mobiliários do Brasil (CVM), TAESA deve publicar suas demonstrações financeiras do ano de 2010 de acordo com os procedimentos das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Dos novos procedimentos contábeis a serem adotados em conformidade com as diretrizes das normas internacionais gerais, Moody's entende que o reconhecimento das receitas baseado no conceito de linearização das receitas terá o maior impacto nas demonstrações financeiras da empresa. À parte do impacto de outros procedimentos contábeis a serem implementados, Moody's prevê uma redução nas receitas de 2010 a 2018 devido a essa mudança, o que

resultará em lucro líquido e dividendos menores. No entanto, Moody's espera que a geração interna de caixa permaneça relativamente inalterada durante esse período, visto que a empresa continua recolhendo todos os recebíveis independente do procedimento contábil. Ainda é incerto se será necessário um ajuste nas demonstrações financeiras divulgadas anteriormente. Esse ajuste provavelmente seria contabilizado como uma redução no patrimônio líquido, o que naturalmente teria um impacto negativo no índice de capitalização da empresa.

A última ação de rating para a TAESA ocorreu em 04 de novembro de 2009, quando Moody's atribuiu um rating BR-1 a BRL 550 milhões em notas promissórias com vencimento em 360 dias. Ao mesmo tempo, Moody's atribuiu um rating de emissor Baa3 em escala global e Aa1.br na escala nacional brasileira para TAESA. A perspectiva para todos os ratings foi negativa.

A principal metodologia utilizada na atribuição de rating à TAESA foi a "Regulated Electric and Gas Networks" publicada em agosto de 2009 e disponível no site da Moody's (www.moody.com), no subdiretório Rating Methodologies sob a aba Research & Ratings. Outras metodologias e fatores que podem ter sido considerados no processo de atribuição de rating a esse emissor também podem ser encontrados no subdiretório Rating Methodologies no website da Moody's.

TAESA é uma empresa controladora que opera 3.712 km de linhas de transmissão de alta voltagem através de cinco subsidiárias: Transmissora Sudeste Nordeste -- TSN, Novatrans Energia, Empresa de Transmissão Alto Uruguai - ETAU, Empresa de Transmissão de Energia do Oeste -- ETEO e Brasnorte. Nos últimos doze meses findos em 31 de março de 2010, TAESA teve vendas líquidas consolidadas de BRL720 milhões (USD383 milhões) e lucro líquido de BRL295 milhões (USD157 milhões) conforme divulgado à CVM.

Sao Paulo
Jose Soares
Vice President - Senior Analyst
Infrastructure Finance Group
Moody's America Latina Ltda.
55-11-3043-7300

New York
William L. Hess
Managing Director
Infrastructure Finance Group
Moody's Investors Service
JOURNALISTS: 212-553-0376
SUBSCRIBERS: 212-553-1653



© Copyright 2010, Moody's Investors Service, Inc. and/or its licensors including Moody's Assurance Company, Inc. (together, "MOODY'S"). All rights reserved.

CREDIT RATINGS ARE MOODY'S INVESTORS SERVICE, INC.'S ("MIS") CURRENT OPINIONS OF THE RELATIVE FUTURE CREDIT RISK OF ENTITIES, CREDIT COMMITMENTS, OR DEBT OR DEBT-LIKE SECURITIES. MIS DEFINES CREDIT RISK AS THE RISK THAT AN ENTITY MAY NOT MEET ITS CONTRACTUAL, FINANCIAL OBLIGATIONS AS THEY COME DUE AND ANY ESTIMATED FINANCIAL LOSS IN THE EVENT OF DEFAULT. CREDIT RATINGS DO NOT ADDRESS ANY OTHER RISK, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO: LIQUIDITY RISK, MARKET VALUE RISK, OR PRICE VOLATILITY. CREDIT RATINGS ARE NOT STATEMENTS OF CURRENT OR HISTORICAL FACT. CREDIT RATINGS DO NOT CONSTITUTE INVESTMENT OR FINANCIAL ADVICE, AND CREDIT RATINGS ARE NOT RECOMMENDATIONS TO PURCHASE, SELL, OR HOLD PARTICULAR SECURITIES. CREDIT RATINGS DO NOT COMMENT ON THE SUITABILITY OF AN INVESTMENT FOR ANY PARTICULAR INVESTOR. MIS ISSUES ITS CREDIT RATINGS WITH THE EXPECTATION AND UNDERSTANDING THAT EACH INVESTOR WILL MAKE ITS OWN STUDY AND EVALUATION OF EACH SECURITY THAT IS UNDER CONSIDERATION FOR PURCHASE, HOLDING, OR SALE.

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS PROTECTED BY LAW, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO, COPYRIGHT LAW, AND NONE OF SUCH INFORMATION MAY BE COPIED OR OTHERWISE REPRODUCED, REPACKAGED, FURTHER TRANSMITTED, TRANSFERRED, DISSEMINATED, REDISTRIBUTED OR RESOLD, OR STORED FOR SUBSEQUENT USE FOR ANY SUCH PURPOSE, IN WHOLE OR IN PART, IN ANY FORM OR MANNER OR BY ANY MEANS WHATSOEVER, BY ANY PERSON WITHOUT MOODY'S PRIOR WRITTEN CONSENT. All information contained herein is obtained by MOODY'S from sources believed by it to be accurate and reliable. Because of the possibility of human or mechanical error as well as other factors, however, all information contained herein is provided "AS IS" without warranty of any kind. Under no circumstances shall MOODY'S have any liability to any person or entity for (a) any loss or damage in whole or in part caused by, resulting from, or relating to, any error (negligent or otherwise) or other circumstance or contingency within or outside the control of MOODY'S or any of its directors, officers, employees or agents in connection with the procurement, collection, compilation, analysis, interpretation, communication, publication or delivery of any such information, or (b) any direct, indirect, special, consequential, compensatory or incidental damages whatsoever (including without limitation, lost profits), even if MOODY'S is advised in advance of the possibility of such damages, resulting from the use of or inability to use, any such information. The ratings, financial reporting analysis, projections, and other observations, if any, constituting part of the information contained herein are, and must be construed solely as, statements of opinion and not statements of fact or recommendations to purchase, sell or hold any securities. Each user of the information

contained herein must make its own study and evaluation of each security it may consider purchasing, holding or selling. NO WARRANTY, EXPRESS OR IMPLIED, AS TO THE ACCURACY, TIMELINESS, COMPLETENESS, MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PARTICULAR PURPOSE OF ANY SUCH RATING OR OTHER OPINION OR INFORMATION IS GIVEN OR MADE BY MOODY'S IN ANY FORM OR MANNER WHATSOEVER.

MIS, a wholly-owned credit rating agency subsidiary of MOODY'S Corporation ("MCO"), hereby discloses that most issuers of debt securities (including corporate and municipal bonds, debentures, notes and commercial paper) and preferred stock rated by MIS have, prior to assignment of any rating, agreed to pay to MIS for appraisal and rating services rendered by it fees ranging from \$1,500 to approximately \$2,500,000. MCO and MIS also maintain policies and procedures to address the independence of MIS's ratings and rating processes. Information regarding certain affiliations that may exist between directors of MCO and rated entities, and between entities who hold ratings from MIS and have also publicly reported to the SEC an ownership interest in MCO of more than 5%, is posted annually at www.moody's.com under the heading "Shareholder Relations - Corporate Governance - Director and Shareholder Affiliation Policy."

Any publication into Australia of this Document is by MOODY'S affiliate MOODY'S Investors Service Pty Limited ABN 61 003 399 657, which holds Australian Financial Services License no. 336969. This document is intended to be provided only to wholesale clients (within the meaning of section 761G of the Corporations Act 2001). By continuing to access this Document from within Australia, you represent to MOODY'S and its affiliates that you are, or are accessing the Document as a representative of, a wholesale client and that neither you nor the entity you represent will directly or indirectly disseminate this Document or its contents to retail clients (within the meaning of section 761G of the Corporations Act 2001).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO D - DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO DA EMISSORA
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20, 10º andar, sala 1003 (parte) inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 07.859.971/0001-30 (a “Emissora”), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por meio de seus diretores estatutários abaixo assinados, na qualidade de ofertante de 60.000 (sessenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em até duas séries, que serão objeto de distribuição pública de sua primeira emissão, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) (as “Debêntures”), perfazendo o total de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) na data de emissão das Debêntures, qual seja, 15 de julho de 2010 (a “Oferta”), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a “Instrução CVM nº 400”), declarar que: (i) é a responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta; (ii) as informações prestadas pela Emissora relativas às Debêntures e as demais informações fornecidas ao mercado no prospecto preliminar da Oferta (o “Prospecto Preliminar”) e no prospecto definitivo da Oferta (o “Prospecto Definitivo”), nas datas de suas respectivas divulgações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que integram o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e (v) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM nº 400.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2010.

TRANSMISSORA ALIANÇA ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Nome: **Paulo Mota Henriques**
Cargo: Diretor Superintendente Geral

Nome: **Domingos Sávio Castro Horta**
Cargo: Diretor Superintendente Financeiro e de
Relações com Investidores





DECLARAÇÃO

BB – BANCO DE INVESTIMENTO S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, Centro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 24.933.830/0001-30 (o “Coordenador Líder”), neste ato representado na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de instituição responsável por coordenar e proceder à distribuição pública, em até duas séries, de 60.000 (sessenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da primeira emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a “Emissora”), todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) (as “Debêntures”), perfazendo o total de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), na data de emissão das Debêntures, qual seja, 15 de julho de 2010 (a “Oferta”), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a “Instrução CVM nº 400”), declarar que: (a) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que integram o Prospecto Preliminar da Oferta e que venham a integrar o Prospecto Definitivo da Oferta, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (b) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e (c) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM nº 400.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2010.

BB – BANCO DE INVESTIMENTO S.A.



José Maurício Pereira Coelho
Diretor-Gerente